DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA

Assinado de forma digital por FUNDO DE MATERIAIS PUBLIC. E IMPR. OFICIAIS SC
DN: c=BR, st=SC, l=FLORIANOPOLIS, o=ICP-Brasil, ou=Pessoa Juridica A1, ou=ARSERPRO, ou=Autoridade Certificadora SERPROACF, cn=FUNDO DE MATERIAIS PUBLIC. E IMPR. OFICIAIS SC
Dados: 2018.01.23 20:19:51 -02'00'

83 anos
DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA 2017

Diário Oficial

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO LXXXIII | FLORIANÓPOLIS, TERÇA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2018 | NÚMERO 20.695

Desde **1º de março de 1934** o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina confere legalidade, transparência, publicidade e perenidade aos atos oficiais do Estado.

Governo do Estado 1
Atos do Poder Judiciário
Atos do Poder Legislativo
Atos do Poder Executivo 19
Gabinete do Governador 20
Gabinete do Vice-Governador
Secretarias de Estado
Administração
Agricultura e da Pesca
Executiva de Programa SC Rural
Assistência Social, Trabalho e Habitação
Executiva de Política Social de Combate à Fome
Casa Civil
Executiva da Casa Militar
Executiva de Articulação Estadual
Executiva de Articulação Nacional 20
Executiva de Assuntos Estratégicos
Executiva de Assuntos Internacionais
Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados
Comunicação
Defesa Civil
Desenvolvimento Econômico Sustentável
Educação
Fazenda 20
Infraestrutura
Justiça e Cidadania 20
Planejamento
Saúde 21
Segurança Pública 21
Turismo, Cultura e Esporte 22
Agências de Desenvolvimento Regional 22
Defensoria Pública
Autarquias Estaduais 22
Fundações Estaduais 23
Economias Mistas 23
Repartições Federais
Concursos 23
Licitações 24
Contratos e Aditivos 25
Prefeituras Municipais 28
Câmaras Municipais 32
Publicações Diversas 32

Governo do Estado

LEI COMPLEMENTAR Nº 716, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A estrutura de carreira dos cargos efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual passa a ser constituída por 6 (seis) níveis e 9 (nove) referências, a partir de 1º de março de 2016." (NR)

Art. 2º O art. 7º da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º .....

Parágrafo único. Somente fará jus ao desenvolvimento funcional o servidor que, na data da concessão do benefício, já tenha adquirido a estabilidade." (NR)

Art. 3º (Vetado)

Art. 4º O Capítulo II do Título III da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"TÍTULO III
DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

.....

CAPÍTULO II
DA ASCENSÃO FUNCIONAL

....." (NR)

Art. 5º O art. 11 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. .....

Parágrafo único. Constitui requisito para a ascensão funcional aos níveis de que tratam os incisos IV, V e VI do art. 4º desta Lei Complementar a habilitação obtida em curso de nível superior, de duração plena, na área do magistério, com registro no Ministério da Educação." (NR)

Art. 6º O art. 12 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. .....

.....

§ 3º .....

.....

II – comprovar o somatório mínimo de 120 (cento e vinte) horas de frequência ou docência em cursos de aperfeiçoamento ou atualização; e

....." (NR)

Art. 7º O art. 14 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. .....

§ 1º Serão aceitos certificados de cursos de atualização, qualificação e/ou aperfeiçoamento emitidos por instituição de ensino superior pública ou privada, órgão público e instituições pertencentes ao Sistema S, com carga horária mínima de 8 (oito) horas para os participantes e de 1 (uma) hora para a atividade de docência nos cursos.

....." (NR)

Art. 8º O art. 17 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. .....

Parágrafo único. Ao servidor integrante do Quadro do Magistério Público Estadual lotado nos diversos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional que não se enquadra nas situações previstas nas Seções I a V do Capítulo IV do Título VI desta Lei Complementar poderá ser concedida a redução da jornada de trabalho não inferior ao exercício de 20 (vinte) horas semanais, com a proporcional redução da remuneração." (NR)

Art. 9º O art. 20 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

§ 1º Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei Complementar ao titular do cargo de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo ao Professor lotado ou em exercício na FCEE com efetivo exercício da atividade de docência nas disciplinas de Artes ou Educação Física." (NR)

Art. 10. O art. 24 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. O titular do cargo de Professor poderá ter sua jornada de trabalho alterada em caso de substituição de titular afastado do exercício do cargo, com prazo até 31 de janeiro do ano subsequente ao da alteração ou até a data de término do afastamento, se anterior." (NR)

Art. 11. A Seção V do Capítulo IV do Título VI e o *caput* do art. 27 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Seção V
Da Alteração de Jornada de Trabalho do Assistente Técnico Pedagógico, do Assistente de Educação e do Especialista em Assuntos Educacionais

Art. 27. Para atender às necessidades específicas da unidade escolar, os titulares dos cargos de Assistente Técnico Pedagógico, de Assistente de Educação e de Especialista em Assuntos Educacionais poderão ter sua jornada de trabalho alterada para 40 (quarenta) horas semanais.

....." (NR)

Art. 12. O art. 28 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. .....

.....

§ 4º A gratificação de que trata o *caput* deste artigo é devida aos titulares dos cargos de Professor lotados na FCEE e à disposição das instituições de educação especial conveniadas com a referida Fundação, nas funções de Diretor, Orientador Pedagógico e Secretário, para cujo exercício é requisito a formação em Pedagogia.

§ 5º Ato do titular da FCEE autorizará o exercício do Professor nas instituições conveniadas com a FCEE, na forma prevista no § 4º deste artigo, permitida, quando necessária, a alteração da jornada de trabalho até completar 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos até 31 de dezembro de cada ano." (NR)

Art. 13. O art. 35 da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. .....

.....

§ 1º A vantagem pessoal nominalmente identificável de que trata o *caput* deste artigo não integra a base de cálculo de qualquer outra vantagem, ressalvado o décimo terceiro vencimento e o terço constitucional de férias, ficando sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.

§ 2º Fica vedada a reversão de eventual opção pela transformação do adicional do tempo de serviço, conquistado após o interstício aposentatório, na gratificação extinta na forma do inciso I do *caput* deste artigo.

§ 3º Ao servidor que tenha ingressado com pedido de aposentadoria até 31 de dezembro de 2015 fica assegurada a incorporação do valor pago a título de aulas excedentes aos proventos, de acordo com a média aritmética dos valores percebidos nos 36 (trinta e seis) meses anteriores ao pedido." (NR)

Art. 14. (Vetado)

Art. 15. (Vetado)

Art. 16. (Vetado)

Art. 17. (Vetado)

Art. 18. Não se aplica o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992, ao titular de cargo de provimento efetivo integrante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual que tenha ingressado no serviço público após a data de publicação da Emenda à Constituição da República nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2016, ressalvado o disposto no art. 7º, que produz efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 21. Ficam revogados:

I – o inciso I do art. 8º da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015;

II – (Vetado)

III – os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015; e

IV – o inciso XXXVII do art. 53 da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, restaurando-se o art. 32 da Lei Complementar nº 1.139, de 28 de outubro de 1992.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Luciano Veloso Lima, designado
Milton Martini
Elza Marina da Silva Moretto, designada

MENSAGEM Nº 1220

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar os arts. 3º, 14, 15, 16, 17 e 21, inciso II, do autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 024/2017, que "Altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências", por serem inconstitucionais, com fundamento nos Pareceres nº 024/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e nº 004/2018, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação (SED).

Estabelecem os dispositivos vetados:

Arts. 3º, 14, 15, 16, 17 e 21, inciso II

"Art. 3º O art. 8º da Lei Complementar nº 668, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 8º .....

.....

VI – estiver afastado das atribuições específicas do cargo, salvo na hipótese de:

a) exercício nos órgãos e entidades que integram a estrutura da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina;

b) nomeação para o exercício de cargo de Secretário de Educação nos Municípios do Estado; ou

c) afastamento por força de convênio relacionado com a educação;

.....

VIII – estiver em disponibilidade remunerada.' (NR)

.....

Art. 14. Aos servidores do Poder Executivo fica assegurado o desenvolvimento funcional quando convocados, colocados à disposição ou nomeados para o exercício de cargo de provimento em comissão no âmbito do Poder Legislativo, a contar da data de publicação do respectivo ato.

Art. 15. Ficam abonadas, para qualquer efeito, as faltas ao serviço dos servidores do Magistério Público Estadual em decorrência do movimento grevista ocorrido no período de 24 de março a 3 de junho de 2015, desde que comprovada a reposição das aulas.

Art. 16. Ficam abonadas as faltas ao serviço, em decorrência de movimentos grevistas, paralisações, assembleias ou atividades sindicais dos trabalhadores na Rede Pública Estadual de Educação, relativas aos exercícios de 2012 a 2015.

Parágrafo único. O abono de faltas de que trata o *caput* deste artigo torna nulo seu registro nos assentamentos funcionais para efeito de concessão de licença-prêmio, promoção, progressão funcional, adicional por tempo de serviço, aposentadoria, disponibilidade e contagem por tempo de serviço.

Art. 17. Fica abonada a falta ao serviço dos Trabalhadores na Rede Pública Estadual de Educação, ocorrida no dia 10 de outubro de 2017.

Parágrafo único. O abono da falta de que trata o *caput* deste artigo torna nulo seu registro nos assentamentos funcionais para efeito de concessão de licença-prêmio, promoção, progressão funcional, adicional por tempo de serviço, aposentadoria, disponibilidade e contagem por tempo de serviço.

.....

Art. 21. .....

.....

II – o art. 13 da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015;

....."

Razões do veto

Os dispositivos vetados, inseridos por meio de emenda parlamentar no Projeto de Lei Complementar nº 024/2017, ao alterarem significativamente a proposição de origem governamental, inclusive promovendo aumento de despesa, estão eivados de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que interferem na remuneração e no regime jurídico dos servidores públicos estaduais, ofendendo, assim, o disposto nos arts. 2º, 61, § 1º, inciso II, alínea "c", e 63,

Governo do Estado de Santa Catarina
Governador
João Raimundo Colombo
Vice-Governador
Eduardo Pinho Moreira
Secretário de Estado da Administração
Milton Martini
Secretário Adjunto da Administração
Nelson Castello Branco Nappi Júnior
Diretor da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
Luiz Alberto Rincoski Faria
Gerente de Publicações
Alexandre Schlichting da Silva
Gerente Industrial
Sônia Mara Flôres

Secretaria de Estado da Administração
Centro Administrativo
Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600
Saco Grande II | CEP: 88.032-000
Florianópolis | SC
Fone: (48) 3665-1400
www.sea.sc.gov.br

Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina
Rua Duque de Caxias, 261
Saco dos Limões
CEP 88045-250
Florianópolis | SC
CNPJ: 14.284.430/0001-97
Fone: (48) 3665-6200
e-mail: diariooficial@sea.sc.gov.br
www.doe.sea.sc.gov.br
DIOESC IMPRENSA OFICIAL

inciso I, da Constituição da República. Nesse sentido, a PGE recomendou vetá-los, manifestando-se nos seguintes termos:

> 3. Ao realizar a análise do presente projeto de lei complementar, que versa sobre o regime jurídico dos servidores do magistério estadual e que sofreu emendas parlamentares, é preciso verificar a constitucionalidade com base nos parâmetros constitucionais, na jurisprudência e na doutrina.
> [...]
> 6. Sobre a possibilidade de emendas parlamentares em projetos de lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado, a exemplo do seguinte julgado:
> "As normas constitucionais de processo legislativo não impossibilitam, em regra, a modificação, por meio de emendas parlamentares, dos projetos de lei enviados pelo chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa privativa. Essa atribuição do Poder Legislativo brasileiro esbarra, porém, em duas limitações: a) a impossibilidade de o parlamento veicular matérias diferentes das versadas no projeto de lei, de modo a desfigurá-lo; e b) a impossibilidade de as emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no § 3º e no § 4º do art. 166, implicarem aumento de despesa pública (inciso I do art. 63 da CF)."
> [ADI 3.114, rel. min. Ayres Britto, j. 24-8-2005, P, DJ de 7-4-2006] = ADI 2.583, rel. min. Cármen Lúcia, j. 1º-8-2011, P, DJE de 26-8-2011
> [...] há que ser reconhecida a inconstitucionalidade da emenda promovida no art. 3º do PLC 024/2017, que alterou a redação proposta para a alínea "a" do inciso VI do art. 8º da Lei Complementar 668/2015, pois se verifica inconstitucionalidade, haja vista que a referida emenda abrandou a redação mais restritiva encaminhada pelo Excelentíssimo Governador do Estado quanto à possibilidade de progressão funcional, o que gera aumento da despesa originalmente prevista no projeto de lei.
> 10. Também, há que ser reconhecida a inconstitucionalidade do art. 14 do PLC 024/2017, incluído por emenda parlamentar. Isso porque ele amplia a possibilidade de concessão de desenvolvimento funcional a servidores não excepcionados pelo art. 8º da LC 668/2015, o que gera inegavelmente aumento de despesa aos cofres públicos, o que é vedado pela Constituição Federal e Estadual, conforme salientado acima.
> 11. Aliás, a impossibilidade de aumento de despesa por emenda parlamentar nos casos reservados à iniciativa privativa do Chefe do Executivo foi objeto de análise por repercussão geral, ocasião em que restou confirmada a jurisprudência dominante do STF.
> "Recurso extraordinário. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida. 2. Direito Administrativo. Servidor público. 3. Extensão, por meio de emenda parlamentar, de gratificação ou vantagem prevista pelo projeto do Chefe do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Vício formal. Reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos. Art. 61, § 1º, II, 'a', da Constituição Federal. 4. Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei 5.810/1994). Artigos 132, inciso XI, e 246. Dispositivos resultantes de emenda parlamentar que estenderam gratificação, inicialmente prevista apenas para os professores, a todos os servidores que atuem na área de educação especial. Inconstitucionalidade formal. Artigos 2º e 63, I, da Constituição Federal. 5. Recurso extraordinário provido para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 132, XI, e 246 da Lei 5.810/1994, do Estado do Pará. Reafirmação de jurisprudência." (RE 745811 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 17/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJE-219 DIVULG 05-11-2013 PUBLIC 06-11-2013)
> [...]
> 13. Ademais, verifica-se da redação proposta pelos parlamentares para o art. 14, que o desenvolvimento profissional produziria efeitos a contar da data de publicação do respectivo ato de convocação ou nomeação para a Assembleia Legislativa, situação que configura flagrante retroação do benefício concedido, contrariando a jurisprudência dominante.
> "REEXAME NECESSÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM. PLEITO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. PREVISÃO LEGISLATIVA (LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 2.301/99). IRRETROATIVIDADE DA NORMA. EFEITOS A PARTIR DA SUA VIGÊNCIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DESTA CÂMARA. SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA EM REEXAME." (TJSC, Reexame Necessário n. 2013.075340-0, de São Joaquim, rel. Des. Ricardo Roesler, Quarta Câmara de Direito Público, j. 07-08-2014).
> 14. Por fim, a inserção dos artigos 15, 16 e 17 ao PLC 024/2017 afronta diretamente o princípio da separação dos poderes, insculpido no art. 2º da Constituição Federal, bem como a iniciativa privativa do chefe do Executivo, estabelecida no art. 50, § 2º, IV, da Constituição Estadual (art. 61, § 1º, I, "c", da CF).
> 15. Ao abonar as faltas dos servidores do magistério nos movimentos grevistas de 2012 a 2015 e 2017, a emenda parlamentar interfere na autonomia financeira e administrativa do Poder Executivo, o que é vedado pela Constituição.
> 16. Inclusive, o Supremo Tribunal Federal assentou sua jurisprudência nesse sentido, quando do julgamento da ADI 13, sobre a inconstitucionalidade da Lei 1.115/88 do Estado de Santa Catarina:
> "EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESERVA DE INICIATIVA. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES. PERDÃO POR FALTA AO TRABALHO. INCONSTITUCIONALIDADE. Lei 1.115/1988 do Estado de Santa Catarina. Projeto de lei de iniciativa do governador emendado pela Assembleia Legislativa. Fere o art. 61, § 1º, II, a, da Constituição federal de 1988, emenda parlamentar que disponha sobre aumento de remuneração de servidores públicos estaduais. Precedentes. Ofende o art. 61, § 1º, II, c, e o art. 2º da Constituição federal de 1988 emenda parlamentar que estabeleça perdão a servidores por falta ao trabalho. Precedentes. Pedido julgado procedente." (ADI 13, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 17/09/2007, DJe-112, DIVULG 27-09-2007, PUBLIC 28-09-2007, DJ 28-09-2007, PP-00026, EMENT VOL-02291-01, PP-00001 RTJ VOL-00202-03, PP-00933, JC v. 32, n. 114, 2007, p. 113-120)
> [...]
> 18. Por todo o exposto, salvo melhor juízo, o parecer é pelo veto parcial ao Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 024/2017, por inconstitucionalidade dos artigos [3º], 14, 15, 16 e 17, inseridos através de emenda parlamentar, com violação aos artigos 52, inciso I, da Constituição Estadual e, ao artigo 63, I, da Constituição Federal, bem como por afronta ao princípio da Separação dos Poderes, nos termos do art. 2º da Constituição Federal e ao art. 50, § 2º, IV, da Constituição Estadual e art. 61, § 1º, II, "c", da CF.

Ouvida, a SED, por meio de sua Consultoria Jurídica, manifestou-se pelo veto parcial do projeto de lei complementar, conforme as seguintes razões:

> Inicialmente, vale dizer que da análise do instrumento em apreço verificou-se que o texto aprovado na ALESC contempla dispositivos que foram modificados, assim como incluídos alguns que não constavam da versão original, a exemplo da alteração realizada no art. 3º, que altera o art. 8º e que contraria o despacho do Senhor Governador.
> Considera-se que a decisão final acerca das alterações introduzidas no texto final do artigo acima referido devem ficar a critério da Secretaria de Estado da Casa Civil, entretanto, recomenda-se que, no caso de o dispositivo ser vetado no todo ou em parte, deva também ser vetado o inciso II do art. 21, pois continuará em vigor o que consta na Lei Complementar nº 668/2015.
> [...] o texto exibido para o art. 16 da versão final do autógrafo do projeto de lei em comento apresenta significativa repercussão financeira, contrariando o interesse público, além de representar grave precedente, uma vez que prevê o abono de faltas decorrentes de toda e qualquer atividade sindical, o que ensejará graves consequências para o funcionamento das unidades escolares.
> [...]
> Da mesma forma, o art. 17 apresentado no texto final do autógrafo apresenta repercussão financeira e contrariedade ao interesse público, representando grave precedente, na medida em que prevê o abono de falta decorrente de mobilização sindical, ainda mais quando a entidade não tem como precisar quais foram os servidores que efetivamente não compareceram ao trabalho na aludida data. Vale ressaltar que na oportunidade esta Secretaria se dispôs a discutir alguma forma de reposição ou compensação da carga horária do dia citado no dispositivo mediante a apresentação da relação dos servidores que efetivamente participaram da mobilização, sendo que, no entanto, o Sindicato informou que não dispõe da relação solicitada. Posicionamo-nos no sentido de que o dispositivo seja também vetado na íntegra.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Cod. Mat.: 505025

LEI COMPLEMENTAR Nº 717, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei Complementar estabelece a estrutura e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores dos órgãos e serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. São diretrizes da presente Lei Complementar:

I – a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pela Defensoria Pública;

II – valorização do servidor;

III – atendimento de excelência;

IV – qualificação profissional;

V – desenvolvimento funcional;

VI – vencimentos compatíveis com a natureza da função, a complexidade do cargo e a qualificação do ocupante.

Art. 2º (Vetado)

Art. 3º A estrutura de apoio técnico e administrativo da Defensoria Pública compreende:

I – os órgãos da Administração Superior:

a) Defensoria Pública-Geral;

b) Subdefensoria Pública-Geral;

c) Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

d) Conselho Superior da Defensoria Pública;

II – os órgãos de atuação:

a) Núcleos Especializados da Defensoria Pública;

b) Núcleos Regionais da Defensoria Pública;

III – os órgãos de execução:

a) Defensorias Públicas;

IV – o Órgão Auxiliar:

a) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública.

TÍTULO II
DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS

Art. 4º (Vetado)

Art. 5º (Vetado)

TÍTULO III
DA CARREIRA E DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

CAPÍTULO I
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 6º (Vetado)

Art. 7º (Vetado)

Art. 8º (Vetado)

Art. 9º (Vetado)

Art. 10. (Vetado)

Art. 11. (Vetado)

CAPÍTULO II
DA JORNADA

Art. 12. (Vetado)

CAPÍTULO III
DA REPRESENTAÇÃO CLASSISTA

Art. 13. (Vetado)

TÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 14. O Quadro de Pessoal de que trata esta Lei Complementar compõe-se de:

I – cargos de provimento efetivo compreendendo:

a) Analista Jurídico; e

b) Técnico Administrativo;

II – (Vetado)

III – (Vetado)

Art. 15. Os cargos de provimento efetivo denominam-se:

I – Analista Jurídico: cargos de provimento efetivo para cujo desempenho é exigido Diploma de Curso Superior em Direito; e

II – Técnico Administrativo: cargos de provimento efetivo, para cujo desempenho é exigido Certificado de Conclusão de Ensino Médio.

§ 1º O cargo de Analista Técnico previsto no Anexo IX da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto de 2012, tem a nomenclatura alterada para Analista Jurídico, mantidas as demais características.

§ 2º A habilitação dos cargos de provimento efetivo integrantes do quadro de pessoal está definida nos Anexos I e II desta Lei Complementar e as atribuições nos Anexos VIII e IX.

§ 3º O quantitativo lotacional dos Núcleos Regionais será determinado mediante ato do Defensor Público-Geral.

§ 4º Os servidores referidos neste artigo devem ter exercício no órgão de atuação em que inicialmente lotados pelo período mínimo de 1 (um) ano, ressalvadas as hipóteses de remoção de ofício ou por motivo de saúde, nos termos da lei.

Art. 16. (Vetado)

Art. 17. (Vetado)

Art. 18. (Vetado)

Art. 19. (Vetado)

Art. 20. (Vetado)

Art. 21. (Vetado)

Art. 22. (Vetado)

TÍTULO V
DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA

CAPÍTULO I
DO VENCIMENTO

Art. 23. (Vetado)

Art. 24. (Vetado)

CAPÍTULO II
DOS ADICIONAIS

Art. 25. (Vetado)

Art. 26. (Vetado)

Art. 27. (Vetado)

Art. 28. (Vetado)

Art. 29. (Vetado)

Art. 30. (Vetado)

Art. 31. (Vetado)

Art. 32. (Vetado)

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 33. (Vetado)

Art. 34. (Vetado)

Art. 35. (Vetado)

Art. 36. (Vetado)

Art. 37. O art. 23, *caput*, da Lei Complementar nº 575, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23. Aos cargos de analista jurídico e técnico administrativo compete, respectivamente, o assessoramento e o suporte administrativo aos Defensores Públicos, e as disposições legais a eles pertinentes são previstas em Lei Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Defensoria Pública." (NR)

Art. 38. Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de junho de 2018.

Art. 39. (Vetado)

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Luciano Veloso Lima, designado

ANEXO I
(Vetado)

ANEXO II
(Vetado)

ANEXO III
(Vetado)

ANEXO IV
(Vetado)

ANEXO V
(Vetado)

ANEXO VI
(Vetado)

ANEXO VII
QUADRO DE CORRELAÇÃO DE CARGOS COM NOMENCLATURA MODIFICADA

Nomenclatura Atual	Nomenclatura Nova
Analista Técnico	Analista Jurídico

ANEXO VIII
QUADRO DE ATRIBUIÇÕES
ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ANALISTA JURÍDICO

CARGO: ANALISTA JURÍDICO
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES: 1 - prestar assistência jurídica aos Defensores Públicos; 2 - executar tarefas que envolvam apoio no processamento de processos judiciais e administrativos; 3 - oferecer manifestação aos Defensores Públicos sobre matéria a ele encaminhada; 4 - propor diligências e requisições; 5 - participar de comissões e grupos de trabalho, quando designados; 6 - coletar e registrar informações no sistema de automação judiciário; 7 - realizar ou auxiliar no atendimento dos usuários dos serviços da Defensoria Pública; 8 - efetuar as atribuições necessárias ao suporte dos Defensores Públicos, sempre que solicitados; e 9 - exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo ou inerentes ao cargo.

ANEXO IX
QUADRO DE ATRIBUIÇÕES
ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES: 1 - prestar assistência administrativa aos Defensores Públicos; 2 - executar tarefas que envolvam apoio no processamento de processos judiciais e administrativos; 3 - realizar ou auxiliar no atendimento dos usuários dos serviços da Defensoria Pública; 4 - propor diligências e requisições; 5 - participar de comissões e grupos de trabalho, quando designados; 6 - coletar e registrar informações no sistema de automação judiciário; 7 - prestar as informações necessárias aos Defensores Públicos, quando solicitadas; 8 - efetuar as atribuições necessárias ao suporte dos Defensores Públicos, sempre que solicitadas; 9 - realizar as diversas atividades de cunho administrativo, como atendimento telefônico e por e-mail, organização de malotes e da correspondência, dentre outras; 10 - atuar nas gerências e secretarias, quando designado, praticando os atos inerentes à atividade do setor; e 11 - exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo ou inerentes ao cargo.

ANEXO X
(Vetado)

Cod. Mat.: 505026

MENSAGEM Nº 1221

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar os arts. 2º, 4º, 5º e 35 do Projeto de Lei Complementar nº 031/2017, que "Institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências", por serem inconstitucionais, os arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 e os Anexos I, II, III, IV, V, VI e X, por serem inconstitucionais e contrários ao interesse público, e os arts. 14, incisos II e III, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36 e 39, por serem contrários ao interesse público, com fundamento nos Pareceres nº 017/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e nº 07/2018, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), e na Comunicação Interna nº 348/2017, da Diretoria do Tesouro Estadual da SEF.

Estabelecem os dispositivos vetados:

Arts. 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, incisos II e III, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39 e Anexos I, II, III, IV, V, VI e X.

"Art. 2º O regime jurídico aplicado aos servidores públicos da Defensoria Pública é o estatutário.

Parágrafo único. Aplica-se, subsidiariamente, aos servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina o disposto na Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

.....

Art. 4º Integram a estrutura do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal da Defensoria Pública:

I – Quadro de Pessoal (Anexos I a III);

II – Quadro de Vencimento (Anexos IV a VI);

III – Quadro de Correlação de Cargos com Nomenclatura Modificada (Anexo VII);

IV – Quadro de Atribuições (Anexos VIII a X).

Art. 5º Para fins desta Lei Complementar considera-se:

I – Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos - conjunto de normas e procedimentos que regulam a vida funcional e a remuneração do servidor;

II – Quadro de Pessoal - conjunto de cargos de provimento efetivo, em comissão, e de funções gratificadas;

III – Cargo de Provimento Efetivo - conjunto de funções e responsabilidades definidas com base na estrutura organizacional da Defensoria Pública, cuja investidura se dá mediante concurso público;

IV – Quadro de Vencimento - conjunto de coeficientes que, aplicados sobre o piso salarial dos servidores da Defensoria Pública e definido por Lei, determina o vencimento do servidor e das funções gratificadas;

V – Progressão Funcional - avanço entre referências e níveis decorrentes da promoção de servidor no mesmo cargo;

VI – Referência - graduação ascendente, existente em cada nível, determinante da progressão funcional horizontal;

VII – Nível - graduação ascendente, existente em cada grupo ocupacional, determinante da progressão funcional vertical;

VIII – Lotação - local onde o servidor desempenha suas funções;

IX – Escolaridade - grau de instrução necessário para o desempenho das funções de cada cargo, sendo o ensino médio completo condição mínima a ser exigida para o ingresso no Quadro de Pessoal dos órgãos auxiliares de apoio técnico e administrativo da Defensoria Pública;

X – Habilitação - formação acadêmica mínima exigida para o exercício das atividades relativas a cada cargo existente na estrutura organizacional da Defensoria Pública; e

XI – Investidura Originária - posse no cargo para o qual, mediante concurso público, o servidor logrou ingresso na Defensoria Pública, respeitada a habilitação exigida.

.....

Art. 6º A carreira funcional de que trata a presente Lei Complementar fica estruturada na forma dos Anexos I a III.

Art. 7º O ingresso na carreira dar-se-á no nível e referência iniciais do cargo para o qual o servidor prestou concurso público.

Parágrafo único. Ao servidor não efetivo, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, não se aplicam as regras deste Título.

Art. 8º A progressão funcional dar-se-á horizontal ou verticalmente, mediante promoção por tempo de serviço, por merecimento e por aperfeiçoamento, aos servidores efetivos e aos servidores efetivos que ocupam cargo em comissão.

§ 1º A progressão horizontal dar-se-á quando o servidor, por força de promoção, for movimentado de uma referência para outra imediatamente superior, no mesmo nível.

§ 2º A progressão vertical dar-se-á quando o servidor, por força de promoção, for movimentado da última referência de um nível para a primeira referência do nível imediatamente superior do mesmo cargo.

Art. 9º A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por tempo de serviço, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, a cada 2 (dois) anos de efetivo exercício, contados da última promoção dessa natureza.

§ 1º Para a promoção por tempo de serviço será computado, exclusivamente, o tempo de efetivo exercício prestado em cargo integrante da Defensoria Pública.

§ 2º Será considerado o tempo prestado pelo servidor quando:

I – colocado à disposição de outro ente da Administração Pública;

II – nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão na Defensoria Pública.

Art. 10. A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por merecimento, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, decorrido 1 (um) ano de efetivo exercício contado da progressão a que se refere o art. 9º desta Lei, observados os seguintes critérios:

I – eficácia;

II – cooperação;

III – disciplina;

IV – iniciativa;

V – organização;

VI – comunicação;

VII – qualidade do trabalho;

VIII – responsabilidade;

IX – assiduidade;

X – ética profissional.

§ 1º O servidor titular de cargo efetivo terá seu desempenho funcional avaliado semestralmente.

§ 2º A avaliação de desempenho será efetuada pelo superior imediato do servidor, ao final do último mês do semestre de apuração.

§ 3º O servidor que, no decorrer do semestre, desempenhar suas atribuições em mais de um órgão da Defensoria Pública ou tiver alteração da chefia imediata será avaliado pelo superior imediato a que tiver permanecido vinculado por mais tempo no período.

§ 4º Está impedido de efetuar a avaliação do servidor o superior imediato que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil, inclusive, na linha reta, colateral ou por afinidade.

§ 5º Após a realização da avaliação, a chefia deverá informar ao servidor, pessoalmente, como foi o seu desempenho no semestre, indicando ações para a melhoria, se necessário.

§ 6º O servidor poderá, no prazo de 15 (quinze) dias do conhecimento da avaliação, dela recorrer, fundamentadamente.

§ 7º Julgadas procedentes as alegações do servidor, determinar-se-á que nova avaliação de desempenho seja realizada pelo chefe imediato ou pelo que lhe for imediatamente superior.

Art. 11. A progressão funcional, horizontal ou vertical, decorrente de promoção por aperfeiçoamento, dar-se-á com a movimentação do servidor de uma para outra referência ou nível do mesmo cargo, considerando-se os seguintes critérios:

I – 1 (uma) referência por conclusão de curso de curta duração, observada carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas/aula;

II – 2 (duas) referências por conclusão de curso de graduação; e

III – até 4 (quatro) referências por conclusão de curso de pós-graduação, segundo os seguintes parâmetros:

a) 2 (duas) referências por conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu*, com a obtenção do título de especialista;

b) 3 (três) referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de mestre;

c) 4 (quatro) referências por conclusão de curso de pós-graduação *strictu sensu*, com a obtenção do título de doutor.

§ 1º A promoção por conclusão de curso de curta duração fica limitada a 2 (duas) referências por ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso I do *caput* deste artigo, será permitido o aproveitamento de, no máximo, 240 (duzentas e quarenta) horas/aula para cada curso de curta duração.

§ 3º A promoção por conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação fica limitada, consideradas as duas hipóteses, a 1 (uma) por ano civil, com interstício de 3 (três) anos para nova promoção tendo por fundamento o disposto nos incisos II e III do *caput* deste artigo, independentemente da data de sua conclusão.

§ 4º Os cursos referidos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento da Defensoria Pública, cabendo ao Defensor Público-Geral, a requerimento do interessado, previamente reconhecê-los ou não para efeito de futura promoção por aperfeiçoamento no seu cargo efetivo, vedado seu aproveitamento para nova promoção.

§ 5º Os servidores efetivos cujo cargo exige habilitação em nível superior somente poderão obter a progressão por aperfeiçoamento de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, valendo-se de curso diverso daquele apresentado para comprovar a condição exigida para o ingresso no seu cargo.

§ 6º Para a promoção por aperfeiçoamento, os cursos referidos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo deverão ter sido concluídos após a data da posse do servidor na Defensoria Pública.

§ 7º A repercussão financeira da promoção por aperfeiçoamento decorrente dos incisos II e III do *caput* deste artigo, adicional de graduação ou pós-graduação, conforme o caso, se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso para esse fim, devidamente instruído.

§ 8º É permitida a cumulação de cursos para a contagem da carga horária a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, desde que cada um deles alcance, no mínimo, 20 (vinte) horas/aula, vedado seu aproveitamento para nova promoção.

§ 9º É permitido, para a obtenção da promoção por aperfeiçoamento prevista no inciso I do *caput* deste artigo, o aproveitamento de cursos à distância, respeitado o limite máximo de 240 (duzentas e quarenta) horas/aula por ano civil.

§ 10. A carga horária de cursos de curta duração que exceder ao número de horas previsto no inciso I do *caput* deste artigo para uma promoção por aperfeiçoamento, poderá ser utilizada para outra promoção, ainda que noutro ano civil, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 11. É vedado, para fins de promoção por aperfeiçoamento, o aproveitamento de treinamentos promovidos ou custeados pela Defensoria Pública, quando visarem à execução de atividades para as quais sejam exigidas habilidades técnicas específicas inerentes às atribuições do cargo ou função.

§ 12. É permitida a cumulação da promoção por aperfeiçoamento decorrente de cursos previstos no inciso I com a promoção por aperfeiçoamento decorrente de cursos previstos no inciso II ou III, respeitados os limites previstos nos §§ 1° e 2° deste artigo.

.....

Art. 12. A jornada, de 7 horas diárias e 35 horas semanais, poderá ser exercida nas dependências da Defensoria Pública, ou realizada à distância, no domicílio do servidor, assim que regulamentada por ato do Conselho Superior.

.....

Art. 13. É assegurado o direito de afastamento para exercício de mandato em entidade de classe de âmbito estadual, de maior representatividade, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo.

§ 1º O afastamento será concedido ao presidente da entidade de classe e terá duração igual à do mandato, devendo ser prorrogado no caso de reeleição.

§ 2º O afastamento para exercício de mandato será contado como tempo de serviço para todos os efeitos legais.

.....

Art. 14. .....

.....

II – Cargos de Provimento em Comissão; e

III – Funções Gratificadas.

.....

Art. 16. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Defensor Público-Geral.

§ 1º Serão destinados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de provimento em comissão de direção e chefia aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

§ 2º A natureza dos cargos de provimento em comissão está definida no Anexo III desta Lei Complementar, e as atribuições no Anexo X.

Art. 17. As Funções Gratificadas são de nível 1 (um), 2 (dois) e 3 (três), limitadas a 50% (cinquenta por cento) dos cargos de provimento efetivo da Defensoria Pública, possuem caráter temporário e serão concedidas pelo Defensor Público-Geral.

Parágrafo único. A Função Gratificada não exime o servidor do exercício das atribuições do cargo de que é titular, e será concedida em função da atribuição de maiores responsabilidades ou de responsabilidades distintas daquelas inerentes ao seu cargo efetivo.

Art. 18. São Funções Gratificadas de nível 1 (FG1) as desempenhadas:

I – pelos membros de Comissões Permanentes, assim designadas em ato do Defensor Público-Geral;

II – pelos Fiscais de Contrato;

III – pelos Pregoeiros Oficiais, salvo quando exercida pelo Gerente de Convênios e Licitações.

Art. 19. São Funções Gratificadas de nível 2 (FG2) as desempenhadas:

I – pelos membros de Comissões Especiais de Trabalho constituídas pelo Defensor Público-Geral, desde que, pela complexidade, duração ou importância das tarefas que lhes forem cometidas, lhes sejam expressamente atribuídas;

II – pelos servidores aos quais sejam atribuídas funções de assessoramento técnico, assim entendidas aquelas que extrapolem o grau de conhecimento exigido para o cargo, de forma não eventual; e

III – pelo Secretário Executivo do Conselho Superior.

§ 1º A Função Gratificada de nível 2 (FG2) pelo desempenho de funções de assessoramento técnico será concedida pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, podendo ser renovada.

§ 2º A concessão de Função Gratificada de nível 2 (FG2) pelo desempenho de assessoramento técnico deverá ser solicitada pela chefia do respectivo órgão ao Defensor Público-Geral, com a indicação do servidor a quem pretende confiar a função, especificando as atividades e os encargos a ela inerentes, além do período, se for o caso, em que será exercida.

§ 3º As Comissões de Concurso da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina são consideradas Comissões Especiais de Trabalho.

Art. 20. São Funções Gratificadas de nível 3 (FG3) as desempenhadas pelos servidores Subcoordenadores de Núcleos.

Art. 21. A remuneração das Funções Gratificadas é a constante no Anexo VI desta Lei Complementar.

§ 1º Ato do Defensor Público-Geral estabelecerá, respeitado o limite constante no *caput* deste artigo, a quantidade de Funções Gratificadas em cada um de seus níveis.

§ 2º É vedada a cumulação de Funções Gratificadas.

Art. 22. Os cargos integrantes do art. 20 desta Lei, e os de provimento em comissão, estão relacionados, classificados e quantificados nos Anexos I a III desta Lei Complementar.

.....

Art. 23. Os cargos referidos nesta Lei Complementar deixam de ser remunerados por subsídio e passam a ser remunerados por vencimento.

Parágrafo único. O valor do vencimento dos cargos efetivos será estabelecido pela multiplicação dos coeficientes do Quadro de Vencimento constante no Anexo IV pelo piso salarial dos servidores da Defensoria Pública.

Art. 24. O piso salarial dos servidores da Defensoria Pública é de R$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), e poderá ser revisto, anualmente, por lei ordinária.

.....

Art. 25. Fica instituído o Adicional de Pós-Graduação, destinado aos servidores efetivos portadores de títulos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, somente serão considerados os cursos que, na forma da legislação específica, forem reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Conselho Estadual de Educação, ou oficialmente validados quando feitos no exterior.

§ 2º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* serão admitidos, desde que tenham duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 3º Os cursos referidos neste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento da Defensoria Pública, cabendo ao Defensor Público-Geral, a requerimento do interessado, reconhecê-los ou não, com repercussão financeira a contar da data do protocolo do pedido.

Art. 26. O Adicional de Pós-Graduação incidirá sobre o vencimento relativo ao nível 2, referência “C”, do Quadro de Vencimento: Coeficientes dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo IV, observado o seguinte:

I – 15% (quinze por cento), aos portadores de título de especialista;

II – 20% (vinte por cento), aos portadores de título de mestre;

III – 25% (vinte e cinco por cento), aos portadores de título de doutor.

§ 1º Os percentuais fixados nos incisos do *caput* deste artigo não são cumulativos, prevalecendo a titulação mais alta obtida pelo servidor, salvo se este expressamente optar por outra.

§ 2º A repercussão financeira se dará a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, que deverá estar acompanhado de fotocópia do diploma ou certificado de conclusão, ou ainda, de declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino.

§ 3º Sobre o Adicional de Pós-Graduação, previsto neste artigo, incide o Adicional por Tempo de Serviço.

Art. 27. Fica instituído o Adicional de Graduação, destinado aos servidores efetivos portadores de diploma de conclusão de curso de graduação em nível superior, do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, somente serão considerados os cursos que, na forma da legislação específica, forem reconhecidos e ministrados por instituições de ensino credenciadas ou reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) ou pelo Conselho Estadual de Educação, ou oficialmente validados quando feitos no exterior.

§ 2º Os cursos referidos neste artigo deverão relacionar-se com as áreas de conhecimento da Defensoria Pública, cabendo ao Defensor Público-Geral, a requerimento do interessado, reconhecê-los ou não, com repercussão financeira a contar da data do protocolo do pedido.

§ 3º Os servidores efetivos cujo cargo exige habilitação em nível superior somente terão direito ao Adicional de Graduação para curso diverso daquele apresentado para comprovar a condição exigida para o ingresso no seu cargo.

Art. 28. O valor do Adicional de Graduação é de 5% (cinco por cento) do vencimento do nível 2, referência “C”, do Quadro de Vencimento: Coeficientes dos Cargos de Provimento Efetivo - Anexo IV.

§ 1º A repercussão financeira dar-se-á a partir da data do protocolo do pedido de reconhecimento do curso, que deverá estar acompanhado de fotocópia do diploma ou certificado de conclusão ou, ainda, de declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino.

§ 2º Sobre o Adicional de Graduação incide o Adicional por Tempo de Serviço.

Art. 29. É vedada a cumulação do Adicional de Graduação com o de Pós-Graduação e com a gratificação de que trata o art. 85, inciso VIII, da Lei nº 6.745, de 1985.

Art. 30. Para efeito de promoção por tempo de serviço e merecimento não será considerado como de efetivo exercício no cargo o tempo relativo a:

I – licença para tratamento de interesses particulares;

II – faltas injustificadas;

III – suspensão disciplinar; e

IV – prisão em flagrante ou decorrente de decisão judicial.

Art. 31. Fica assegurado aos servidores da Defensoria Pública o direito à percepção de adicionais e gratificações previstos na Lei nº 6.745, de 1985.

Art. 32. O auxílio-alimentação é concedido nos termos da Lei nº 17.006, de 7 de outubro de 2016.

.....

Art. 33. Fica assegurada a revisão dos proventos dos servidores inativos da Defensoria Pública.

Art. 34. Caberá ao Defensor Público-Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar, instituir comissão especial para a elaboração das normas pertinentes à progressão funcional, assegurada a participação de servidores da Defensoria, dentre os quais pelo menos um membro da respectiva entidade representativa.

§ 1º A primeira progressão funcional será por tempo de serviço e dar-se-á no mês de janeiro imediatamente subsequente à entrada em vigor da presente Lei Complementar.

§ 2º Aos servidores efetivos já ocupantes de cargo na Defensoria Pública será garantida, na primeira progressão funcional, a evolução correspondente a 1 (uma) referência por ano por tempo de serviço efetivo na Instituição, a contar do nível/referência inicial da carreira.

§ 3º Para fins do § 2º deste artigo, o tempo de efetivo serviço prestado à Defensoria Pública será contado a partir da posse do cargo que o servidor atualmente exerce.

Art. 35. Ao membro ou servidor da Defensoria Pública é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo comissionado ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau civil.

Art. 36. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias da Defensoria Pública.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Executivo autorizado a promover as adequações no plano plurianual e a remanejar as dotações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei Complementar.

.....

Art. 39. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 23 e os Anexos II, III, IV, VI, VII, VIII, IX e X da Lei Complementar nº 575, de 2 de agosto de 2012.

.....

ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - ANALISTA JURÍDICO

Cargo	Nível/Referência Inicial	Nível/Referência Final	Nº de Cargos	Habilitação
Analista Jurídico	3A	5J	100	Diploma de Curso Superior - Direito

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Cargo	Nível/Referência Inicial	Nível/Referência Final	Nº de Cargos	Habilitação
Técnico Administrativo	1A	3J	80	Diploma de Conclusão do Ensino Médio

ANEXO III
QUADRO DE PESSOAL
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargo	Classificação	Nº de Cargos	Natureza
Diretor-Geral Administrativo	CC4	1	Direção
Diretor de Credenciamento	CC4	1	Direção
Diretor de Controle Interno	CC4	1	Direção
Ouvidor-Geral	CC3	1	Chefia
Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	CC2	1	Chefia
Gerente de Tecnologia da Informação	CC2	1	Chefia
Gerente de Apoio Judiciário	CC2	1	Chefia
Gerente de Finanças e Contabilidade	CC2	1	Chefia
Gerente de Contratos	CC2	1	Chefia
Assessor de Comunicação	CC1	1	Assessoramento
Assessor de Gabinete	CC1	1	Assessoramento
Assessor de Credenciamento	CC1	20	Assessoramento

ANEXO IV
QUADRO DE VENCIMENTO
COEFICIENTES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	4,4223	4,5826	4,7429	4,9032	5,0635	5,2238	5,3841	5,5444	5,7047	5,8650
2	6,0253	6,1856	6,3459	6,5062	6,6665	6,8268	6,9871	7,1474	7,3077	7,4680
3	7,6283	7,7886	7,9489	8,1092	8,2695	8,4298	8,5901	8,7504	8,9107	9,0710
4	9,2343	9,4005	9,5698	9,7420	9,9174	10,0959	10,2776	10,4626	10,6509	10,8426
5	11,0378	11,2365	11,4387	11,6446	11,8542	12,0676	12,2848	12,5060	12,7311	12,9602

ANEXO V
QUADRO DE VENCIMENTO
COEFICIENTES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Cargo	Classificação	Quantidade	Coeficiente
Diretor-Geral Administrativo	CC4	1	15,44
Diretor de Credenciamento	CC4	1	15,44
Diretor de Controle Interno	CC4	1	15,44
Ouvidor-Geral	CC3	1	14,41
Gerente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	CC2	1	10,29
Gerente de Tecnologia da Informação	CC2	1	10,29
Gerente de Apoio Judiciário	CC2	1	10,29
Gerente de Finanças e Contabilidade	CC2	1	10,29
Gerente de Contratos	CC2	1	10,29
Assessor de Comunicação	CC1	1	7,62
Assessor de Gabinete	CC1	1	7,62
Assessor de Credenciamento	CC1	1	7,62

ANEXO VI
QUADRO DE VENCIMENTO
COEFICIENTES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

FUNÇÃO	COEFICIENTE
FG1	1,15
FG2	1,55
FG3	1,75

.....

ANEXO X
QUADRO DE ATRIBUIÇÕES
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO: DIRETOR-GERAL ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - executar as atividades conforme determinação do Defensor Público-Geral;
2 - acatar orientações do Subdefensor Público-Geral;
3 - dirigir e supervisionar as atividades das gerências subordinadas intermediando as relações entre estas e os órgãos da Administração Superior;
4 - articular-se com o Controle Interno com vistas ao cumprimento dos atos normativos pertinentes;
5 - elaborar, implantar e controlar as rotinas administrativas da Defensoria Pública;
6 - acompanhar a execução orçamentária e financeira da Defensoria Pública, inclusive dos fundos e convênios;
7 - examinar os trabalhos afetos à Comissão Permanente de Licitação da Defensoria Pública;
8 - emitir informações e relatórios ao Defensor Público-Geral sobre assuntos referentes à sua área de atuação;
9 - executar, orientar e coordenar as atividades do planejamento estratégico da Defensoria Pública, sob a supervisão direta do Defensor Público-Geral;
10 - zelar para que os bens pertencentes ou locados pela Defensoria Pública não sejam utilizados em proveito ou interesse particular;
11 - zelar para que o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados pela Instituição, não sejam utilizados em proveito ou interesse particular; e
12 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: DIRETOR DE CREDENCIAMENTO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - executar as atividades conforme determinação do Defensor Público-Geral;
2 - acatar orientações do Subdefensor Público-Geral;
3 - dirigir, gerir e supervisionar o Sistema Eletrônico de Credenciamento, com franqueamento de acesso aos credenciados, sob orientação do Defensor Público-Geral;
4 - manter no sítio eletrônico institucional, espaço destinado à inserção de conteúdos relacionados ao Sistema de Credenciamento;
5 - receber dados enviados por advogados credenciados, inclusive com solicitação de autorização para a prestação dos serviços de assistência jurídica gratuita;
6 - analisar os pedidos de autorização para a prestação dos serviços de assistência jurídica gratuita formulados pelos advogados credenciados, cujos pleitos somente poderão ser deferidos se cumpridos os requisitos de hipossuficiência da parte, constantes no edital de credenciamento, e verificada disponibilidade orçamentária do Fundo de Acesso à Justiça (FAJ), sob orientação do Defensor Público-Geral;
7 - receber, após a efetiva prestação do serviço de assistência jurídica integral e gratuita, os dados do respectivo processo e certidão emanada pelo Poder Judiciário indicando os serviços prestados e o valor dos honorários, conforme tabela indicada no ato de credenciamento;
8 - fiscalizar a documentação enviada pelo advogado credenciado, certificar a efetiva prestação do serviço e, ao final, emitir autorização de pagamento, em conformidade com a tabela constante no edital de credenciamento;
9 - remeter, tempestivamente, para a Secretaria de Estado da Fazenda todos os dados referentes ao pagamento autorizado (tais como CPF ou CNPJ do prestador; conta bancária; valor total a receber; percentual do ISS a incidir, indicando o município beneficiário; percentual do INSS e do IR) em planilha própria;
10 - receber as informações e comprovantes de pagamento e retenção de imposto e contribuições previdenciárias encaminhadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, mantendo todos os dados em registro próprio;
11 - articular-se com o Controle Interno com vistas ao cumprimento dos atos normativos pertinentes;
12 - emitir informações e relatórios ao Defensor Público-Geral sobre assuntos referentes à sua área de atuação;
13 - executar, orientar e coordenar as atividades do planejamento estratégico da Defensoria Pública, exclusivamente no que se refere ao Sistema de Credenciamento, sob a supervisão direta do Defensor Público-Geral; e
14 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: DIRETOR DE CONTROLE INTERNO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - emitir pareceres e prestar informações e assessoria sobre matéria pertinente ao controle interno;
2 - avaliar as estruturas de controle utilizadas pela Defensoria Pública, recomendando os ajustes necessários;
3 - planejar e executar as fiscalizações, mediante plano anual a ser submetido à aprovação do Defensor Público-Geral;
4 - submeter ao Defensor Público-Geral a análise de recomendações para a adoção de providências administrativas e tomada de contas objetivando sanar irregularidades;
5 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: OUVIDOR-GERAL

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública, assegurada a defesa preliminar;
2 - propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;
3 - elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;
4 - participar, com direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública;
5 - promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil;
6 - estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados;
7 - contribuir para a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública;
8 - manter contato permanente com os vários órgãos da Defensoria Pública, estimulando-os a atuar em permanente sintonia com os direitos dos usuários; e
9 - coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.

CARGO: GERENTE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - programar, organizar, executar e controlar as atividades relacionadas com a administração de servidores no âmbito da Defensoria Pública;
2 - manter atualizados os dados cadastrais e funcionais, bem como registrar os afastamentos e as movimentações internas dos membros e servidores;
3 - organizar e controlar as férias dos membros e servidores, conforme a escala aprovada pela Corregedoria-Geral;
4 - promover o controle do horário de trabalho e a apuração da frequência dos servidores;
5 - examinar e emitir informações, pareceres, laudos, atas e relatórios em matérias relacionadas a membros e servidores, tais como direitos e deveres, observadas as normas legais pertinentes e as resoluções que as regulamentam;
6 - manter os controles relativos à entrega de documentos no ato de nomeação, bem como lavrar e registrar os termos de posse dos membros e dos servidores;
7 - executar e controlar os procedimentos relativos à concessão de bolsas de estágio, bem como elaborar e controlar a folha de pagamento, assinar termo de compromisso e acompanhar o desempenho dos estagiários;
8 - executar a contratação de estagiários junto às instituições conveniadas ou contratadas, bem como executar o desligamento, quando necessário;
9 - controlar e fiscalizar a concessão de benefícios e vantagens financeiras atribuídas aos membros e servidores;
10 - organizar e manter atualizado o quadro de pessoal e de lotação dos membros e servidores;
11 - promover o desenvolvimento e a atualização do plano de capacitação;
12 - coordenar a avaliação do desempenho funcional dos servidores;
13 - contribuir com os elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária da Defensoria Pública, relativamente aos elementos de despesas com pagamento de pessoal;
14 - elaborar e controlar a folha de pagamento dos membros e servidores da Defensoria Pública;
15 - operacionalizar e controlar os procedimentos relativos aos sistemas de gestão e desenvolvimento de pessoas, no que se refere à inclusão e atualização dos dados cadastrais, funcionais e financeiros dos servidores, bolsistas e estagiários, bem como propor mudança visando ao aperfeiçoamento administrativo do sistema;
16 - desenvolver atividades relacionadas com os benefícios funcionais, ingresso, movimentação, lotação, perícia médica e previdência social dos servidores e membros da Defensoria Pública;
17 - providenciar e encaminhar para publicação os atos, portarias e relatórios oficiais de sua área de atuação;
18 - auxiliar na realização dos concursos públicos, no âmbito da Defensoria Pública, observando as normas e as diretrizes emanadas do Conselho Superior;
19 - manter a guarda das pastas funcionais e demais documentos de membros e servidores, bem como organizar os arquivos correntes, intermediários e permanentes relativos à área de atuação;
20 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - planejar, organizar, dirigir e controlar as ações referentes à tecnologia da informação, suporte técnico e orientação aos usuários da Defensoria Pública, de forma a promover segurança ao acesso de informações, por meio do estabelecimento de normas de uso;

2 - identificar as necessidades de tecnologia de informação, por parte dos usuários, de modo a otimizar a execução de tarefas rotineiras;
3 - manter atualizadas as informações contidas no *site* da Instituição;
4 - intermediar o cadastro e renovação do certificado digital dos usuários com a finalidade de mantê-los operantes;
5 - estabelecer as especificações técnicas dos equipamentos de informática e telefonia, de modo a estabelecer padrões de qualidade, bem como auxiliar a aquisição por intermédio da Gerência de Convênios, Contratos e Licitação;
6 - avaliar, definir, coordenar e implementar a aquisição de *software* e serviços correlatos, sistemas de informação e bancos de dados, redes de comunicação, bem como prestar atendimento aos usuários da Instituição na utilização de *software*;
7 - manter relacionamento com os fornecedores de serviços de informática e automação, bem como intermediar a resolução das demandas de membros e servidores;
8 - disponibilizar sistema de suporte e assistência técnica que assegure o recebimento e acompanhamento da demanda de membros e servidores; e
9 - exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo, inerentes ao cargo ou atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral e pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: GERENTE DE APOIO JUDICIÁRIO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - executar e controlar os programas e atividades inerentes à administração de patrimônio, materiais, frota, diárias, compras de passagens e serviços de manutenção;
2 - zelar pela guarda, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações;
3 - efetuar, periodicamente, o levantamento das necessidades de materiais de consumo e permanentes, com a colaboração dos núcleos regionais e da sede da Defensoria, por meio de listas de materiais com o quantitativo solicitado e em estoque, tendo em vista os projetos e atividades programadas;
4 - organizar e manter atualizado os cadastros de fornecedores e de material, com a colaboração do setor de compras e licitação;
5 - inventariar, anualmente, o estoque de materiais permanentes e de consumo;
6 - inventariar, anualmente, os bens patrimoniais em cada um dos Núcleos Regionais;
7 - realizar o procedimento de baixa patrimonial dos bens e materiais que se encontram em estado inservível ou sucateável;
8 - receber as solicitações de mobiliário e equipamentos dos núcleos, abrir procedimento para averiguar disponibilidade, requerer autorização da Diretoria Geral Administrativa e, após autorização, organizar viagem de entrega;
9 - organizar e responder pelo estoque de materiais de informática;
10 - realizar a etiquetação e a inserção no sistema de todos os bens patrimoniais adquiridos por compra ou doação pela Defensoria Pública;
11 - realizar as movimentações patrimoniais internas por meio da confecção dos Termos de Transferência, bem como instaurar os processos de transferência de bens patrimoniais da Defensoria Pública para outros organismos estatais;
12 - organizar o transporte dos bens patrimoniais;
13 - instaurar processos administrativos de sindicância em caso de roubo ou furto de bens patrimoniais, quando do conhecimento, bem como dar baixa patrimonial aos bens que forem furtados/roubados e já tiverem procedimento de sindicância finalizado;
14 - registrar o desaparecimento de bens patrimoniais, instaurar processo administrativo para apuração do fato e, em seguida, dar conhecimento à Corregedoria-Geral para verificação do possível cometimento de infrações funcionais;
15 - catalogar os autos de infração de trânsito recebidos e, em seguida, instaurar processo administrativo destinado a garantir o ressarcimento de eventuais valores adimplidos e a regularizar a situação dos veículos da Defensoria Pública junto aos órgãos de trânsito;
16 - pesquisar os preços dos combustíveis nos postos credenciados pela empresa licitada para o abastecimento dos veículos da frota e emitir circular para dar conhecimento aos motoristas e demais pessoas autorizadas a dirigir;
17 - elaborar e manter organizado o cadastro dos motoristas;
18 - cotar e adquirir passagens aéreas e rodoviárias, bem como informar ao requisitante sobre a aprovação e disponibilidade;
19 - receber e encaminhar as solicitações de diárias para aprovação de deslocamento e pagamento, colher a assinatura dos órgãos e autoridades competentes e registrar as movimentações no sistema de gestão de processos administrativos;
20 - receber as prestações de contas de diárias acompanhadas dos documentos originais e do relatório de viagem preenchido, efetuar os registros e verificações pertinentes e colher a assinatura do Defensor Público-Geral;
21 - realizar as prestações de contas no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), controlar as respectivas movimentações e efetuar os registros aos processos administrativos respectivos;
22 - lavrar pareceres pela regularidade ou irregularidade das prestações de contas, colher as assinaturas dos beneficiários e efetuar os registros necessários nos correspondentes processos administrativos;
23 - organizar e conferir as ordens de serviço recebidas em processos de acompanhamento;
24 - organizar, conferir e encaminhar as notas fiscais;
25 - verificar a correspondência entre os valores da manutenção corretiva orçados e aqueles constantes nos contratos decorrentes dos processos licitatórios e encaminhar os respectivos pedidos de autorização às autoridades competentes;
26 - acompanhar a realização dos serviços contratados;
27 - solicitar a aquisição de materiais de expediente, de copa e de limpeza, receber e armazenar os referidos materiais em almoxarifado e efetuar a entrega nas unidades;
28 - controlar a entrada e saída de materiais no sistema eletrônico de controle de estoque, emitir o relatório de fechamento mensal e encaminhar as informações ao órgão responsável;
29 - elaborar o cronograma anual de entrega de materiais para os Núcleos Regionais;
30 - disponibilizar mensalmente aos Núcleos Regionais lista com a discriminação dos materiais disponíveis e em estoque, bem como enviar o cronograma anual de entrega; e
31 - exercer outras atribuições previstas em lei, ato normativo, inerentes ao cargo ou atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: GERENTE DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - planejar, executar e controlar os programas e atividades inerentes à administração financeira e contábil da Defensoria Pública;
2 - articular-se com os órgãos auxiliares afetos às áreas de controle interno e de planejamento e orçamento, com vistas ao cumprimento de instruções e atos normativos operacionais pertinentes;
3 - colaborar na elaboração dos orçamentos gerenciais, anuais e planos plurianuais das unidades organizacionais integrantes da estrutura da Defensoria Pública, a partir das políticas, diretrizes e objetivos estabelecidos pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
4 - coordenar e acompanhar a execução orçamentária e extraorçamentária das unidades organizacionais integrantes da estrutura da Defensoria Pública;
5 - emitir notas de empenhos, de pré-empenhos e de estorno, boletins financeiros, guias de recolhimento e ordens bancárias;
6 - efetuar o processamento da liquidação e ordens bancárias de despesas das diversas unidades organizacionais que compõem a estrutura da Defensoria Pública, devidamente autorizadas pelo ordenador primário;
7 - acompanhar as atividades das unidades organizacionais da Defensoria Pública que exerçam funções concernentes a pagamento e tesouraria;
8 - promover a emissão, o registro e o controle de todos os documentos de natureza financeira concernentes à Defensoria Pública, bem como prestar ao Tribunal de Contas do Estado as informações solicitadas;
9 - contabilizar, analiticamente, a receita e a despesa das unidades organizacionais integrantes da estrutura da Defensoria Pública, de acordo com os atos e fatos contábeis relacionados à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e tributária, de acordo com a legislação vigente;
10 - elaborar os balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis e recomendar ao Conselho Superior da Defensoria Pública a aprovação do balanço anual e demais deliberações;
11 - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, por intermédio do Sistema Administrativo de Controle Interno, a documentação relativa às prestações de contas ou solicitada em diligências; e
12 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: GERENTE DE CONTRATOS

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - analisar termos de referência e projetos básicos encaminhados pelas unidades demandantes, verificando se eles apresentam justificativa para aquisição de bens ou para contratação de obras e serviços; descrição sucinta e clara do objeto; estimativa de custo contendo orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; e atendimento aos demais requisitos normativos em vigor;
2 - sugerir ajustes aos termos de referência e projetos básicos de forma a permitir o aprimoramento dos seus conteúdos;
3 - elaborar minutas de editais para aquisição de bens e para contratação de obras e serviços;
4 - impulsionar os procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
5 - organizar e ordenar a agenda de sessões públicas das licitações, promovendo o trâmite dos procedimentos segundo os níveis de prioridade fixados pela Diretoria Geral Administrativa;
6 - providenciar a divulgação de editais e respectivas alterações que venham a ser implementadas no curso da licitação;
7 - responder a esclarecimentos e questionamentos, recorrendo ao apoio da área demandante sempre que julgado necessário;
8 - realizar as sessões públicas das licitações, de acordo com a programação definida;
9 - requerer, receber e conferir a documentação encaminhada pelos licitantes, certificando-se de que atendem a todos os requisitos editalícios;
10 - conduzir a negociação com os licitantes, na busca de condições mais vantajosas para a Administração, consoante os limites impostos pela legislação vigente;
11 - analisar, julgar e classificar as propostas;
12 - proceder à análise e ao julgamento da habilitação dos licitantes;
13 - desclassificar empresas em decorrência da inobservância de prazos, falhas em propostas ou desatendimento às regras fixadas para o certame;
14 - encaminhar, para a área técnica específica, para análise e manifestação, documentação relativa ao certame licitatório, bem como a amostra do produto ofertado, quando solicitada;
15 - inabilitar empresas nos casos de desatendimento às regras fixadas para o certame;
16 - adjudicar o objeto da licitação quando executada na modalidade de pregão;
17 - manifestar-se sobre os recursos administrativos interpostos pelos licitantes;
18 - adotar as providências para divulgação do resultado das licitações e dos atos de revogação e de anulação de procedimentos licitatórios;
19 - propor revogação, anulação, repetição e homologação de processo licitatório;
20 - mediante provocação, promover a realização de apostilamentos e aditivos aos contratos e outros ajustes;
21 - propor o apenamento de licitante, cuja conduta viole as regras editalícias ou a legislação em vigor;
22 - expedir certidão, despacho, manifestação técnica, memorando, ofício e petição administrativa sobre atos administrativos e documentos submetidos à análise da Gerência de Convênios, Contratos e Licitações;
23 - manifestar-se sobre os assuntos submetidos à sua apreciação pela Diretoria Geral Administrativa;
24 - zelar pela observância dos princípios constitucionais e administrativos, guardando o cumprimento dos ditames legais das normas gerais e específicas relativas à licitação e contratos;
25 - coordenar, orientar, acompanhar, distribuir e controlar as atividades da Gerência de Convênios, Contratos e Licitações;
26 - realizar a gestão dos recursos materiais e patrimoniais da Gerência de Convênios, Contratos e Licitações; e
27 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - atender aos órgãos de comunicação;
2 - desenvolver, preparar e distribuir material informativo;
3 - selecionar o noticiário de interesse da Defensoria Pública e divulgá-lo por meio de resenhas e *clippings* diários;
4 - editar boletim informativo da Defensoria Pública;
5 - administrar e veicular notícias na página eletrônica da Defensoria Pública;
6 - agendar e acompanhar entrevistas; subsidiar os defensores públicos e servidores em entrevistas coletivas, se assim solicitado, e auxiliar nos esclarecimentos necessários para a imprensa, sob a supervisão e direção do Defensor Público-Geral;
7 - assessorar a produção de programas especiais em rádio e televisão relacionados à Defensoria Pública;
8 - realizar o registro escrito e fotográfico dos eventos ocorridos na Defensoria Pública e manter arquivo das imagens, fotografias e material jornalístico produzido sobre as atividades da Defensoria Pública;
9 - gerenciar as mídias sociais da Defensoria Pública;
10 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: ASSESSOR DE GABINETE

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - organizar os contatos do Defensor Público-Geral com autoridades e público em geral em sua representação institucional;
2 - receber e expedir as correspondências da Defensoria Pública-Geral e da Subdefensoria Pública-Geral;
3 - preparar a agenda de compromissos e atividades;
4 - providenciar as publicações da Defensoria Pública no Diário Oficial Eletrônico, bem como registrá-las e catalogá-las;
5 - executar trabalhos de digitação e datilográficos de todo o expediente do Defensor Público-Geral e da Subdefensoria Pública-Geral, desincumbindo-se, ainda, das atividades relacionadas com os serviços de digitalização e fotocópia;
6 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

CARGO: ASSESSOR DE CREDENCIAMENTO

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:
1 - organizar os contatos do Diretor de Credenciamento com autoridades e público em geral;
2 - receber e expedir as correspondências físicas ou eletrônicas relacionadas ao Sistema de Credenciamento, sob a supervisão e direção do Diretor de Credenciamento;
3 - preparar a agenda de compromissos e atividades relacionadas ao Sistema de Credenciamento, sob a supervisão e direção do Diretor de Credenciamento;
4 - prestar assessoria direta ao Diretor de Credenciamento sobre matérias afetas à atribuição deste e referentes ao Sistema de Credenciamento;
5 - executar tarefas que envolvam apoio no processamento de processos judiciais e administrativos relacionados ao Sistema de Credenciamento;
6 - oferecer manifestação ao Diretor de Credenciamento sobre matéria a ele encaminhada;
7 - propor ao Diretor de Credenciamento diligências e requisições que entenda indispensáveis ao exercício de suas atribuições;
8 - participar de comissões e grupos de trabalho, quando designados;
9 - coletar e registrar informações no sistema de automação judiciário;
10 - realizar ou auxiliar no atendimento dos usuários dos serviços da Defensoria Pública e/ou do Sistema de Credenciamento;
11 - efetuar as atribuições necessárias ao suporte do Diretor de Credenciamento, sempre que solicitados; e
12 - exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, bem como as inerentes ao cargo e as atribuídas diretamente pelo Defensor Público-Geral ou pelo Subdefensor Público-Geral no âmbito de suas atribuições regimentais.

"

Razões do veto

Os dispositivos vetados, na forma como foram aprovados pela Assembleia Legislativa, são inconstitucionais e/ou contrariam sobremaneira o interesse público, conforme razões apresentadas pela PGE e SEF.

O arts. 2º, 4º, 5º e 35 são inconstitucionais. Os arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34 e os Anexos I, II, III, IV, V, VI e X, além de inconstitucionais, contrariam o interesse público. E os arts. 14, incisos II e III, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 36 e 39 são contrários ao interesse público.

A PGE recomendou o veto parcial pelas seguintes razões:

Percebe-se que o Projeto de Lei, a partir do quanto disposto nos artigos transcritos, propõe-se a estabelecer, nos seus demais dispositivos, o regime jurídico dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Tanto assim o é que o *caput* do art. 2º refere que o regime a ser aplicado a tais servidores é o estatutário - não o celetista -, e que o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado a eles se aplica na forma apenas subsidiária.

[...]

Portanto, salvo naquilo em que o Projeto de Lei Complementar se propõe a criar e extinguir cargos e a fixar a remuneração dos seus servidores, as demais questões nele reguladas dizem respeito ao regime jurídico dos servidores públicos, acerca do qual a iniciativa legislativa privativa é do Chefe do Poder Executivo.

[...]

Em razão do exposto acolho o parecer em referência, com a recomendação de veto aos artigos 2º, do Título I, das Disposições Preliminares, dos arts. 4º e 5º, do Título II, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos; dos arts. 6º até o 13º, inclusive, do Título III, que dispõe sobre a Carreira e Progressão Funcional; dos arts. 23 a 32, do Título V, que regula a Política Remuneratória; dos arts. 33, 34 e respectivos parágrafos, e 35, do Título VI, concernentes às Disposições Gerais Finais, por afrontar a iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo para iniciar leis que dispõem sobre o regime jurídico único dos servidores públicos, art. 61, § 1º, letra c da CF e art. 50, § 2º, inciso IV, da CE, por via consequência ao princípio constitucional da igualdade e isonomia, bem como o art. 37, II e V, da CF, vício que se estende aos correspondentes Anexos.

Por sua vez, a SEF, consultada a respeito do autógrafo em análise, mediante sua Consultoria Jurídica e Diretoria do Tesouro Estadual também se posicionou contrariamente à aprovação dos dispositivos arrolados que tenham impacto financeiro. Da manifestação da SEF extraem-se os seguintes excertos:

[Comunicação Interna nº 348/2017]

Segundo consta da exposição de motivos, o impacto financeiro está estimado em "um custo de R$ 951.966,45 mensais para o exercício de 2018", sendo que as despesas correrão à conta das dotações próprias do Orçamento da Defensoria Pública, entretanto, ficando o chefe do Poder Executivo autorizado a promover as adequações no Plano Plurianual e a remanejar as dotações orçamentárias necessárias à implementação desta Lei.

Observe-se que nas leis de iniciativa da DPE nesses primeiros anos da instituição (Lei n. 16.737/15 – indenização pela utilização de veículo próprio aos Defensores; Lei n. 17.006/16 – auxílio alimentação majorado para R$ 800,00; Lei n. 17.224/17 – aumento em mais de 100% do subsídio dos Defensores), é observada uma nítida priorização do aumento remuneratório da carreira de Defensor Público em relação à ampliação do número de vagas de membros e servidores, e, portanto, da ampliação do atendimento.

[...]

Na proposta é mencionado que as despesas correrão às custas das dotações orçamentárias da Defensoria Pública do Estado. Num primeiro momento tem-se a impressão que a Defensoria dispõe de sobras orçamentárias para fazer frente às novas despesas.

Contudo, a realidade é outra. Em razão do art. 17 da LRF, deveriam estar presentes as medidas compensatórias para fazer frente ao aumento da despesa. Contudo, como inexistente essa informação, para atendimento das novas despesas será necessário aumentar as dotações da Defensoria Pública, e para tanto, como vem sendo feito anualmente para atender aos aumentos salariais aprovados e outras despesas, é necessária a redução das dotações orçamentárias de outros órgãos e entidades do Poder Executivo.

Porém, o Poder Executivo vem amargurando os efeitos financeiros decorrentes da crise econômica nacional, que, no curso dos últimos dois anos (2015-2016), corroeu em termos reais a arrecadação estadual em 4,7%.

[...]

Portanto, neste ponto, temos a informar que os órgãos e entidades do Poder Executivo ao longo dos últimos três anos vêm sofrendo um contingenciamento, sendo, em nosso ver, inviável o corte adicional que seria necessário para fazer frente às despesas previstas no projeto de lei apresentado pela DPE.

[...]

Outro ponto que não pode deixar de ser considerado no momento atual é que em 2018 e 2019, por força do Acordo Federativo firmado entre a União e os entes federados, e disposto no art. 4º da Lei Complementar federal n. 156/2016, o crescimento anual das despesas primárias correntes do Estado de Santa Catarina estará limitado à inflação (índice do IPCA).

[Parecer nº 07/2018]

No que pertine exclusivamente ao projeto em análise, a Diretoria do Tesouro apontou três óbices principais: o aumento de despesas da Defensoria Pública pode impactar no Tesouro Estadual, ainda que o órgão detenha orçamento próprio; o aumento de despesas pode levar ao descumprimento da LRF; o aumento de despesas pode afetar o cumprimento do Acordo Federativo firmado com a União.

Quanto ao primeiro óbice, é fato que a Defensoria Pública possui autonomia orçamentária. Contudo, aumentos de despesas no órgão tendem a resultar no aumento do orçamento, o que resultaria, por consequência, na redução das disponibilidades do Poder Executivo, as quais já são insuficientes para atender as demandas da população.

Quanto aos limites de despesas de pessoal para fins de observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme relatou a Diretoria de Tesouro, o posicionamento do Tribunal de Contas tem sido, realmente, no sentido de que o Poder Executivo deve incluir os gastos da Defensoria em seu cálculo, o que resultaria na superação dos limites legais estabelecidos pela LRF.

Por fim, no que diz respeito ao Acordo Federativo, o aumento de despesas da Defensoria Pública, como expôs a DITE, pode afetar o cumprimento do compromisso legal e contratual assumido com a União.

Em razão do exposto, verifica-se afronta ao interesse público pela proposta, razão pela qual nos manifestamos de forma contrária a ela [...].

A criação de cargos comissionados e funções gratificadas, tal como pretendido nos arts. 14, incisos II e III, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 e nos Anexos III, V, VI e X do Projeto de Lei Complementar nº 031/2017, muito embora esteja arrolada nas hipóteses de iniciativa legislativa da Defensoria Pública, contraria o interesse público, haja vista as limitações existentes para aumento de despesa com pessoal, bem como a existência do Acordo Federativo firmado com a União, autorizado pela Lei nº 17.325, de 16 de novembro de 2017, pelo qual o Estado se comprometeu a limitar, nos exercícios de 2018 e 2019, o crescimento anual das despesas primárias correntes à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Já o art. 36, em decorrência do veto aos dispositivos que acarretam aumento de despesa, também contraria o interesse público.

Por fim, o art. 39, cujo conteúdo revoga dispositivos de lei vigente, merece ser vetado, a fim de manter o atual regime jurídico dos servidores da Defensoria Pública do Estado.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Cod. Mat.: 505028

LEI Nº 17.492, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas gerais disciplinadoras da ocupação e uso do solo para fins de atividades urbanas e do parcelamento do solo em zona urbana ou rural com tipificação de uso urbano.

Parágrafo único. A aplicação desta Lei dar-se-á sem prejuízo de outras normas específicas de âmbito federal, estadual ou municipal que com ela sejam compatíveis, respeitadas as competências constitucionais de cada ente.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – (Vetado)

II – (Vetado)

III – gleba: imóvel que ainda não foi objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;

IV – lote: unidade imobiliária resultante de loteamento ou desmembramento, também denominada de terreno;

V – unidade autônoma: unidade imobiliária de uso privativo resultante de condomínio urbanístico ou de edificação multifamiliar;

VI – fração ideal: índice da participação abstrata e indivisa de cada condômino nas coisas comuns do condomínio urbanístico ou edilício, expresso na forma decimal, ordinária ou percentual;

VII – parcelamento do solo: divisão de uma gleba em lotes nas modalidades urbanísticas abaixo descritas:

a) loteamento: divisão de imóvel em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias destinadas ao uso público, ou com prolongamento, modificação ou ampliação das já existentes;

b) (Vetado)

c) (Vetado)

d) (Vetado)

e) (Vetado)

f) (Vetado)

g) (Vetado)

h) condomínio urbanístico de lotes: divisão da gleba ou terreno em lotes, caracterizados como unidades autônomas destinadas à edificação residencial, comercial, empresarial, industrial, de logística e de serviços, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, admitidas as aberturas de vias de domínio privado e vedada a de logradouros públicos internamente ao seu perímetro;

i) (Vetado)

j) desmembramento: divisão de imóvel em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

k) remembramento: unificação de dois ou mais lotes urbanos ou rurais contíguos em um único imóvel; e

l) parcelamento do solo de uso misto: parcelamento em que se admite o uso de diferentes modalidades urbanísticas em um mesmo projeto ou empreendimento, quer seja loteamento ou condomínio, respeitadas as características de cada modalidade urbanística individual, desde que atendido o zoneamento urbanístico municipal;

VIII – mobilidade urbana: garantia de que o sistema viário público esteja predominante dentro das cidades, garantindo a mobilidade urbana, através de travessas, alamedas, ruas, avenidas, perimetrais, contornos viários, corredores de ônibus, de ciclistas, de trens, de metrô, o livre acesso às praias e demais bens de uso comum do povo, e, ainda, nas regiões metropolitanas garantindo a interligação dos sistemas de mobilidade indicada anteriormente entre Municípios circunvizinhos;

IX – área destinada a uso público: aquela referente ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários, praças, espaços livres de uso público, áreas verdes, corredores ambientais, de passagem, e a outros logradouros públicos;

X – área destinada a uso comum dos condôminos: aquela referente ao sistema viário interno, áreas de convivência e lazer, áreas verdes, e as demais áreas integrantes de condomínios urbanísticos não definidos como unidades autônomas;

XI – equipamento urbano e comunitário: de uso público para educação, cultura, saúde, segurança, esporte, lazer, convívio social e às edificações da administração municipal e às sedes de associações de moradores;

XII – infraestrutura básica: sistemas de escoamento das águas pluviais, de esgotamento sanitário, de abastecimento de água potável contemplando as redes adutoras e de distribuição, os reservatórios, as cisternas, os motores, as bombas, e outros equipamentos, o sistema de energia elétrica e iluminação pública, e a pavimentação, o meio-fio e calçadas;

XIII – infraestrutura complementar: servidão de serviços, as redes de telefonia, de fibra ótica e outras redes de

comunicação, a rede de gás canalizado e outros elementos não contemplados na infraestrutura básica;

XIV – autoridade licenciadora: ente do Poder Executivo responsável pela concessão da licença urbanística e ambiental integrada do parcelamento do solo, para fins urbanos ou do plano de regularização fundiária;

XV – licença urbanística e ambiental integrada: ato administrativo vinculado, pelo qual a autoridade licenciadora estabelece as exigências de natureza urbanística e ambiental para o empreendedor implantar, alterar, ampliar ou manter parcelamento do solo, para fins urbanos e para proceder à regularização fundiária;

XVI – licença final integrada: ato administrativo vinculado, pelo qual a autoridade licenciadora declara que o empreendimento foi fisicamente implantado e executado de forma regular, com atendimento das exigências urbanísticas e ambientais estabelecidas pela legislação em vigor ou fixadas na licença;

XVII – comissão de representantes: colegiado formado pelos compradores de lotes ou unidades autônomas para fiscalizar a implantação do parcelamento do solo para fins urbanos;

XVIII – (Vetado)

XIX – demarcação urbanística: procedimento administrativo pelo qual o Poder Público, no âmbito da regularização fundiária de interesse social ou de interesse específico, demarca o imóvel, definindo seus limites, área, localização e confrontantes, com a finalidade de identificar seus ocupantes, qualificar a natureza e o tempo das respectivas posses;

XX – legitimação de posse: ato do Poder Público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto de regularização fundiária urbana, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma da Lei federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

XXI – Zona Especial de Interesse Social (ZEIS): área urbana ou rural instituída pelo Plano Diretor ou definida por lei municipal, estadual ou federal, destinada, predominantemente, à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como de requisitos urbanísticos e do código de obras e de edificações diferenciados;

XXII – empreendedor: responsável pela implantação do parcelamento, cuja condição pode ser de:

a) proprietário do imóvel a ser parcelado;

b) compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou o foreiro, desde que o proprietário expresse sua anuência em relação ao empreendimento e sub-rogue-se nas obrigações do compromissário comprador, cessionário ou promitente cessionário, ou do foreiro, em caso de extinção do contrato;

c) ente da Administração Pública Direta ou Indireta habilitado a promover a desapropriação com a finalidade de implantação de parcelamento habitacional ou a realizar regularização fundiária de interesse social, desde que tenha ocorrido a regular imissão na posse;

d) a pessoa física ou jurídica contratada, pelo proprietário do imóvel a ser parcelado ou pelo Poder Público, para executar o parcelamento ou a regularização fundiária, em forma de parceria, sob regime de obrigação solidária, devendo o contrato ser averbado na matrícula do imóvel no competente Registro de Imóveis; ou

e) cooperativa habitacional ou associação de moradores, quando autorizadas pelo titular do domínio ou por associação de proprietários ou compradores, que assuma a responsabilidade pela implantação do parcelamento;

XXIII – área conurbada: composta por dois ou mais Municípios com malha urbana contínua;

XXIV – restrição urbanística: norma urbanística de caráter mais restritivo que aquela imposta pelo Plano Diretor, ou legislação municipal específica, introduzida pelo empreendedor ou pelo Poder Público, a ser aplicada no parcelamento do solo, destinada a estabelecer restrição de uso, ocupação e utilização da propriedade em benefício dos futuros ocupantes daquela zona ou empreendimento, devendo-se definir o caráter temporário ou definitivo da restrição;

XXV – Conselho Municipal do Plano Diretor (CMPD) ou Conselho das Cidades (CONCIDADE): conselho municipal de natureza consultiva e deliberativa, com participação popular, que tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar a sua implementação;

XXVI – faixa de passagem de inundação: área de várzea ou planície de inundação adjacente aos cursos d'água que permite o escoamento de enchente;

XXVII – servidão de serviços: área pública e/ou privada para passagem aérea ou subterrânea para obras e serviços, com ou sem tubulações, ou, ainda, faixa de passagem de inundação, para o escoamento de águas excedentes ou enchentes;

XXVIII – associação de moradores: associação de moradores vinculada aos empreendimentos imobiliários previstos nesta Lei, ou criada especialmente para colaborar na gestão das áreas públicas ou nas privadas de uso coletivo destes empreendimentos, tendo as mesmas características de uma gestão condominial, e, para efeitos legais, equiparadas a esta, cabendo a cobrança de mensalidades e chamadas de capital para melhorias, em benefício dos moradores dessas áreas públicas ou privadas de uso coletivo, desde que previstas nos estatutos sociais e aprovadas por assembleias gerais regulares; e

XXIX – urbanização: processo de transformação das características de uma localidade, região, bairro ou área, com a implantação de equipamentos urbanos e aplicação das modalidades urbanísticas de parcelamento do solo.

TÍTULO II
DO PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS URBANOS

CAPÍTULO I
DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS E AMBIENTAIS

Art. 3º O parcelamento do solo urbano no Estado deve ser feito mediante as modalidades urbanísticas previstas nesta Lei, observadas as disposições da legislação federal e municipal pertinente.

§ 1º As ações de parcelamento do solo no Território catarinense devem estar adequadas aos elementos estruturadores dos Municípios, detalhados nos Planos Diretores, considerando-se:

I – a conservação das condições hidrológicas originais das bacias e alternativas de amortecimento da vazão pluvial, bem como as características hidrológicas de cada região;

II – as áreas verdes, principalmente aquelas de cobertura vegetal arbórea;

III – as características geológicas e a topografia do terreno;

IV – a adequação do traçado urbanístico proposto ao sistema de circulação existente no Município, garantindo o seu prolongamento pela largura existente e a sua ampliação ou modificação, observando-se as características topográficas do solo e os elementos de estruturação do território; e

V – a mobilidade urbana do Município.

§ 2º É admitido o parcelamento do solo em parcela inferior à totalidade de sua matrícula, desde que identificado o imóvel em sua totalidade.

Art. 4º O parcelamento do solo para fins urbanos deve observar os requisitos urbanísticos e ambientais e as exigências específicas estabelecidas nesta Lei, não se admitindo o parcelamento do solo:

I – nas áreas alagadiças ou sujeitas à inundação, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento ou a contenção das águas;

II – nos locais considerados contaminados ou suspeitos de contaminação por material nocivo ao meio ambiente ou à saúde pública, sem que sejam previamente descontaminados, atendidas as exigências do órgão ambiental competente;

III – nas áreas sujeitas a deslizamento de encosta, abatimento do terreno, processo de erosão linear ou outra situação de risco, antes de tomadas as providências para garantir sua estabilidade;

IV – nas áreas que integrem unidades de conservação da natureza incompatíveis com esse tipo de empreendimento;

V – nas áreas onde for técnica ou economicamente inviável a implantação de infraestrutura básica, serviços públicos de transporte coletivo ou equipamentos comunitários;

VI – nas áreas onde houver proibição em virtude das normas ambientais ou de proteção do patrimônio cultural;

VII – nas áreas onde houver proibição em virtude das normas aeroportuárias ou de proteção do espaço aéreo; e

VIII – nos terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências das autoridades competentes.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora deve especificar os estudos técnicos a serem apresentados pelo empreendedor, necessários à comprovação do atendimento ao disposto no *caput* deste artigo.

Art. 5º A autoridade licenciadora deve manter disponíveis informações completas e atualizadas sobre:

I – o Plano Diretor e a legislação municipal de interesse urbanístico e ambiental;

II – as vias urbanas ou rurais, existentes ou projetadas, que compõem o sistema viário do Município;

III – a localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes ou projetados; e

IV – outras informações técnicas necessárias ao projeto de parcelamento do solo.

§ 1º As informações de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo devem, preferencialmente, conter coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro.

§ 2º Os órgãos municipais, estaduais e federais competentes devem manter disponíveis e atualizados os requisitos urbanísticos e ambientais, bem como outras informações necessárias ao projeto de parcelamento do solo que se insiram no campo de sua atuação.

Seção I
Das Modalidades Urbanísticas do Parcelamento do Solo

Art. 6º O parcelamento do solo para fins urbanos deve observar os requisitos urbanísticos e ambientais previstos em legislação, bem como as exigências específicas estabelecidas pela licença urbanística e ambiental do empreendimento.

Art. 7º (Vetado)

Seção II
Dos Requisitos Urbanísticos

Art. 8º Na elaboração de Planos Diretores e outros instrumentos de planejamento urbano, independentemente do número de habitantes do Município, deve haver a indicação e instituição de:

I – áreas urbanas ocupadas passíveis de regularização fundiária ou para ocupação prioritária de novos empreendimentos gravadas como ZEIS;

II – procedimentos simplificados para o licenciamento de regularização fundiária de parcelamento do solo, para fins urbanos em ZEIS;

III – (Vetado)

IV – (Vetado)

V – definição do prolongamento das vias na área do perímetro urbano ou de expansão urbana, e as do meio rural, que serão as preferenciais, com as suas respectivas larguras mínimas, a fim de viabilizar o fluxo estimado decorrente do desenvolvimento da cidade e de garantir a mobilidade urbana no Município, consignado o prolongamento por meio de mapas.

Art. 9º O parcelamento do solo para fins

urbanos, deve atender às normas e diretrizes urbanísticas expressas no Plano Diretor, se houver, e nas leis municipais de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, bem como aos seguintes requisitos:

I – as áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos devem ser diretamente proporcionais à densidade de ocupação prevista no Plano Diretor ou legislação específica, salvo as áreas mínimas previstas nesta Lei;

II – as vias públicas devem se articular com o sistema viário adjacente, existente ou projetado, harmonizar-se com a topografia local e garantir o acesso público aos corpos d'água, às praias e às demais áreas de uso comum do povo; e

III – a infraestrutura básica deve ser implantada no prazo previsto no cronograma físico de obras e serviços.

Art. 10. Em qualquer modalidade de parcelamento e independentemente do percentual de áreas destinadas a uso público, a autoridade licenciadora pode exigir a reserva de faixa não edificável destinada à implantação de infraestrutura básica ou complementar, especialmente junto às rodovias.

Art. 11. Sem prejuízo de outras obrigações previstas nesta Lei, a legislação municipal pode exigir do empreendedor:

I – contrapartida, observado, no que couber, o estabelecido nos arts. 28 a 31 da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; e

II – doação de área para implantação de programas habitacionais de interesse social ou de recursos para fundo municipal de habitação.

Parágrafo único. A transferência para o domínio público das áreas destinadas a uso público nos parcelamentos de solo não configura a contrapartida obrigatória a que está sujeito o empreendimento.

Seção III
Dos Requisitos dos Planos Diretores Municipais

Art. 12. Respeitadas as disposições desta Lei, cabe ao Plano Diretor ou a outra lei municipal diversa, definir:

I – os usos e os parâmetros urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo;

II – as modalidades de parcelamento admissíveis;

III – as diretrizes para a articulação do parcelamento do solo com o desenho urbano; e

IV – as diretrizes para o sistema de áreas verdes e institucionais.

§ 1º Observado o disposto no *caput* deste artigo, em relação à implantação de condomínios urbanísticos de lote, cabe à legislação municipal determinar:

I – os locais da área urbana onde essa implantação é admitida, respeitadas, se houver, as restrições estabelecidas pelo Plano Diretor;

II – a dimensão máxima do empreendimento ou do conjunto de empreendimentos contíguos;

III – os parâmetros relativos à contiguidade entre empreendimentos;

IV – as formas admissíveis de fechamento do perímetro;

V – a necessidade ou não de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);

VI – os critérios e as responsabilidades em relação à manutenção da infraestrutura básica interna e da complementar;

VII – as hipóteses e as condições em que for exigida reserva de áreas destinadas a uso público de cunho institucional ou para o alargamento das vias existentes a fim de atingir a largura mínima para garantir a mobilidade, em ocorrendo no processo tal exigência, tais áreas serão doadas ao Município no ato do registro do Condomínio, conforme o disposto no art. 22 da Lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e

VIII – outros requisitos julgados necessários para assegurar a mobilidade urbana e o livre acesso às praias e demais bens de uso comum do povo.

§ 2º Inexistindo a legislação prevista no § 1º deste artigo, é vedada a concessão de licença para a implantação de condomínios urbanísticos.

Seção IV
Dos Requisitos Sanitários nos Empreendimentos

Art. 13. Previamente ao desenvolvimento do projeto dos sistemas de água e esgoto dos empreendimentos, deve o empreendedor realizar a consulta de viabilidade técnica e econômica da prestação desses serviços pela concessionária de serviço público, buscando orientação acerca dos documentos a serem apresentados e procedimentos a serem adotados para análise do projeto, execução da obra e seu recebimento.

Parágrafo único. Na implantação das atividades de parcelamento do solo e nos condomínios urbanísticos de lotes, será exigido do empreendedor que demonstre as soluções para o tratamento de efluentes residuais do empreendimento, devendo apresentar proposta mediante laudo técnico, independentemente do número de unidades planejadas.

Art. 14. (Vetado)

Art. 15. (Vetado)

Seção V
Das Disposições dos Acessos Públicos aos Empreendimentos

Art. 16. Considera-se acesso público para novos loteamentos ou condomínios urbanísticos de lotes a confrontação em sua porção frontal com rua, via, avenida ou rodovia, oriunda de empreendimento regular aprovado pelo Município, ou implantado pelo Poder Público, devendo a gleba a ser urbanizada conter acesso interligado.

§ 1º Não será autorizado novo empreendimento sem acesso, caso esteja a uma distância superior a 1.000 m (mil metros) a partir do loteamento regular aprovado e registrado no Ofício de Registro de Imóveis.

§ 2º Quando o acesso público se restringir a uma estrada municipal de pequena largura, que não atinja as medidas mínimas do prolongamento viário previsto na legislação municipal, fica autorizada a sua ampliação até atingir a medida mínima.

§ 3º (Vetado)

§ 4º (Vetado)

§ 5º (Vetado)

§ 6º (Vetado)

§ 7º Se a rua ou via que estiver localizada na divisa com a gleba a ser urbanizada for pública, se for oriunda de urbanização que já tenha realizado as doações legais ao Município e se, em outros trechos da mesma via, rua ou avenida anteriores ao trecho legalizado não ocorreram as necessárias doações, não fica caracterizado motivo para impedir a aprovação do novo empreendimento.

§ 8º Se, nas novas urbanizações, no prolongamento das vias ou implantação de novas vias, o antigo traçado da estrada municipal existente ficar deslocado e sem utilidade, e desde que não inviabilize o atendimento a nenhuma família usuária do acesso, a área atingida pelo acesso anterior será fechada, e devolvida ao antigo proprietário. Se a área ainda não tiver sido excluída do título, voltará automaticamente ao patrimônio do proprietário da gleba a ser urbanizada, de acordo com os projetos que devem fazer parte do processo.

§ 9º Na hipótese do § 8º deste artigo, caso a área da estrada a ser fechada tenha sido transferida à titularidade do Município, e havendo o interesse público, aprovado pelo Conselho do Plano Diretor ou Conselho das Cidades, do seu deslocamento para dentro ou para frente da futura urbanização, deve o Poder Executivo proceder ao desafetamento de tal estrada, por meio de autorização legislativa, e a área pública ser permutada pela nova área da via em seu novo traçado.

Seção VI
Das Autorizações de Ligações pelas Concessionárias Públicas

Art. 17. Para os efeitos desta Lei, nos parcelamentos do solo, somente será concedida ou autorizada a implantação e operacionalização da infraestrutura necessária para o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água e gás, em zona urbana e rural, conforme o caso, após os seguintes procedimentos:

I – nos imóveis localizados em áreas urbanas, deve o proprietário ou interessado, devidamente autorizado pelo proprietário, apresentar o justo título, seja o imóvel pertencente a lote urbano, loteamento, condomínio horizontal e/ou vertical;

II – para qualquer outra modalidade de ocupação, a ligação somente poderá ser efetuada, mesmo que em caráter provisório, se estiver acompanhada da expedição do Alvará de Licença para a Construção, emitida pela autoridade pública municipal competente, e a ligação de energia, em caráter definitivo, somente após a expedição e apresentação do competente Alvará de Habite-se municipal;

III – para o caso de loteamentos e condomínios urbanos e/ou rurais, verticais e/ou horizontais, a concessionária de serviço público somente poderá liberar a energização do empreendimento mediante a competente comprovação dos seguintes documentos:

a) Alvará de Parcelamento do Solo e/ou de Aprovação do Condomínio; e

b) registro no Ofício de Registro de Imóveis da comarca competente, com a cópia da matrícula imobiliária atualizada do empreendimento.

Parágrafo único. Em caso de emergência e de relevante interesse social é permitida a ligação de energia elétrica em caráter provisório e com prazo definido, estando a concessionária de serviço público, findo o prazo, obrigada a realizar o desligamento do serviço.

Seção VII
Das Restrições Urbanísticas aos Empreendimentos

Art. 18. Fica autorizada, nos empreendimentos de parcelamento do solo, a aplicação de restrições urbanísticas, devendo os Municípios adotarem os seguintes procedimentos:

I – pretendendo o empreendedor aplicar restrições urbanísticas no parcelamento do solo, deverá apresentar as mesmas ao Município fazendo constar no processo do parcelamento, que, por sua vez, fará a conferência de que estas obrigações são mais restritivas do que consta o Plano Diretor, vinculando a sua validade por prazo determinado ou indeterminado, dependendo das características do empreendimento;

II – (Vetado)

III – (Vetado)

IV – aplicadas as restrições urbanísticas em empreendimentos de usos industriais pelas atividades de baixo, médio e alto impactos ambientais, bem como em outras atividades de logística, prestação de serviços ou comércio, sendo estes incompatíveis entre si, poderão ser gravadas restrições em caráter perpétuo;

V – aplicadas as restrições urbanísticas em caráter definitivo, estas perdem a sua aplicabilidade quando, no decorrer do tempo, os envolvidos não mais executarem ou praticarem as atividades iniciais programadas, e não mais houver incompatibilidades aos demais, podendo ser as restrições modificada e/ou extinta, constatado por meio de parecer técnico emitido pelo Município; e

VI – é facultado ao órgão ambiental competente, mediante regulamentação específica, fixar a emissão parcial de Licença Ambiental de Operação (LAO) para empreendimentos imobiliários do gênero parcelamento do solo, autorizando as edificações desde que o projeto tenha previsto as etapas ou fases, e contenha as obras mínimas da rede de água potável, energia elétrica, iluminação pública, rede de coleta de águas pluviais, sistema de tratamento de esgoto coletivo e/ou individual, e as vias com trafegabilidade garantidas, mesmo sem a conclusão da pavimentação.

TÍTULO III
DO EMPREENDIMENTO E DO LICENCIAMENTO

CAPÍTULO I
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E URBANÍSTICO

Art. 19. A implantação de parcelamento do solo para fins urbanos, depende da aprovação do projeto pela autoridade licenciadora, e será formalizada pela emissão da licença urbanística e ambiental.

§ 1º No requerimento da licença urbanística e ambiental, deve ser apresentado e avaliado o impacto urbanístico e ambiental do empreendimento, bem como

explicitadas as exigências demandadas do empreendedor.

§ 2º No parcelamento do solo implantado em Município de gestão plena, a autoridade licenciadora pode adotar a modalidade de licenciamento urbanístico e ambiental integrado, a ser emitido em ato único.

§ 3º O licenciamento ambiental será exigido para as atividades potencialmente poluidoras, definidas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), observado o porte e o potencial poluidor.

CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR E DO PODER PÚBLICO NA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS URBANIZAÇÕES

Art. 20. Na implantação e manutenção das urbanizações cabe ao empreendedor:

I – a demarcação:

a) dos lotes destinados à comercialização e áreas destinadas a uso público dos loteamentos;

b) dos lotes dos desmembramentos;

c) das unidades autônomas, das áreas destinadas a uso comum dos condôminos e, nos termos da lei municipal, das áreas destinadas a uso público dos condomínios urbanísticos; e

d) dos limites das APPs;

II – a implementação:

a) do sistema viário;

b) da infraestrutura básica, com exceção dos sistemas individuais de disposição de esgoto sanitário;

c) dos elementos da infraestrutura complementar quando exigidos;

d) das edificações do parcelamento integrado à edificação; e

e) das medidas necessárias à recuperação das APPs definidas no licenciamento ambiental;

III – a manutenção da infraestrutura básica e complementar das áreas destinadas a uso público até a expedição da licença final;

IV – a manutenção, até o registro do parcelamento do solo ou da instituição do condomínio urbanístico de lotes no Registro de Imóveis, do sistema viário, das áreas destinadas a uso comum dos condôminos, da infraestrutura básica e complementar interna e, nos termos da lei municipal, das áreas destinadas a uso público dos condomínios urbanísticos de lotes; e

V – a execução de medidas compensatórias eventualmente exigidas pelos Municípios quando da aprovação da urbanização.

Art. 21. (Vetado)

I – (Vetado)

II – (Vetado)

§ 1º (Vetado)

§ 2º A implantação, operação e manutenção dos equipamentos comunitários a cargo do Poder Público devem respeitar as diretrizes das respectivas políticas setoriais, bem como as orientações específicas da licença urbanística e ambiental.

§ 3º (Vetado)

§ 4º A requerimento do empreendedor, a autoridade licenciadora, ouvidas as concessionárias de serviços públicos, pode, nos termos da legislação municipal, autorizar que a manutenção da infraestrutura básica fique a cargo dos condôminos, respeitada a individualização e proporcionalidade em relação à unidade imobiliária de cada condômino, sendo responsabilidade do empreendedor a manutenção das unidades não alienadas.

§ 5º (Vetado)

§ 6º É assegurado acesso irrestrito do Poder Público ao perímetro com acesso controlado dos condomínios urbanísticos para o cumprimento de obrigações relativas à operação e manutenção da infraestrutura básica e à coleta de resíduos sólidos.

§ 7º Lei municipal deve regulamentar a prestação dos serviços de água e esgoto no condomínio urbanístico, garantida a medição individual de água por unidade autônoma.

Art. 22. Cabe aos condôminos a manutenção do sistema viário, das áreas destinadas a uso comum e da infraestrutura complementar interna dos condomínios urbanísticos, a partir do registro da instituição do condomínio no Registro de Imóveis, responsabilizando-se o empreendedor pelos custos relativos às unidades autônomas ainda não alienadas.

Parágrafo único. (Vetado)

CAPÍTULO III
DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO E DA LICENÇA URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Seção I
Da Definição de Diretrizes

Art. 23. Antes da elaboração do projeto de urbanização, o empreendedor deve solicitar à autoridade licenciadora que defina, com base no Plano Diretor e na legislação urbanística municipal, bem como nas normas ambientais, as diretrizes específicas para:

I – o parcelamento ou condomínio, o uso e a ocupação do solo;

II – o traçado do sistema viário;

III – a reserva de áreas destinadas a uso público e de faixas não edificáveis; e

IV – as áreas legalmente protegidas.

Parágrafo único. A autoridade licenciadora pode definir, complementarmente, diretrizes relacionadas à infraestrutura básica e à complementar, consultadas previamente as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e de água e saneamento, quanto à viabilidade técnica e econômica de atendimento do projeto de urbanização nos moldes propostos pelo empreendedor.

Art. 24. Para solicitar a definição de diretrizes prevista no art. 21 desta Lei, o empreendedor deve apresentar à autoridade licenciadora:

I – requerimento específico instruído com:

a) prova de propriedade do imóvel ou da condição de empreendedor; e

b) certidão atualizada da matrícula do imóvel, expedida pelo Ofício de Registro de Imóveis competente;

II – planta do imóvel contendo as informações previstas em legislação municipal.

§ 1º Não havendo a legislação prevista no inciso II do *caput* deste artigo, devem constar da planta do imóvel, no mínimo:

I – discriminação de suas divisas, com indicação das medidas perimetrais e áreas confrontantes, e das vias lindeiras a seu perímetro;

II – as curvas de nível do terreno com espaçamento adequado à finalidade do empreendimento;

III – a indicação de localização dos corpos d'água dentro da gleba ou fora num raio de até 50 m (cinquenta metros) das APPs, das áreas com vegetação arbórea e das construções já existentes; e

IV – indicação do tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina e, no caso de uso residencial, uma estimativa do número de unidades habitacionais.

§ 2º A planta do imóvel deve estar, preferencialmente, georreferenciada.

Art. 25. A autoridade licenciadora deve indeferir a solicitação de diretrizes, declarando a impossibilidade de implantação do empreendimento, quando caracterizadas as seguintes situações:

I – inadequação do empreendimento ao Plano Diretor; e

II – situação jurídica do imóvel que possa comprometer a implantação do empreendimento ou prejudicar os adquirentes de lotes ou unidades autônomas.

Art. 26. Deferida a solicitação de diretrizes, a autoridade licenciadora deve formulá-las, indicando, no mínimo:

I – o traçado básico do sistema viário principal, com previsão das vias destinadas à circulação de veículos de transporte coletivo, no loteamento;

II – a localização das áreas destinadas a uso público no loteamento e, se houver, nos termos da lei municipal, no condomínio urbanístico;

III – a localização das áreas com restrição ao uso e ocupação em razão de legislação federal, estadual ou municipal;

IV – as faixas não edificáveis;

V – os usos admissíveis, com as respectivas localizações; e

VI – os requisitos ambientais a serem cumpridos.

Parágrafo único. As diretrizes expedidas vigoram pelo prazo fixado pela autoridade licenciadora, limitado ao mínimo de 2 (dois) e ao máximo de 4 (quatro) anos.

Art. 27. Os prazos para a análise da solicitação das diretrizes e sua formulação pela autoridade licenciadora devem ser definidos por lei municipal.

Parágrafo único. Inexistindo lei municipal, é fixado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para cada um dos atos previstos no *caput* deste artigo, contado, respectivamente, da data do protocolo do respectivo requerimento e do deferimento da solicitação de diretrizes pela autoridade licenciadora.

Art. 28. A fase de fixação de diretrizes é dispensada para parcelamentos de pequeno porte e de regularização de parcelamento consolidado.

Seção II
Do Conteúdo do Projeto

Art. 29. O projeto de parcelamento deve ser elaborado com base nas disposições desta Lei e nas diretrizes formuladas pela autoridade licenciadora, considerando:

I – a valorização do patrimônio natural e cultural;

II – a execução das obras necessárias em sequência que evite situações de risco; e

III – a reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada, preferencialmente nativa.

Art. 30. O projeto de parcelamento deve incluir desenhos, memorial descritivo e cronograma físico de obras e serviços.

§ 1º Os desenhos devem conter, no mínimo:

I – no loteamento, a definição:

a) do sistema viário com a respectiva hierarquia de vias;

b) da divisão em lotes e, se couber, em quadras, com as respectivas dimensões, área e numeração, bem como com a indicação dos usos previstos;

c) das áreas destinadas a uso público;

d) das faixas não edificáveis, APPs e outras áreas com vegetação a ser preservada ou recomposta; e

e) da infraestrutura básica e complementar a ser instalada, contemplando o traçado das redes de saneamento e energia elétrica, nos moldes dos projetos aprovados pelas concessionárias de serviços públicos de água e saneamento básico e de energia elétrica;

II – no condomínio urbanístico, a definição:

a) do sistema viário interno, com a respectiva hierarquia de vias;

b) das unidades autônomas e, se couber, das quadras, com as respectivas dimensões, área e numeração, bem como dos usos previstos;

c) das áreas destinadas a uso comum dos condôminos e, nos termos da lei municipal, das áreas destinadas a uso público; e

d) das informações requeridas no inciso I deste parágrafo, alíneas “d” e “e”;

III – no desmembramento, a divisão de lotes pretendida, com as respectivas dimensões, área e numeração, bem como a indicação dos usos previstos;

IV – no parcelamento integrado à edificação, as informações requeridas nos incisos I e II deste parágrafo, bem como:

a) a localização das edificações nos lotes ou unidades autônomas; e

b) os documentos necessários ao licenciamento das edificações, na forma da legislação municipal;

V – na regularização de parcelamento consolidado, a definição:

a) das vias lindeiras à gleba ou ao lote e os parcelamentos contíguos;

b) dos usos previstos e sua localização;

c) dos lotes ou unidades autônomas, com as respectivas dimensões, área e numeração;

d) das faixas não edificáveis, APPs e outras áreas com vegetação a ser preservada ou recomposta;

e) do sistema viário com a respectiva hierarquia de vias existentes;

f) das áreas destinadas ao uso público; e

g) da infraestrutura básica e complementar implantada e a implantada, se for o caso.

§ 2º Os desenhos devem estar, preferencialmente, georreferenciados.

§ 3º O memorial descritivo deve conter, no mínimo:

I – a indicação da finalidade do parcelamento e dos usos previstos;

II – a descrição dos lotes ou unidades autônomas e das áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos, com os elementos necessários à abertura das respectivas matrículas;

III – a indicação das áreas a serem transferidas ao domínio do Município; e

IV – a enumeração das obras e serviços previstos para o parcelamento, com a indicação de responsabilidade técnica.

§ 4º Além do previsto no § 3º deste artigo, o memorial descritivo de condomínio urbanístico deve conter as condições urbanísticas do empreendimento e as limitações que incidem sobre as unidades autônomas e suas edificações, bem como deve constar integralmente, na convenção de condomínio.

§ 5º O cronograma físico de obras e serviços deve conter, no mínimo:

I – a indicação de todas as obras e serviços a serem executados pelo empreendedor; e

II – o período e o prazo de execução de cada obra e serviço.

§ 6º Não é exigido cronograma físico de obras e serviços para parcelamento de pequeno porte, salvo disposição contrária prevista em lei municipal.

Art. 31. O projeto do empreendimento, adequado às diretrizes fixadas, deve ser apresentado à autoridade licenciadora, acompanhado:

I – da certidão atualizada da matrícula do imóvel;

II – dos contratos ou outros atos que comprovem a condição de empreendedor;

III – da anuência expressa da Secretaria do Patrimônio da União ou do órgão estadual competente, quando o empreendimento for realizado integral ou parcialmente em área, respectivamente, da União ou do Estado;

IV – da autorização do cônjuge do proprietário e do empreendedor, salvo no caso de o matrimônio ter sido contraído pelo regime de separação de bens e participação final nos aquestos;

V – da proposta de instrumento de garantia de execução das obras e dos serviços a cargo do empreendedor, que deve ser compatível com o valor estimado das obras e dos serviços;

VI – do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), nos casos previstos em lei municipal; e

VII – do estudo ambiental competente, nos casos previstos em Lei.

§ 1º A autorização a que se refere o inciso IV do *caput* deste artigo não dispensa o futuro consentimento do declarante para os atos de alienação ou promessa de alienação de lotes ou unidades autônomas, ou de direitos a eles relativos, que venham a ser praticados por seu cônjuge.

§ 2º A proposta do instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor pode ser representada por hipoteca de lotes ou de unidades autônomas do empreendimento, hipoteca de outros imóveis, fiança bancária ou pessoal, depósito ou caução de títulos da dívida pública ou qualquer outra espécie de garantia prevista em lei.

§ 3º O instrumento de garantia hipotecária de lotes ou de unidades autônomas do empreendimento deve ser registrado na matrícula dos imóveis dados em garantia, sendo os respectivos registros considerados como um ato único para efeito das custas notariais e registrais.

§ 4º Desde que exista a concordância da autoridade licenciadora, a garantia pode ser reduzida na proporção da execução das obras e serviços.

Art. 32. Qualquer alteração na situação jurídica do imóvel em processo de licenciamento deve ser comunicada, imediatamente, à autoridade licenciadora e pode ensejar a revisão dos atos já efetivados.

Art. 33. No registro do parcelamento do solo urbano perante o Ofício de Registro de Imóveis ou da autoridade registradora deve ser exigida a Licença Ambiental de Instalação (LAI).

Seção III
Dos Requisitos e Procedimentos dos Condomínios Urbanísticos de Lotes

Art. 34. (Vetado)

Art. 35. É vedada a aprovação de condomínios urbanísticos de lotes nas áreas impedidas ao parcelamento do solo e urbanização previstas nesta Lei.

Art. 36. Os critérios de uso e ocupação do solo no interior dos condomínios urbanísticos de lotes deve obedecer às limitações estabelecidas na legislação municipal.

Parágrafo único. O empreendedor e/ou os condôminos podem estabelecer condições específicas de uso e ocupação do solo no interior do condomínio, desde que mais restritivas do que as legais, por meio de convenção do condomínio, contrato ou outra forma de acordo entre as partes.

Art. 37. São consideradas áreas e edificações de propriedade comum dos condôminos as vias de acesso aos lotes e às demais áreas de uso comum, as áreas de lazer e recreação, os muros e cercas externas, as guaritas, as obras implantadas e outras que forem de uso comum dos condôminos, constantes na convenção de condomínio e especificadas em planta e memorial descritivo.

Art. 38. Será garantido o ingresso de representantes de órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos nos limites do condomínio, para a fiscalização e demais serviços necessários.

Parágrafo único. Os condomínios urbanísticos de lotes devem garantir o acesso das concessionárias de serviços públicos aos leitores de controle do abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e gás, dispostos de forma individualizada por unidade autônoma, salvo autorização específica das concessionárias que disponham em sentido contrário.

Art. 39. Junto ao acesso principal do condomínio, no limite com o sistema viário, deve ser destinado espaço para localização de medidores, coletores de correspondências e demais equipamentos de suporte condominial necessários.

Seção IV
Dos Condomínios Empresariais

Art. 40. Os condomínios de unidades empresariais devem atender às diretrizes gerais estabelecidas nesta Lei e na legislação municipal específica, a serem cumpridas por todos os condôminos.

Art. 41. Pode ser autorizado o uso misto no condomínio urbanístico empresarial, desde que as atividades de comércio, logística, indústria e serviços que se pretenda implantar sejam compatíveis entre si, devendo ser observado ainda, o potencial de degradação ambiental do respectivo uso.

§ 1º É vedada a incompatibilidade de usos e atividades industriais em unidades autônomas contíguas dentro de um mesmo condomínio.

§ 2º Os condomínios empresariais destinados exclusivamente para fim industrial devem ser implantados atendendo a segmentos industriais compatíveis, para evitar a interferência ou prejuízo a outras atividades existentes e o conflito de vizinhança.

Art. 42. (Vetado)

Art. 43. (Vetado)

CAPÍTULO IV
DA ENTREGA DAS OBRAS

Art. 44. Lei municipal deve definir o prazo para que as obras do parcelamento executadas pelo empreendedor sejam vistoriadas e recebidas pelo Poder Público.

§ 1º Após vistoria e avaliação técnica, uma vez atendidas as exigências urbanísticas e ambientais estabelecidas para o empreendimento, a autoridade deve receber as obras realizadas e atestar a regularidade do parcelamento, mediante a emissão da licença final.

§ 2º Nos Municípios cuja legislação for omissa, o prazo máximo para a emissão da licença final integrada pela autoridade licenciadora é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data em que for protocolado o respectivo requerimento.

§ 3º A comunicação, pela autoridade licenciadora, da existência de vícios ou de irregularidades a serem sanadas ou corrigidas pelo empreendedor deve ser feita de uma única vez e interrompe a contagem do prazo estabelecido no § 2º deste artigo, que volta a contar, do início, a partir do momento em que, em face do atendimento das exigências devidas, for solicitada nova avaliação para emissão da licença final integrada.

§ 4º O decurso do prazo estabelecido no § 2º deste artigo, sem a emissão da licença final integrada ou sem a comunicação da existência de vícios ou de irregularidades pela autoridade licenciadora, se não justificável, implica a responsabilização administrativa, na forma da Lei.

§ 5º O decurso do prazo estabelecido no § 2º deste artigo, sem decisão acerca da emissão da licença final integrada ou sem a comunicação da existência de vícios ou de irregularidades pela autoridade licenciadora, não implica licenciamento tácito do empreendimento.

Art. 45. É condição para a emissão da licença final integrada que os lotes ou as unidades autônomas do parcelamento e, se couber, as quadras, estejam devidamente demarcados, admitida tolerância de, no máximo, 5% (cinco por cento) em relação às medidas lineares previstas no projeto.

§ 1º Em havendo diferenças de medida, mesmo dentro do limite de tolerância, o empreendedor deve providenciar a devida retificação no Registro de Imóveis, sem prejuízo de eventuais consequências contratuais.

§ 2º Caso a diferença de medida seja superior ao limite de tolerância, a retificação dependerá de anuência da autoridade licenciadora.

Art. 46. (Vetado)

Art. 47. Desde a data de aquisição, o adquirente de lote ou unidade autônoma pode apresentar projeto de construção à autoridade municipal competente, mediante

apresentação do contrato de compra e/ou autorização específica do proprietário para edificação, e autorizado pelo órgão público pode iniciar as obras, mediante o seguinte:

I – nos condomínios a expedição do Alvará de Habite-se ou de ato administrativo equivalente, após a emissão, pelo Município, de declaração ou certificado de conclusão das obras de uso comum do condomínio; ou

II – nos loteamentos, a expedição do Alvará de Habite-se ou de ato administrativo equivalente será autorizada pelo Município a partir da comprovação da conclusão das etapas ou fases previstas no projeto, devendo conter, no mínimo, as seguintes obras:

a) rede de água potável;

b) rede de energia elétrica e iluminação pública;

c) rede de coleta de águas pluviais; e

d) vias com trafegabilidade garantida, mesmo sem a conclusão da pavimentação.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES E FINAIS

Art. 48. O uso e a ocupação de imóvel situado fora do perímetro urbano, com finalidade diversa da exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativista ou mineral, mesmo que não implique parcelamento do solo, requer licença urbanística expedida pelo Poder Público municipal, e, após a sua conclusão, o Alvará de Habite-se, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigidas, cabendo aos Municípios disciplinar as exigências de forma equivalente às aplicadas nos perímetros urbanos ou de forma diferenciada.

Art. 49. Os condomínios civis implantados anteriormente à entrada em vigor desta Lei, cujos moradores sejam proprietários de frações ideais do terreno, mas exerçam posses localizadas, podem, por decisão de 2/3 (dois terços) dos proprietários das frações, transformá-las em condomínios urbanísticos, observadas as condições para regularização fundiária de interesse específico previstas nesta Lei e as devidas compensações ambientais.

§ 1º Os clubes de campo implantados anteriormente à entrada em vigor da Lei federal nº 6.766, de 1979, pelas características de ocupação, constituem de fato parcelamento do solo para fins urbanos, e podem ser regularizados, observados os requisitos previstos no *caput* deste artigo, com a extinção da associação proprietária do terreno e a transferência, aos sócios cotistas, das frações ideais do terreno.

§ 2º Os condomínios de que trata este artigo não podem incorporar, como áreas de uso comum dos condôminos, os logradouros que já estejam afetados ao uso público, nem interromper as projeções de vias ou qualquer outras ruas que tenham sido projetadas sobre tais glebas e sejam essenciais à garantia da mobilidade urbana da cidade.

§ 3º (Vetado)

Art. 50. (Vetado)

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Fica revogada a Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Luciano Veloso Lima, designado
Murilo Xavier Flores
Valmir Francisco Comin
Moacir Sopelsa

MENSAGEM Nº 1219

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar os arts. 2º, incisos I, II, VII, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "i", e XVIII, 7º, 8º, incisos III e IV, 14, 15, 16, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, 18, incisos II e III, 21, *caput*, incisos I e II, e §§ 1º, 3º e 5º, 22, parágrafo único, 34, 42, 43, 46, 49, § 3º, e 50 do autógrafo do Projeto de Lei nº 159/2016, que "Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências", por serem inconstitucionais, com fundamento no Parecer nº 026/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e na Informação Técnica GELUR nº 007/2018, da Fundação do Meio Ambiente (FATMA).

Estabelecem os dispositivos vetados:

Arts. 2º, incisos I, II, VII, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "i", e XVIII, 7º, 8º, incisos III e IV, 14, 15, 16, §§ 3º, 4º, 5º e 6º, 18, incisos II e III, 21, *caput*, incisos I e II, e §§ 1º, 3º e 5º, 22, parágrafo único, 34, 42, 43, 46, 49, § 3º, e 50

"Art. 2º .....

I – área urbana: parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei municipal específica;

II – área urbana consolidada: parcela da área urbana com malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura implantados:

a) drenagem de águas pluviais urbanas;

b) esgotamento sanitário;

c) abastecimento de água potável;

d) distribuição de energia elétrica; ou

e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

.....

VII – .....

.....

b) loteamento convencional: parcelamento do solo que resulte em terrenos a partir de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados);

c) loteamento popular cujo parcelamento do solo resulte em terrenos a partir de 200 m² (duzentos metros quadrados);

d) loteamento de interesse social: parcelamento do solo que resultara em terrenos a partir de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), gravados como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com participação efetiva da municipalidade e iniciativa privada, sendo-lhes facultado realizar o empreendimento de forma independente, com a finalidade de comercialização. Pode ser realizado com a participação ou não de outros órgãos públicos, de entidades de caráter público, assistenciais sem fins lucrativos, sindicatos e/ou cooperativas afins;

e) loteamento de uso industrial: parcelamento do solo que resulte em terrenos a partir de 1.000 m² (mil metros quadrados), com restrição urbanística para usos conflitantes, podendo ser exclusivos de uso industrial;

f) loteamento de uso empresarial: parcelamento do solo destinados a absorver atividades comerciais, de serviços e logística, preferencialmente do mesmo segmento, que resulte em terrenos a partir de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com restrição urbanística para usos conflitantes;

g) loteamento de pequeno porte: parcelamento de imóvel com área total inferior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), ou o desmembramento que não resulte em mais de 20 (vinte) unidades, e desde que não tenha sido objeto de outro parcelamento com os mesmos benefícios na mesma gleba, observada a sua cadeia dominial;

.....

i) loteamento integrado à edificação: parcelamento em que a construção das edificações nos lotes ou unidades autônomas, é feita pelo empreendedor, concomitantemente à implantação do parcelamento e das obras de urbanização;

.....

XVIII – gestão plena: condição do Município que reúna simultaneamente os seguintes requisitos:

a) Plano Diretor, independentemente do número de habitantes, aprovado e atualizado nos termos da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

b) órgãos colegiados de controle social nas áreas de política urbana e ambiental, ou, na inexistência destes, integração com entes colegiados intermunicipais constituídos com essa mesma finalidade, assegurado o caráter deliberativo das decisões tomadas, o princípio democrático de escolha dos representantes e a participação da sociedade civil na sua composição; e

c) órgãos executivos específicos nas áreas de política urbana e ambiental ou, na inexistência destes, integração com associações ou consórcios intermunicipais para o planejamento, a gestão, licenciamento e a fiscalização nas referidas áreas;

.....

Art. 7º O parcelamento do solo para fins urbanos somente pode ser feito nas modalidades descritas no inciso X do art. 2º desta Lei, de acordo com características específicas, quais sejam:

I – no loteamento convencional cujo parcelamento do solo resulte em terrenos a partir de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), não podendo as áreas públicas serem inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba loteável, descontadas as Áreas de Preservação Permanente (APPs);

II – no loteamento popular cujo parcelamento do solo resulte em terrenos a partir de 200 m² (duzentos metros quadrados), não podendo as áreas públicas serem inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba loteável, descontadas as APPs;

III – no loteamento de interesse social cujo parcelamento do solo resulte em terrenos a partir de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), não podendo as áreas públicas serem inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba loteável, descontadas as APPs;

IV – no loteamento de pequeno porte cujo parcelamento de imóvel com área total inferior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), ou o desmembramento que não resulte em mais de 20 (vinte) unidades, e desde que não tenha sido objeto de outro parcelamento com os mesmos benefícios na mesma gleba, observada a sua cadeia dominial, sendo permitidos terrenos a partir de 200 m² (duzentos metros quadrados), não podendo as áreas públicas serem inferiores a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba loteável, descontadas as APPs, observado ainda:

a) é dispensada a entrega de áreas institucionais destinadas a equipamentos de uso público caso o sistema viário do parcelamento utilize todo o percentual de que trata o inciso IV deste artigo, exceto as áreas verdes em, no mínimo, 3% (três por cento); e

b) faltando área pública para doação, deve o interessado completar as áreas destinadas a equipamentos de uso público e de áreas verdes, desde que resulte em, pelo menos, uma área pública equivalente a um lote mínimo de 125 m² (cento e vinte cinco metros quadrados);

V – no loteamento de uso industrial cujo parcelamento do solo resulte em terrenos a partir da área de 1.000 m² (mil metros quadrados), tendo, no mínimo, 15 m (quinze metros) de testada, com restrição urbanística para usos conflitantes, podendo ser exclusivo de uso industrial, observando que:

a) ficam permitidas doações de áreas públicas inferiores as convencionais, num mínimo de 1% (um por cento) da gleba loteável, descontadas as APPs, para instalação de equipamentos públicos, acrescidas as áreas verdes, em um mínimo de 4% (quatro por cento) e mais as áreas necessárias ao sistema viário; e

b) ficam permitidas exigências urbanísticas diferenciadas, desde que em zonas especiais de uso aprovado no Plano Diretor, e que não sejam objeto de uso residencial;

VI – no loteamento de uso empresarial cujo parcelamento do solo destinado a absorver atividades comerciais, de serviços e logística, preferencialmente do mesmo segmento, que resulte em terrenos a partir de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), tendo um mínimo de 12 m (doze metros) de testada, com restrição urbanística para usos

conflitantes, podendo ser ou não de uso exclusivo comercial, de serviços e logística, observando que:

a) ficam permitidas doações de áreas públicas inferiores às convencionais, em um mínimo de 1% (um por cento) da gleba loteável, descontadas as APPs, para instalação de equipamentos públicos, acrescidas as áreas verdes em um mínimo de 5% (cinco por cento) e mais as áreas necessárias ao sistema viário; e

b) a permissão de exigências urbanísticas flexibilizadas, em zonas especiais de uso aprovado nos Planos Diretores, que não contemplem uso residencial;

VII – no condomínio urbanístico de lotes a divisão da gleba ou terreno em lotes, caracterizando-se como unidades autônomas destinadas à edificação, às quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, admitida a abertura de vias de domínio privado, e vedada a de logradouros públicos internamente ao seu perímetro, observando que deve:

a) ser realizada mediante incorporação ou instituição de condomínio urbanístico, de acordo com previsto no art. 8º da Lei federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e baseado no art. 3º do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, ou as leis que a sucederem;

b) atender, ainda, aos padrões urbanísticos previstos na legislação municipal, e, desde que respeitados os mapas de prolongamentos de vias da mobilidade urbana, será admitido, também, o uso do solo nesta mesma modalidade de condomínio de unidades de lotes de uso residencial, empresarial e o industrial, com restrição urbanística para usos conflitantes;

c) a fração ideal privativa dos lotes das unidades autônomas ter a área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), quando destinada à edificação de uso residencial, de 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) quando destinada ao uso empresarial, e de 1.000 m² (mil metros quadrados) quando destinada ao uso industrial; e

d) o tamanho das vias internas ser compatível com o tráfego de veículos e ao número de unidades imobiliárias a serem criadas para cada tipo de condomínio;

VIII – parcelamento do solo de uso misto: parcelamento em que se admite o uso de diferentes modalidades urbanísticas ou tipologias em um mesmo projeto ou empreendimento, quer seja loteamento ou condomínio de lotes, podem ser contemplados num único empreendimento desde que respeitadas as características de cada modalidade urbanística individual, e desde que permitidas pelo zoneamento urbanístico municipal.

§ 1º Admite-se a utilização, de forma simultânea ou consecutiva, de mais de uma modalidade de parcelamento, na mesma gleba ou lote ou em parte dele, desde que atendidos os requisitos desta Lei.

§ 2º O remembramento de lotes ou unidades autônomas contíguas rege-se por legislação municipal.

§ 3º O parcelamento do solo em qualquer uma das modalidades acima descritas, para fins urbanos somente pode ser implantado no perímetro urbano definido por lei municipal, quer esteja localizado na extensão contínua ao perímetro urbano primitivo ou em uma área determinada do perímetro urbano fechado.

.....

Art. 8º .....

.....

III – Gestão Plena no Município, por meio de órgãos colegiados de controle social nas áreas de política urbana e ambiental;

IV – definição de área urbana consolidada, com a confecção do respectivo mapa georreferenciado acompanhado do respectivo estudo técnico, estabelecendo os limites desta área dentro do Município;

.....

Art. 14. Em havendo rede pública no empreendimento ou em até 500 m (quinhentos metros) de distância deste, independentemente do teste de percolação do solo ser favorável ao tratamento individual, o empreendedor deve executar uma rede coletora dentro da urbanização, interligando todos os lotes à ligação com a rede pública, apresentando projeto técnico à concessionária de serviço público para a devida aprovação, independentemente do licenciamento ambiental competente.

Art. 15. Caso a rede pública não comporte a absorção do novo parcelamento do solo, este poderá ser aprovado, porém a sua instalação e liberação para uso será postergada por prazo a ser fixado pela autoridade competente, até que a concessionária de serviço público execute a ampliação da rede, de acordo com suas possibilidades técnicas e orçamentárias.

§ 1º Inexistindo rede pública, deve ser utilizada solução individual de tratamento, obedecendo às exigências determinadas no licenciamento ambiental:

a) tanque de fossa séptica (biorreator);

b) filtro anaeróbio (biofiltro); e

c) sumidouro.

§ 2º Quando o sistema de tratamento de efluentes for efetuado por meio de sistema próprio individual, conforme previsto no § 1º deste artigo, tal obrigação ficará a cargo do adquirente do imóvel, no momento da aprovação do projeto da edificação, sendo ele responsável pela instalação, funcionamento e manutenção do sistema individual.

§ 3º Na hipótese de o sistema próprio individual não poder ser implantado com eficiência, devido ao tipo de solo, desde que comprovado pelos testes de percolação, o empreendedor deve apresentar uma solução técnica ao tratamento de efluentes, que poderá ser a execução, às suas expensas, de uma rede coletora em todos os lotes atingidos que não disponham de solução de tratamento individual, e ainda, a execução de uma estação de tratamento de esgoto coletivo com a devida aprovação da concessionária de serviço público responsável.

§ 4º Em havendo necessidade da execução da estação de tratamento de efluentes, fica a cargo da concessionária de serviço público de saneamento a sua operação, manutenção e exploração comercial, desde que observadas e atendidas as orientações e normas da concessionária, e, especialmente, implantada de acordo com o projeto por ela previamente aprovado.

§ 5º O Município, antes da emissão do Alvará de Habite-se, deve fiscalizar o sistema de tratamento de afluentes utilizado no imóvel e a sua adequada ligação à edificação, dentro das especificações, se coletivo ou individual, garantindo à sociedade a sua integral execução dentro das normas, sob pena de indeferimento do Alvará de Habite-se.

§ 6º Para os serviços de abastecimento do sistema de água potável previstos no art. 13 desta Lei, será realizada pelo interessado junto à concessionária responsável, a consulta prévia técnica, e quando da sua implantação, além de realizar as orientações técnicas expedidas, deverá ainda o interessado levar a rede mestre ou adutora do abastecimento para o perímetro externo ao empreendimento numa distância de até 500 m (quinhentos metros), ao encontro da rede da concessionária ou caso esta ainda não exista, na direção que a concessionária determinar.

.....

Art. 16. .....

.....

§ 3º Se o urbanizador for o próprio proprietário das áreas atingidas pela ampliação da estrada municipal, estas áreas serão doadas ao Município no próprio processo de aprovação do empreendimento.

§ 4º No caso de o proprietário das áreas atingidas pela ampliação da estrada municipal ser um terceiro e este aceitar a transferência consensual ao Município, o procedimento se dará da seguinte forma:

I – o interessado em urbanizar deve obter a consulta prévia do Município em que conste a exigência urbanística de ampliar a estrada municipal; e

II – o Município deve declarar a área de interesse público, emitindo Decreto de Desapropriação Consensual, sendo que a indenização será na forma de obras de infraestruturas constantes no processo de urbanização, executadas e pagas, em sua totalidade, pelo empreendedor.

§ 5º No caso de o proprietário das áreas atingidas para ampliação da estrada municipal ser um terceiro e este não aceitar a transferência consensual ao Município, o procedimento se dará da seguinte forma:

I – o interessado em urbanizar deve comunicar ao Conselho do Plano Diretor ou Conselho das Cidades o litígio com o proprietário da gleba ou área, e solicitar ao Conselho a declaração de interesse público para ampliação da urbanização ou não;

II – declarado o interesse público de que trata o inciso I deste parágrafo, o Município deve emitir Decreto de Desapropriação, arcando com a indenização da terra bruta sem a execução da infraestrutura, baseado em avaliação feita por comissão própria de avaliação do Município, com emissão de laudo técnico;

III – concomitantemente, o Município deve cobrar do proprietário da gleba desapropriada, por via administrativa ou judicial, a infraestrutura que será implantada pelo urbanizador, baseado no cronograma e orçamento das obras do acesso, constantes no processo de aprovação do empreendimento; e

IV – o Município deve requerer ao Poder Judiciário a posse da área desapropriada e, depois de recebê-la, transferi-la imediatamente ao urbanizador.

§ 6º Apresentado projeto de um novo empreendimento e não havendo acesso público, nem estrada municipal, deve o urbanizador procurar um acordo com os proprietários atingidos pelo futuro acesso, procedendo da forma prevista no § 4º deste artigo para a transferência das áreas ao Município, caso contrário, deve proceder conforme previsto no § 5º deste artigo.

.....

Art. 18. .....

.....

II – aplicadas as restrições urbanísticas no parcelamento, o Município deve fazer constar, em todos os cadastros imobiliários, quando da sua inscrição, que o empreendimento possui restrições urbanísticas e que deverá ser consultado o processo para conhecimento e aplicabilidade, ou ainda, constar as mesmas no seu cadastro;

III – aplicadas as restrições urbanísticas no parcelamento, conforme previsto no inciso II deste artigo, o Município deve exigir que constem na minuta do contrato de compra e venda a ser utilizado pelo empreendedor, e, caso venha a ser criado, pelo loteador, uma Associação de Moradores, também deve constar no mesmo contrato;

.....

Art. 21. Ressalvado o disposto nesta Lei, cabe ao Poder Público ou as concessionárias de serviços públicos, a partir da expedição da licença final, a operação e manutenção:

I – da infraestrutura básica e das áreas destinadas a uso público; e

II – da infraestrutura complementar dos parcelamentos do solo ou condomínios urbanísticos de lotes, observadas as condições fixadas na legislação estadual ou municipal.

§ 1º Cabe às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e de água e saneamento a implantação da rede de distribuição e sua ligação com restante do sistema nos parcelamentos ou condomínios de interesse social inseridos em programas habitacionais de iniciativa exclusiva do Poder Público.

.....

§ 3º Cabe ao Poder Público, ou às concessionárias de serviços públicos disponibilizar as redes externas e os seus respectivos pontos de conexão necessários à implantação, pelo empreendedor, dos elementos de infraestrutura básica ou complementar na área interna do parcelamento.

.....

§ 5º No caso previsto no § 4º deste artigo, devem ser cumpridos os seguintes requisitos:

I – firmar contrato entre os condôminos e as concessionárias de serviços públicos para estabelecer as regras da manutenção, podendo prever desconto nas taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviço, dos valores relativos aos custos de manutenção; e

II – respeitar a individualização e a proporcionalidade em relação a cada unidade autônoma, sendo de responsabilidade exclusiva do empreendedor os encargos de manutenção sobre unidades não alienadas.

.....

Art. 22. .....

Parágrafo único. A manutenção de que trata o *caput* deste artigo pode ser realizada pelo Poder Público ou por seus concessionários, de forma onerosa, mediante prévio contrato celebrado com os condôminos.

.....

Art. 34. Não existindo zoneamento urbanístico definido na gleba ou lote pretendido a ser feito no condomínio, o Município deverá usar o zoneamento predominante ou definir zoneamento específico por meio de lei municipal, estabelecendo a taxa de ocupação, índice construtivo máximo e mínimo, tamanho de área privativa mínima, recuos frontais e laterais, altura, e outros requisitos urbanísticos que entender necessários.

§ 1º O condomínio deve respeitar o traçado do sistema viário básico, as diretrizes urbanísticas e de preservação ambiental determinadas pelo Município, os parâmetros de zoneamento, uso e ocupação do solo e as demais disposições previstas no Plano Diretor municipal, de modo a garantir a integração com a estrutura urbana existente, não podendo interromper o sistema viário existente ou projetado previsto nos mapas municipais.

§ 2º Será reservada área interna aos condomínios residenciais não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) da área total do empreendimento, para a implantação das vias de circulação interna e áreas de uso comum dos condôminos, devendo, no mínimo 3% (três por cento) desta área, ser destinada para lazer e edificações de área de convivência.

§ 3º Nos demais condomínios empresariais, as áreas mínimas internas ao condomínio serão as das vias internas e áreas destinadas a equipamentos de uso comum, sendo os percentuais mínimos fixados pelos Municípios.

§ 4º Os limites externos do condomínio poderão ser vedados por muros, com altura máxima de 3 m (três metros), devendo, nos casos em que façam frente para o sistema viário, ter o fechamento somente por elementos vazados.

§ 5º Os acessos ao condomínio devem ser por meio de faixas de aceleração e desaceleração definidas na aprovação do empreendimento, e a portaria e portões de acesso devem ser compatíveis com as dimensões exigidas pelo Corpo de Bombeiros para o acesso de veículos.

§ 6º Deve estar prevista no projeto pelo menos uma área de recreação coberta que contenha um salão de festas, cozinha e sanitários, cujo acesso atenda as normas técnicas de acessibilidade universal.

§ 7º As dimensões das vias de circulação interna, dos passeios e dos bolsões de retorno atenderão as legislações municipais e/ou aquelas especialmente criadas para discipliná-las.

§ 8º Devem ser executadas, no mínimo, as seguintes obras de urbanização interna nos condomínios:

I – colocação de meio-fio e pavimentação dos passeios e vias internas;

II – instalação de rede de abastecimento de água interna;

III – instalação de redes de distribuição de energia e de iluminação pública;

IV – instalação de rede de drenagem pluvial;

V – definir um sistema de tratamento de esgoto conforme previsto nesta Lei; e

VI – paisagismo das áreas comuns e vias internas.

§ 9º Se prevista na legislação municipal, a doação de área institucional ao Município deve ser efetuada diretamente, quando do registro do condomínio no Ofício de Registro de Imóveis, nos casos em que a área doada fizer parte da gleba em que se pretende implantar o condomínio, bem como no caso de áreas destinadas ao alargamento do sistema viário existente.

§ 10. As APPs serão descontadas da área total da gleba para o cálculo da doação de área institucional e de áreas de uso comum, quando exigidas pelo Município doações de áreas públicas.

§ 11. Nos casos em que a área institucional for doada em outro local, a transferência desta área ser realizada por meio de escritura pública de doação ao Município, devidamente registrada no Ofício de Registro de Imóveis e apresentada previamente à expedição do alvará de aprovação do condomínio.

§ 12. Fica dispensada qualquer doação de área institucional prevista no *caput* deste artigo, as glebas ou lotes já parcelados e que comprovadamente tenham contribuído com áreas públicas em processos anteriores.

§ 13. É vedado ao Município estender qualquer serviço público ao interior de condomínio urbanístico de lotes, cuja responsabilidade é exclusiva dos condôminos, salvo contrato firmado entre as partes.

.....

Art. 42. Para a implantação dos condomínios empresariais devem ser atendidas, além das diretrizes gerais previstas nesta Lei, as seguintes exigências especiais, no que não for contrário:

I – as vias de circulação interna nos condomínios empresariais devem ter largura mínima de 20 m (vinte metros), sendo 15 m (quinze metros) para pista de rolamento e 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para passeio em cada um dos lados da pista;

II – se o condomínio for composto por uma única via, esta deve ter largura mínima de 25 m (vinte e cinco metros), sendo 20 m (vinte metros) para pista de rolamento e 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para passeio em cada um dos lados da pista; e

III – em todos os condomínios horizontais empresariais deve ser prevista uma área sociorrecreativa calculada na proporção de metragem quadrada/área das unidades autônomas, a ser localizada na área comum do condomínio.

Art. 43. Os condomínios empresariais destinados, total ou parcialmente, ao uso industrial podem ser contornados por área verde localizada externamente aos muros, limitada à largura mínima dos recuos obrigatórios, utilizando preferencialmente, espécies arbóreas nativas, conforme orientação do órgão municipal responsável pela aprovação do projeto de arborização, além de ciclovias implantadas junto ao sistema viário.

.....

Art. 46. O empreendedor deve solicitar a averbação da licença final integrada na matrícula em que esteja registrado o parcelamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua expedição.

.....

Art. 49. .....

.....

§ 3º Os condomínios fechados regulares registrados no Ofício de Registro de Imóveis, com base no art. 8º da Lei federal nº 4.591, de 1964, estão dispensados, a partir da vigência desta Lei, estão dispensados da anuência dos demais condôminos para substituição das plantas e projetos junto ao Ofício de Registro de Imóveis, desde que respeitadas as áreas mínimas e máximas previstas nas convenções de condomínios registradas na forma prevista no inciso VII do art. 7º desta Lei.

Art. 50. Em parcelamento do solo para fins urbanos situado em área urbana consolidada, as APPs que, na data de entrada em vigor desta Lei, necessitem de recomposição podem ser utilizadas como espaços livres de uso público ou de uso comum dos condôminos, para implantação de infraestrutura destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre, desde que:

I – a vegetação seja preservada ou recomposta, com espécies nativas, de forma a assegurar o cumprimento integral das funções ambientais da APP;

II – a utilização da área não gere degradação ambiental;

III – seja observado o limite máximo de 10% (dez por cento) de impermeabilização do solo e 15% (quinze por cento) de ajardinamento; e

IV – haja autorização prévia da autoridade licenciadora.

§ 1º A porção da APP não utilizada na forma do *caput* deste artigo deve, para efeito de cálculo do percentual de áreas destinadas a uso público, ser deduzida da área total do imóvel.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às áreas com vegetação nativa, caracterizada como:

I – primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração no bioma Mata Atlântica, reguladas pela Lei federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e

II – protegida nos demais biomas considerados patrimônio nacional, na forma da legislação que regular sua proteção."

Razões do veto

Os dispositivos vetados, na forma como foram aprovados pela Assembleia Legislativa, estão eivados de inconstitucionalidade por ora ferirem a autonomia municipal, ora invadirem a competência legislativa da União, ora contrariarem a competência dos entes federados acerca de serviços públicos, ofendendo, assim, o disposto nos arts. 18, 21, incisos XI e XII, alínea "b", 22, incisos I, IV e XXV, e 30, incisos V e VIII, da Constituição da República.

Nesse sentido, a PGE recomendou vetar parcialmente o PL, manifestando-se nos seguintes termos:

> 7. Sobre a competência concorrente dos entes federados em matéria urbanística, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, por meio da ADI 478, de relatoria do Ministro Carlos Velloso, cuja ementa é a seguinte:
> "CONSTITUCIONAL. MUNICÍPIOS: CRIAÇÃO: PLEBISCITO: ÂMBITO DA CONSULTA PLEBISCITÁRIA: C.F., art. 18, § 4º. DISTRITOS: CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E SUPRESSÃO: COMPETÊNCIA: C.F., art. 30, IV. TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO: ADEQUADO ORDENAMENTO: C.F., art. 30, VIII. [...] **As normas das entidades políticas diversas – União e Estado-membro – deverão, entretanto, ser gerais, em forma de diretrizes, sob pena de tornarem inócua a competência municipal, que constitui exercício de sua autonomia constitucional.** III. - Inconstitucionalidade do art. 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 651, de 1990, do Estado de São Paulo, que dispondo a respeito das áreas territoriais denominadas subdistritos, equiparam-nas a Distritos. Ofensa ao art. 30, IV. IV. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente no tocante ao artigo 1º das Disposições Transitórias. Improcedente quanto ao artigo 12, não conhecida a ação quanto ao art. 1º, § 3º. (destaque nosso)
> 9. Assim, entende o Supremo Tribunal Federal, que embora a norma Estadual deva atender interesses locais, deve ser geral, para que não seja suprimida a competência dos Municípios.
> 10. Ocorre que o projeto de lei 159/2016, salvo melhor juízo, contém normas específicas e não gerais na forma de diretrizes, que serão a seguir apontadas.
> 11. No art. 2º, são trazidos vários conceitos, entre os quais, os incisos I e II, trazem diferentes conceitos de área urbana, o inciso VII, subdivide o conceito de loteamento, apresentado em sua alínea 'a', em sete espécies, que são enumerados e descritos nas alíneas 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g' e 'i', indicando especificidades.
> 12. O art. 7º, a seu turno, disciplina o parcelamento do solo de forma pormenorizada, a ponto de dispor sobre a metragem mínima dos lotes e percentuais que devem ser destinados a áreas públicas, em diferentes espécies do gênero loteamento.
> 13. O art. 2º, inciso XVIII, e o art. 8º, inciso III, disciplinam o que é chamado de "Gestão Plena no Município", o que parece em sentido contrário, limitar a autonomia dos entes

municipais, em contrariedade ao que dispõe o art. 18, da Constituição Federal.
14. Os arts. 14 e 15 impõem aos Municípios solução padrão para o tratamento de efluentes e abastecimento de água, sem levar em conta as peculiaridades locais, ferindo, igualmente a autonomia municipal, prevista no art. 30, V, da Constituição Federal, que atribui aos Municípios a titularidade da organização e prestação de serviços de interesse local.
15. Os §§ 3º a 6º do art. 16 pormenorizam procedimentos administrativos para ampliação de estradas municipais em casos de parcelamento do solo, o que afeta a autonomia municipal.
16. Também ferem a autonomia municipal o art. 34, que disciplina em detalhes os requisitos e procedimentos relativos a condomínios fechados, onde há fixação até mesmo do tamanho máximo dos muros e a previsão da existência de paisagismo nas áreas comuns e vias internas e os arts. 42 e 43, que especificam exigências especiais para a implementação de condomínios empresariais.
17. Portanto, em razão do acima exposto, necessário concluir que o projeto de lei, em vários de seus dispositivos, ofende a autonomia municipal, prevista nos arts. 18 e 30, incisos V e VIII, da Constituição Federal, para a organização de seu território e serviços públicos.
18. Em adição, necessário apontar a inconstitucionalidade do inciso II do art. 18 e art. 46, que exigem registro, respectivamente, das restrições urbanísticas e da expedição da licença final integrada, no registro de imóveis, e do § 3º do art. 49, que trata do depósito de plantas e projetos de condomínios fechados no registro de imóveis, na medida que é competência da União legislar sobre registros públicos, conforme art. 22, XXV, da Constituição Federal.
19. O inciso III do art. 18, que determina que constem do contrato de compra e venda as restrições urbanísticas, também é inconstitucional, em razão do que dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal, pois dispõe sobre contrato de compra e venda, matéria afeta ao direito civil.
20. Por fim, o art. 21, *caput*, e §§ 1º, 3º, [...] 5º [...], e o parágrafo único do art. 22, que disciplinam o fornecimento de serviços públicos, são inconstitucionais, porque não está autorizado o Estado a legislar, criando obrigação para as empresas concessionárias de serviço público, quando o concedente é a União ou os Municípios, como se infere dos arts. 21, XI e XII, 'b', 22, IV, e 30, V, da Constituição Federal.
21. Conclui-se, portanto, que são inconstitucionais, merecendo, por este motivo, veto, os seguintes dispositivos do PL 159/2016: a) os incisos I, II, VII, alíneas [...] 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g' e 'i', assim como, inciso XVII do art. 2º, art. 7º, inciso III do art. 8º, arts. 14 e 15, §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 16, arts. 34, 42 e 43, por ferirem a autonomia municipal, prevista nos arts. 18 e 30, incisos V, VIII, da Constituição Federal; b) os incisos II e III do art. 18, art. 46 e § 3º do art. 49, por invadirem competência da União, fixada no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal; c) art. 21, *caput* e §§ 1º, 3º, [...] 5º [...], assim como parágrafo único do art. 22, por ofensa aos arts. 21, XI e XII, 'b', 22, IV, e 30, V, da Constituição Federal, que disciplinam a competência dos entes federados acerca de serviços públicos.

Por sua vez, a FATMA, mediante manifestação da Gerência de Licenciamento Urbano (GELUR), consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação dos dispositivos acima arrolados, especificamente dos arts. 15 e 50. Da manifestação da FATMA extraem-se os seguintes excertos:

> [Art. 15, § 1º] Tecnicamente é sabido que existem diferentes alternativas de sistemas de tratamento individual e os sistemas estão em constante evolução e aperfeiçoamento. Assim, não se considera prudente restringir para a opção tanque séptico, filtro anaeróbio e sumidouro (para esse último, sumidouro pode não ser a melhor opção em casos em que o lençol freático seja alto, podendo ser instalada vala de infiltração, destinação à rede pública pluvial, entre outros, conforme característica regional).
>
> Em relação aos conteúdos dos §§ 3º e 4º do art. 15, sugere-se uma consulta às concessionárias de saneamento, já que é sabido que há casos em que a responsabilidade pela operação de estações de tratamento de esgotos causa prejuízos financeiros e técnicos.
> [...]
> Sugerimos que seja verificada a compatibilidade do art. 50 com o art. 8º da Lei Federal nº 12.651/2012, onde é disposto sobre os casos em que é possível a intervenção em APP.

Finalmente, o art. 50 do PL nº 159/2016 afronta diretamente o art. 8º da Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Deste modo, é flagrante a existência de inconstitucionalidade formal, uma vez que, embora trate de matéria de competência legislativa concorrente, fere expressamente norma geral editada pela União sobre proteção do meio ambiente, ofendendo, assim, o disposto no inciso VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do art. 24 da Constituição da República. Nesse sentido, o veto do referido dispositivo é medida que se impõe.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Cod. Mat.: 505029

MENSAGEM Nº 1216

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 064/2017, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a bebida 'Consertada'", por ser inconstitucional, com fundamento nos Pareceres nº 029/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), nº 009/2018, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), e nº 03/18, da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

O PL nº 064/2017, ao pretender declarar a bebida "Consertada" parte integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que compete privativamente ao Governador do Estado dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, ofendendo, assim, o disposto no art. 32 e nos incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

> 3 – O Autógrafo do Projeto de Lei em referência declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a bebida "Consertada".
> 4 – A Constituição Federal tratou do tema patrimônio cultural brasileiro e bens de natureza material e imaterial em seu artigo 216 [...].
> 5 – O registro de bem imaterial no Estado de Santa Catarina foi objeto de regulamentação pelo Chefe do Poder Executivo e está fundamentado na sua competência constitucional para gerir a Administração Pública e editar regulamento para a fiel execução das normas legais [...].
> 6 – Nesse aspecto, o Decreto nº 2504/2004 instituiu as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, que constituem o patrimônio cultural, estabelecendo os procedimentos necessários para registro [...].
> 7 – Além disso, o referido regulamento prevê que "*A instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível cabe, além dos órgãos e entidades públicas da área cultural, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil*" (art. 2º) e serão dirigidas à Fundação Catarinense de Cultura (art. 3º). No caso de decisão favorável do Conselho Estadual de Cultura, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina (art. 4º).
> 8 – Como se vê, a forma como os bens de natureza imaterial ou intangível devem ser reconhecidos como patrimônio cultural já foi objeto de regulamentação, não havendo justificativa para elaboração de lei, de origem parlamentar, sob pena de violar a norma contida nos arts. 32 e 71, incisos I e III, da Constituição Estadual.
> [...]
> 10 – Assim sendo, a demonstração de que o Autógrafo do Projeto de Lei em referência contém normas que violam o disposto no art. 32 e no art. 71, incisos I e III, da Constituição Estadual, impõe, desde logo, a recomendação de veto total às suas disposições, a fim de evitar a edição de normas inconstitucionais.

Por sua vez, a SOL, mediante manifestação de sua Consultoria Jurídica, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

> [...] o relatório técnico [da Diretoria de Políticas Integradas do Lazer (DIPI)] apontou a necessidade de se atentar às normas e orientações acerca dos procedimentos legais para o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, no Estado de Santa Catarina.
> [...]
> Da legislação que trata sobre o procedimento legal a ser observado para o trâmite de propostas de registro, tem-se o Decreto Federal n. 3.551/2000 e o Decreto Estadual n. 2.504/2004.
> O aludido Decreto Federal determina, em seu art. 3º, que as propostas para registro terão que ser acompanhadas da documentação técnica pertinente, e, após, conforme os arts. 3º e seguintes, do mencionado Decreto Estadual, serão dirigidas ao Diretor-Geral da Fundação Catarinense de Cultura, que emitirá parecer sobre a proposta e a publicará no Diário Oficial para manifestação dos interessados, e, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, será encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura, que é o órgão competente para a tomada da decisão final sobre o reconhecimento, ou não, do objeto da proposta como integrante do patrimônio cultural imaterial de Santa Catarina.
> A observância do mencionado procedimento, além de se tratar de exigência legal, ainda é medida indispensável para os estudos e as investigações prévias acerca do objeto ocorram pelas pessoas mais bem qualificadas para tanto, permitindo a correta identificação se ele é, de fato, uma representação das expressões de vida e tradições da cultura no Estado de Santa Catarina, que merece a devida proteção e destaque.
> Aliás, como o patrimônio cultural imaterial ainda terá que ser objeto de fiscalização, guarda e controle pelo Estado, para que se garanta a sua preservação e valorização, torna-se ainda mais delicada e rigorosa essa tomada de decisão.
> [...]
> Assim sendo, esta Consultoria Jurídica, amparada pelo parecer do setor técnico desta Casa, recomenda o veto total do Projeto de Lei n. 0064/2017, ora em análise, pois não foram atendidas as etapas previstas no Decreto Federal n. 3.551/2000 e no Decreto Estadual n. 2.504/2004, que instituem as formas do registro dos bens culturais de natureza imaterial no Estado de Santa Catarina, em evidente violação aos princípios da legalidade e eficiência, estampados nos arts. 16 da Constituição do Estado de Santa Catarina e 37, "caput", da Constituição Federal.

Já a FCC, mediante manifestação da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

> O Projeto de Lei 064/2017, tornando-se lei, tem peso honorífico inegável consoante com seus propósitos, mas contraria o interesse público, por dois motivos:

- não tem força de estender as proteções e demais trâmites previstos no Decreto nº 2.504/2004 sobre o patrimônio em questão. Proteções essas que exorbitam a preservação pura e simples dos bens encerrados por ela, abarcando uma série de possibilidades cuja honraria legislativa não abrangerá;
- não esclarece à comunidade detentora e seus mestres as implicações, ora expostas no presente documento, de não haver o trâmite do processo de registro.

Ademais, mantendo-se a declaração legislativa e não procedendo-se o registro conforme estabelece o Decreto 2504/2004, o patrimônio bebida Consertada, diante de um hipotético cenário de risco à sua continuidade, estará desprotegido, afinal não constará nos livros legais dos patrimônios registrados e salvaguardados como Patrimônio Cultural de Santa Catarina.

[...]

De acordo com diretrizes mais contemporâneas de salvaguarda de patrimônios imateriais e recomendações da UNESCO, naquilo que abarca manifestações pontuais como uma receita, um saber fazer tradicional, seria muito mais pertinente inventariar as receitas da Consertada, haja vista haver diversas receitas em inúmeras comunidades do litoral norte catarinense, e, principalmente, mapear as mestras e os mestres desse saber fazer, vislumbrando-se aí a possibilidade de conceder-lhes o reconhecimento como Mestras/es Ofícios de Santa Catarina.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Cod. Mat.: 505030

MENSAGEM Nº 1217

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 182/2017, que "Declara integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina, as atividades artísticas realizadas em festivais e concursos tradicionalistas e adota outras providências", por ser inconstitucional, com fundamento nos Pareceres nº 012/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), nº 008/2018, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), e nº 02/18, da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

O PL nº 182/2017, ao pretender declarar as atividades artísticas realizadas em festivais e concursos tradicionalistas parte integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que compete privativamente ao Governador do Estado dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, ofendendo, assim, o disposto no art. 32 e nos incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

> 2. O projeto de lei pretende declarar como integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Santa Catarina, as seguintes atividades artísticas: Danças Tradicionais Gaúchas, Danças de Salão, Danças do Tropeirismo Biriva, Chula, Declamação, Intérprete e Conjunto Vocal, Causo, Trova, Gaita Ponto e Piano, Gaita de Boca, Gaita de Botão até oito baixos, Gaita de Botão mais de oito baixos, Poesia Inédita e Mais Prendada Prenda.
>
> [...] a Constituição Federal dedicou o art. 216 à tutela dos bens de natureza material e imaterial.
> [...]
> 5. De outro lado, em Santa Catarina foi promulgada a Lei 9.342/1993, norma geral que disciplina a proteção do patrimônio cultural e, em seu art. 1º, dispõe que "integram o patrimônio cultural do Estado, os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação venham a ser tombados pelo órgão competente", atribuindo à Fundação Catarinense de Cultura e ao Secretário de Estado da Cultura a competência para promover o tombamento, quando se trate de bens imóveis ou móveis respectivamente.
> [...]
> 7. Acerca dos procedimentos previstos no Decreto [nº 2.504/2004], extrai-se do Parecer 336/2017, da Procuradora do Estado Rosângela Conceição de Oliveira Mello, o seguinte excerto que é aplicável ao caso dos autos:
> "No âmbito do Estado de Santa Catarina, o Governador do Estado, com fundamento na Constituição Estadual, art. 71, I e III, expediu o Decreto nº. 2504/2004, que institui as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem o patrimônio cultural, estabelecendo os procedimentos para registro [...].
> Ainda, prevê o referido decreto que a instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível cabe, além dos órgãos e entidades públicas da área cultural, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil e serão dirigidas à Fundação Catarinense de Cultura. No caso de decisão favorável do Conselho Estadual de Cultura, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina.
> Os processos de registros ficarão sob a guarda da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, vinculada à Fundação Catarinense de Cultura, permanecendo disponível para consulta. A Fundação Catarinense de Cultura - FCC fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura, que decidirá sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, tendo em vista, sempre, o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional, e a identidade e formação cultural das comunidades catarinenses.
> (...)
> Como se vê, a forma como os bens de natureza imaterial ou intangível devem ser reconhecidos como patrimônio cultural já foi disciplinada, não havendo justificativa para elaboração de lei, de origem parlamentar, sob pena de se contrariar o contido na Constituição Estadual, artigos 32 e 71, incisos I e III."
> 9. Em face do exposto conclui-se: 1. O projeto de lei 182/2017 contraria os arts. 32 e 71, I e III, da Constituição Estadual. 2. O projeto de lei 182/2017 contraria a Lei 9.342/1993.

Por sua vez, a SOL, mediante manifestação de sua Consultoria Jurídica, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

> [...] o relatório técnico [da Diretoria de Políticas Integradas do Lazer (DIPI)] apontou a necessidade de se atentar às normas e orientações acerca dos procedimentos legais para o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, no Estado de Santa Catarina.
> [...]
> Da legislação que trata sobre o procedimento legal a ser observado para o trâmite de propostas de registro, tem-se o Decreto Federal n. 3.551/2000 e o Decreto Estadual n. 2.504/2004.
> O aludido Decreto Federal determina, em seu art. 3º, que as propostas para registro terão que ser acompanhadas da documentação técnica pertinente, e, após, conforme os arts. 3º e seguintes, do mencionado Decreto Estadual, serão dirigidas ao Diretor-Geral da Fundação Catarinense de Cultura, que emitirá parecer sobre a proposta e a publicará no Diário Oficial para manifestação dos interessados, e, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, será encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura, que é o órgão competente para a tomada da decisão final sobre o reconhecimento, ou não, do objeto da proposta como integrante do patrimônio cultural imaterial de Santa Catarina.
> A observância do mencionado procedimento, além de se tratar de exigência legal, ainda é medida indispensável para os estudos e as investigações prévias acerca do objeto ocorram pelas pessoas mais bem qualificadas para tanto, permitindo a correta identificação se ele é, de fato, uma representação das expressões de vida e tradições da cultura no Estado de Santa Catarina, que merece a devida proteção e destaque.
> Aliás, como o patrimônio cultural imaterial ainda terá que ser objeto de fiscalização, guarda e controle pelo Estado, para que se garanta a sua preservação e valorização, torna-se ainda mais delicada e rigorosa essa tomada de decisão.
> [...]
> Assim sendo, esta Consultoria Jurídica, amparada pelo parecer do setor técnico desta Casa, recomenda o veto total do Projeto de Lei n. 0182/2017, ora em análise, pois não foram atendidas as etapas previstas no Decreto Federal n. 3.551/2000 e no Decreto Estadual n. 2.504/2004, que instituem as formas do registro dos bens culturais de natureza imaterial no Estado de Santa Catarina, em evidente violação aos princípios da legalidade e eficiência, estampados nos arts. 16 da Constituição do Estado de Santa Catarina e 37, "caput", da Constituição Federal.

Já a FCC, mediante manifestação da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

> Analisando a redação do Projeto de Lei nº 182/2017, percebe-se, primeiramente, equívoco quanto ao entendimento do conceito de patrimônio Cultural. A terminologia aplicada no escopo do Projeto de Lei em análise é, inevitavelmente, aplicada a Bens Materiais. O ato de Declarar integrante do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado a lista de catorze atividades artísticas, inclui, assim, a pretensa ação protetiva no que prevê a Lei nº. 5.846 de 1980, cuja redação é voltada à proteção, através do tombamento, de bens materiais.
> A Lei 5.846/1980, em seu artigo segundo, define o Patrimônio tombável como físico, tátil, material, enquanto o decreto em análise considera atividades artísticas em si como patrimônio e não seu eventual resultado material.
> [...]
> Entendemos como a finalidade essencial da ação legislativa a proteção das formas de expressão das catorze atividades artísticas listadas no escopo do Projeto de Lei 182/2017. Nesse caso o correto é o encaminhamento de pedidos de registro dessas formas de expressão no livro adequado, instituído pelo Decreto 2.504/2004 [...].
> Assim tramitaria na FCC um processo robusto, com levantamento histórico, através de ampla pesquisa, de cada uma das formas de expressão e o inventário pormenorizado dessas práticas na atualidade, cujo resultado originaria o texto dos registros no livro anteriormente mencionado.
> [...]
> Desde 1937, com a decretação do Decreto-lei (federal) nº 25, de 30 de novembro daquele ano, passou a ser incumbência exclusiva do poder executivo a definição do que constituiria o patrimônio histórico e artístico nacional, através de seu órgão específico de proteção do Patrimônio, então denominado SPHAN.
> No começo da década de 1970 havia forte movimentação no sentido dos Estados e Municípios criarem leis semelhantes ao Decreto-lei 25/1937, com a intenção de os entes Estaduais e Municipais elegerem e zelarem por seus patrimônios então ditos regionais.
> [...]
> Santa Catarina atenderia essa necessidade de criar legislação de proteção de seus

patrimônios, em 1980, através da Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980 (com as alterações da Lei nº 9.342, de 14.12.93), que dispunha sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado.
[...]
A mesma lei, agora em seu artigo quarto, define a quem compete tombar, que é o ato, por excelência, que define o bem integrante do patrimônio cultural do Estado, e tal atribuição é de caráter exclusivo do Poder Executivo através da Fundação Catarinense de Cultura sob aprovação final do Conselho Estadual de Cultura.
[...]
Diante do exposto, denota-se flagrante contrariedade ao interesse público, conforme inciso II do artigo 17 do Decreto 2.382, de 2014, no Projeto de Lei nº 182/2017, uma vez que uma Lei Estadual que trata do Patrimônio Cultural e o órgão do Poder Executivo incumbido de promover, conduzir e concluir os processos de proteção patrimonial não foram considerados.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado
Cod. Mat.: 505031

MENSAGEM Nº 1218

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 476/2017, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis e adota outras providências", por ser inconstitucional, com fundamento nos Pareceres nº 013/18, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), nº 010/2018, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), e nº 01/18, da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

O PL nº 476/2017, ao pretender declarar o Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis parte integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que compete privativamente ao Governador do Estado dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração estadual, ofendendo, assim, o disposto no art. 32 e nos incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

[...] em que pese a importância da iniciativa parlamentar, o Projeto de Lei para declarar o Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis como integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina não se revela como o meio ideal para inscrever e registrar bem imaterial, como se verá.
De se destacar que a Constituição Federal tratou do tema patrimônio cultural brasileiro e os bens de natureza material e imaterial em seu artigo 216 [...].
O referido preceito constitucional fixou novos rumos na busca da proteção do patrimônio cultural brasileiro exigindo uma efetiva preservação e valorização.
No âmbito do Estado de Santa Catarina, o Governador do Estado, com fundamento na Constituição Estadual, art. 71, I e III, expediu o Decreto nº. 2504/2004, que instituiu as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem o patrimônio cultural, estabelecendo os procedimentos necessários para registro [...].
Ainda, prevê o referido decreto que a instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível cabe, além dos órgãos e entidades públicas da área cultural, a qualquer cidadão, sociedade ou associação civil e serão dirigidas à Fundação Catarinense de Cultura. No caso de decisão favorável do Conselho Estadual de Cultura, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina.
Os processos de registros ficarão sob a guarda da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, vinculada à Fundação Catarinense de Cultura, permanecendo disponíveis para consulta. A Fundação Catarinense de Cultura - FCC fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Estadual de Cultura, que decidirá sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, tendo em vista, sempre, o registro como referência histórica do bem e sua relevância para a memória local e regional, e a identidade e formação cultural das comunidades catarinenses.
[...]
Como se vê, a forma como os bens de natureza imaterial ou intangível devem ser reconhecidos como patrimônio cultural já foi disciplinada, não havendo justificativa para elaboração de lei, de origem parlamentar, sob pena de se contrariar o contido na Constituição Estadual, artigos 32 e 71, incisos I e III.
[...]
Pelo exposto, concluo pela inconstitucionalidade do autógrafo apresentado para análise.

Por sua vez, a SOL, mediante manifestação de sua Consultoria Jurídica, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

[...] o relatório técnico [da Diretoria de Políticas Integradas do Lazer (DIPI)] apontou a necessidade de se atentar às normas e orientações acerca dos procedimentos legais para o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, no Estado de Santa Catarina.
[...]
Da legislação que trata sobre o procedimento legal a ser observado para o trâmite de propostas de registro, tem-se o Decreto Federal n. 3.551/2000 e o Decreto Estadual n. 2.504/2004.
O aludido Decreto Federal determina, em seu art. 3º, que as propostas para registro terão que ser acompanhadas da documentação técnica pertinente, e, após, conforme os arts. 3º e seguintes, do mencionado Decreto Estadual, serão dirigidas ao Diretor-Geral da Fundação Catarinense de Cultura, que emitirá parecer sobre a proposta e a publicará no Diário Oficial para manifestação dos interessados, e, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, será encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura, que é o órgão competente para a tomada da decisão final sobre o reconhecimento, ou não, do objeto da proposta como integrante do patrimônio cultural imaterial de Santa Catarina.
A observância do mencionado procedimento, além de se tratar de exigência legal, ainda é medida indispensável para os estudos e as investigações prévias acerca do objeto ocorram pelas pessoas mais bem qualificadas para tanto, permitindo a correta identificação se ele é, de fato, uma representação das expressões de vida e tradições da cultura no Estado de Santa Catarina, que merece a devida proteção e destaque.
Aliás, como o patrimônio cultural imaterial ainda terá que ser objeto de fiscalização, guarda e controle pelo Estado, para que se garanta a sua preservação e valorização, torna-se ainda mais delicada e rigorosa essa tomada de decisão.
[...]
Assim sendo, esta Consultoria Jurídica, amparada pelo parecer do setor técnico desta Casa, recomenda o veto total do Projeto de Lei n. 476/2017, ora em análise, pois não foram atendidas as etapas previstas no Decreto Federal n. 3.551/2000 e no Decreto Estadual n. 2.504/2004, que instituem as formas do registro dos bens culturais de natureza imaterial no Estado de Santa Catarina, em evidente violação aos princípios da legalidade e eficiência, estampados nos arts. 16 da Constituição do Estado de Santa Catarina e 37, "caput", da Constituição Federal.

Já a FCC, mediante manifestação da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pelas seguintes razões:

O Projeto de Lei 0476/2017, tornando-se lei, tem peso honorífico inegável consoante com seus propósitos, mas contraria o interesse público, por dois motivos:
- não tem força de estender as proteções e demais trâmites previstos no Decreto nº 2.504/2004 sobre o patrimônio em questão. Proteções essas que exorbitam a preservação pura e simples dos bens encerrados por ela, abarcando uma série de possibilidades cuja honraria legislativa não abrangerá;
- não esclarece à comunidade detentora as implicações, ora expostas no presente documento, de não haver o trâmite do processo de registro.
Ademais, mantendo-se a declaração legislativa e não procedendo-se o registro conforme estabelece o Decreto 2504/2004, o patrimônio Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis, diante de um hipotético cenário de risco à sua continuidade, estará desprotegido, afinal não constará nos livros legais dos patrimônios registrados e salvaguardados como Patrimônio Cultural de Santa Catarina.
[...]
De acordo com diretrizes mais contemporâneas de salvaguarda de patrimônios imateriais e recomendações da UNESCO, naquilo que abarca manifestações tão complexas como o Carnaval, seria muito mais pertinente inventariar o processo de preparação do Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis, cuja atuação da comunidade detentora tradicional do carnaval se observa mais facilmente, imersa em sentidos e identidades tradicionais, do que o ato comercial, adequado e regido por interesses puramente comerciais, consumado no Desfile das Escolas de Samba de Florianópolis.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado
Cod. Mat.: 505032

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 1.450, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

Decreta Luto Oficial.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem os incisos I e III do art. 71 da Constituição do Estado,

Considerando o falecimento de Altair Guidi nesta data; e

Considerando os serviços prestados como servidor público do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), bem como sua destacada participação na vida pública catarinense, especialmente pelo exercício dos cargos de Prefeito Municipal, Deputado Estadual e Secretário de Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial em todo o território catarinense, durante o período de 3 (três) dias,

a contar da edição deste Decreto, em sinal de pesar pelo falecimento de Altair Guidi.

Art. 2º Todos os órgãos da administração pública direta e indireta do Estado manterão Luto Oficial durante o período mencionado no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA
LUCIANO VELOSO LIMA

Cod. Mat.: 505156

Gabinete do Governador

Procuradoria Geral do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Diretor de Administração - Procuradoria Geral do Estado, com base na legislação; Lei Complementar nº 317 de 30 de dezembro de 2005, Lei Complementar nº 340 de 16 de março de 2006, Decreto nº 3.421 de 16 de março de 2005; com competência delegada pela Portaria PGE/GAB nº 036/2017, de 11.05.2017, informa o pagamento de diárias no mês:

DIARIAS PAGAS - DEZEMBRO 2017				
Matrícula	**Nome**	**Valor**	**Qtde**	**Motivo**
319.685-2	Alessandra Tonelli	680,00	2,0	PR
953.299-4	Ana C. C. Neves	900,00	2,0	PR
378.615-3	André D. Borges	1.360,00	4,0	PR
953.306-0	André M. Rossi	850,00	2,5	PR
957.918-4	André S. Carvalhal	850,00	2,5	PR
953.071-1	Augusto B. Hackbarth	680,00	2,0	PR
950.303-0	Camila Maria Duarte	510,00	1,5	PR
918.233-0	Carlos A. da Silva	165,00	1,5	MO
246.385-7	Carlos D. S. Soares	340,00	1,0	PR
952.834-2	Daniel G. Cardoso	110,00	1,0	VS
953.301-0	Daniel Cardoso	1.020,00	3,0	PR
950.307-2	Daniela S. Leal	340,00	1,0	PR
916.969-5	Edgar Natalício de Sá	330,00	1,0	MO
319.687-9	Eliane L. Araujo	680,00	2,0	PR
950.850-3	Elisângela Strada	510,00	1,5	VS
384.189-8	Elizabete A. Santos	850,00	2,5	PR
916.898-2	Ermenegildo Osaída	385,00	3,5	MO
387.222-0	Fernando A. F. Silva	1.125,00	2,5	PR
378.623-4	Giovanni A. Zasso	170,00	0,5	AU
962.860-6	Gustavo S. Canto	1.020,00	3,0	PR
907.343-4	Jorge José Espíndola	125,00	1,0	MO
319.681-0	José H. Ruijanoski	680,00	2,0	PR
355.561-5	Julio C. Antonelli	55,00	0,5	VS
289.330-4	Laisa Pavan da Costa	680,00	2,0	PR
955.150-6	Leonardo N. T. Aquino	850,00	2,5	PR
239.470-7	Manoel Cordeiro Jr.	680,00	2,0	PR
953.300-1	Marcelo A. de Souza	1.020,00	3,0	VS
365.918-6	Marcos R. B. Faria	1.190,00	3,5	PR
253.702-0	Naldi O. Teixeira	450,00	1,0	VS
384.599-0	Nataniel M. Manica	680,00	2,0	PR
953.086-0	Rafael do Nascimento	680,00	2,0	PR
365.916-0	Renato D. Brito	680,00	2,0	PR
292.504-4	Ricardo A. Gama	450,00	1,0	VS
950.313-7	Rodrigo R. Castellano	340,00	1,0	AU
365.914-3	Sandra Cristina Maia	510,00	1,5	PR
950.301-3	Thiago A. de Carvalho	680,00	2,0	PR
953.074-6	Thiago M. Brito	850,00	2,5	PR
953.076-2	Vanessa Valentini	850,00	2,5	PR
953.072-0	Vanessa Weirich	1.190,00	3,5	PR
324.421-0	Zany E. Leite Junior	1.585,00	4,5	PR
Total		**27.100,00**	**82,5**	

DEVOLUÇOES DE DIARIAS - DEZEMBRO 2017				
Matrícula	**Nome**	**Valor**	**Qtd**	
953.301-0	Daniel Cardoso	170,00	0,5	**Motivo**
Total		**170,00**	**0,5**	PR

Legenda de Motivos: AU-Audiência, MO-Motorista, VS-Viagem à Serviço, PR-Participação em Reunião, OM-Outros Motivos

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.

Daniela Barbosa Pacheco - Diretora de Administração

Cod. Mat.: 504921

Secretarias de Estado

Casa Civil

Executiva de Articulação Nacional

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL
PORTARIA SAN N°001/2018 – 22/01/2018
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e em conformidade em que estabelece o art. 7°, Inciso I da Lei Complementar N°381, de 07 de maio de 2007, **DESIGNA** o servidor **LUIS GUSTAVO DA ROCHA HÉKIS**, portador da matrícula N°651.365-4 e CPF: 006.125.399-54 como **ordenador secundário**, a partir de 19 de Janeiro de 2018.

LOURDES CORADI MARTINI
Secretária Executiva de Articulação Nacional

Cod. Mat.: 504847

Fazenda

PORTARIA Nº 12/2018

Altera os orçamentos do Órgão e do Fundo que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, designado, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 17.447, de 28 de dezembro de 2017, combinado com o Ato n° 1, de 8 de janeiro de 2018, e o que consta do Ato Normativo 2018AN26, de janeiro de 2018,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica anulada parcialmente na importância de R$ 1.324.739,00 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais), a programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o art. 1º desta Portaria, fica suplementada a programação constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2018.
RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA
Secretário de Estado da Fazenda, designado

Anexo I Ano Base: 2018
Ato Normativo 2018AN000026
Órgão 48000 Secretaria de Estado da Saúde
U. O. 48091 Fundo Estadual de Saúde

Subação	**Natureza**	**F. R.**	**Fun/Sub/Prog**	**Valor**
005429	33.90.39	0.2.40	10.302.0430	200.000,00
Subtotal				200.000,00
Órgão	53000	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
U. O.	53001	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
Subação	**Natureza**	**F. R.**	**Fun/Sub/Prog**	**Valor**
010209	33.90.34	0.1.92	26.782.0110	920.000,00
008575	44.90.51	0.1.92	26.782.0110	204.739,00
Subtotal				1.124.739,00
Total				1.324.739,00

Anexo II Ano Base: 2018
Ato Normativo 2018AN000026
Órgão 48000 Secretaria de Estado da Saúde
U. O. 48091 Fundo Estadual de Saúde

Subação	**Natureza**	**F. R.**	**Fun/Sub/Prog**	**Valor**
011328	33.41.41	0.2.40	10.302.0430	200.000,00
Subtotal				200.000,00
Órgão	53000	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
U. O.	53001	Secretaria de Estado da Infraestrutura		
Subação	**Natureza**	**F. R.**	**Fun/Sub/Prog**	**Valor**
008474	33.90.40	0.1.92	26.126.0900	495.000,00
008474	44.90.52	0.1.92	26.126.0900	24.739,00
008474	44.90.40	0.1.92	26.126.0900	605.000,00
Subtotal				1.124.739,00
Total				1.324.739,00

Cod. Mat.: 504933

ESTADO DE SANTA CATARINA – EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES – ESPÉCIE: Protocolo de Intenções firmado entre as partes. **PARTÍCIPES:** O Estado de Santa Catarina, através do Governador do Estado e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), e a Empresa PARATI S/A. **OBJETO:** definição de ações entre as partes, visando estabelecer as condições que possibilitarão incrementar investimentos, emprego e renda no Estado, mediante a manutenção e expansão da EMPRESA em território catarinense. **DENÚNCIA E RECISÃO**: Os partícipes podem rescindir o protocolo a qualquer tempo em razão do não cumprimento dos compromissos. **PRAZO E VIGÊNCIA:** O presente Protocolo terá vigência a partir da data da sua assinatura, produzindo efeitos enquanto vigente o TTD concedido à EMPRESA. **DATA:** Florianópolis, 11 de janeiro de 2018. **SIGNATÁRIOS:** João Raimundo Colombo, pelo Estado, Renato Dias Marques de Lacerda, pela SEF, e Roberto Olivio de Andrade e Gustavo Rincon Estrada, pela Empresa.

Cod. Mat.: 504982

Extrato do Convênio de Cooperação Técnica Nº 001/2018. Partes: Estado de Santa Catarina representado pela Secretaria de Estado da Fazenda e Banco do Brasil SA. Objeto: "abertura massificada de contas correntes em nome de terceiros para recebimento de recursos provenientes de transferências de recursos nas modalidades Convênio, Subvenção Econômica, Contrato de Apoio Financeiro ao Turismo, Cultura e Esporte, Termo de Outorga de Apoio Financeiro à Pesquisa Científica e Tecnológica e Contrato de Gestão com isenção das tarifas bancárias conforme relação constante no ANEXO ÚNICO, referentes às contas abertas para esse fim." Florianópolis 19/01/2018 - Processo: SEF 21613/2017 – Partes: Renato Dias Marques de Lacerda pela Secretaria de Estado da Fazenda e Adilson Raolino Pfleger pelo Banco do Brasil SA.

Cod. Mat.: 504866

Justiça e Cidadania

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Alef Mantovani da Silva. **CPF 424.695.398-97. Termo de Compromisso: 490.** Data da Rescisão: 31/12/2017.

Cod. Mat.: 504872

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Ana Carmem Alves do Valle. **CPF: 670.789.744-68. Termo de Compromisso: 565.** Data da Rescisão: 30/11/2017.

Cod. Mat.: 504873

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Bruna Ignacio Cardoso. **CPF: 105.864.209-08. Termo de Compromisso: 535.** Data da Rescisão: 25/11/2017.

Cod. Mat.: 504874

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Camila Eckhardt Carvalho. **CPF: 091.794.719-35. Termo de Compromisso: 562.** Data da Rescisão: 01/01/2018.

Cod. Mat.: 504876

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Géssica Alexsandra Godoi. **CPF: 092.583.919-18. Termo de Compromisso: 430.** Data da Rescisão: 06/12/2017.

Cod. Mat.: 504878

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Gislane de Oliveira Pereira. **CPF 004.238.919-4. Termo de Compromisso: 435.** Data da Rescisão: 15/12/2017.

Cod. Mat.: 504880

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Jaqueline Gonzatto. **CPF: 012.389.829-30. Termo de Compromisso: 492.** Data da Rescisão: 09/01/2017.

Cod. Mat.: 504881

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Luiza Helena Schaefer de Linhares Calliari. **CPF: 083.587.389-78. Termo de Compromisso: 573.** Data da Rescisão: 15/01/2017.

Cod. Mat.: 504883

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012: Estagiário(a) **Alexsandra Lisboa Glevinski**. **CPF 105.736.949-74**. Termo de Compromisso 615. Início: 01/12/2017. Valor: R$ 500,00 – Penitenciária Industrial de São Cristóvão do Sul.

Cod. Mat.: 504890

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiário(a) Anelise de Matos Silveira, CPF 070.818.569-00.** Termo de Compromisso. 616. Início: 01/12/2017. Valor: R$ 500,00 – Penitenciária Agrícola de Chapecó.

Cod. Mat.: 504891

Extrato de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiário(a) Allan Rocha de França, CPF 103.069.019-78.** Termo de Compromisso. 617. Início: 14/11/2017. Valor: R$ 500,00 – Presídio Regional de Caçador

Cod. Mat.: 504892

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Bruna Fronza. **CPF: 101.986.989-50. Termo de Compromisso: 376.** Data da Rescisão: 12/02/2018.

Cod. Mat.: 504894

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Dalvana Spiecker. **CPF: 059.334.119-81. Termo de Compromisso: 613.** Data da Rescisão: 15/01/2018.

Cod. Mat.: 504895

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012.** : Estagiário(a) Marcos Adriel Balbinot. **CPF: 099.416.209-03. Termo de Compromisso: 571.** Data da Rescisão: 16/01/2018.

Cod. Mat.: 504897

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012.** : Estagiário(a) Maria Eduarda Rengel. **CPF: 116.420.289-83. Termo de Compromisso: 407.** Data da Rescisão: 09/02/2018.

Cod. Mat.: 504898

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Mateus Ortiz Farias. **CPF: 083.308.489-57. Termo de Compromisso: 507.** Data da Rescisão: 04/12/2017.

Cod. Mat.: 504899

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Nathalia Fernanda Rodrigues Marins. **CPF: 99.231.619-78. Termo de Compromisso: 439.** Data da Rescisão: 17/01/2018.

Cod. Mat.: 504900

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 0000.00000000.000 da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012, de **25.01.2012**: Estagiário(a) Tatiane da Silva. **CPF: 089.668.489-07. Termo de Compromisso: 423.** Data da Rescisão: 08/01/2018.

Cod. Mat.: 504901

Saúde

PORTARIA nº 0039 de 19.01.2018
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, resolve REVOGAR a Portaria nº 990, de 31.10.2017, publicada em 01.11.2017
ACÉLIO CASAGRANDE
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 504919

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE / FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 041/2016: **PROCESSO**: SES 00016587/2016. **CEDENTE**: Secretaria de Estado da Saúde / Fundo Estadual de Saúde – CNPJ: 80.673.411/0001-87. **CESSIONÁRIO**: Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó – CNPJ: 05.541.159/0001-37. **OBJETO**: Prorrogação da vigência do Termo de Cessão de Uso n.º 041/2016, Publicado no Diário Oficial – SC - n.º: 20.310 de 03.06/2016. **VIGÊNCIA**: Até 31/12/2021. **DATA**: 20/12/2017.

Cod. Mat.: 504813

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 39/GAB/DGPC/SSP, de 11/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 7º e § 2º, da lei complementar Nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve CESSAR EFEITOS da Portaria nº 24/GAB/DGPC/SSP, publicada no DOE nº 20.691, de 17/01/2018, relativa ao servidor RODRIGO AISLON PERICO SILVA MOURA, matrícula nº0981432901, DELEGADO DE POLICIA SUBSTITUTO e DESIGNÁLO para prestar serviços na DIC CHAPECO, a pedido, conforme processo PCSC 153632/2017, com efeitos a contar 01/02/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504846

PORTARIA Nº 87/GAB/DGPC/SSP de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 9º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve **DESIGNAR**, LUCAS KUCHER FURLIN, matrícula nº 0650333001, AGENTE DE POLICIA CIVIL, para responder cumulativamente pela DPMU MACIEIRA e pela DPMU RIO DAS ANTAS, no período de 16/01/2018 a 14/02/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504848

PORTARIA Nº 88/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 5875/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER ANDREIA PAULA MORO**, matrícula nº 0954649901, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DPCAMI CHAPECO para a 3ª DPCO CHAPECO, com efeitos a contar 01/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504849

PORTARIA Nº 89/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso I (processo Nº PCSC 5904/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER SANDRO PEREIRA DO NASCIMENTO LIMA**, matrícula nº 0963263801, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DPCO BIGUACU para a DIC SAO JOSE, com efeitos a contar de 11/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504850

PORTARIA Nº 90/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 12º, § 3º, da Lei nº 609, de 20 de dezembro de 2013, resolve CONSIDERAR DESIGNADO, ANDRE MORETZSOHN PORTELLA DA COSTA, matrícula nº 0992520101, DELEGADO DE POLICIA SUBSTITUTO, para exercer a Função de Titular da 7ª DPCO FLORIANOPOLIS, pelos períodos de 01/12/2017 até 19/12/2017 e de 16/01/2018 a 14/02/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504851

PORTARIA Nº 91/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo artigo 7º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24 de agosto de 2010, resolve **REGULARIZAR O LOTACIONAL**, dos Policiais Civis abaixo relacionados, conforme PCSC 5885/2018:
MARCELI ANDREIA DALLE LASTE, matrícula nº 0983235101, para a lotação DPCO CACADOR.
ELISETE LUCIA ZANONI, matrícula nº 0283374301, para a lotação DRP CACADOR.
FABRICIA CRUZ, matrícula nº 0658770403, para a lotação DPCAMI CACADOR.
ANA PAULA SILVA, matrícula nº 0992308001, para a lotação DRP CACADOR.
MARCIO FACCIONI DE MELLO, matrícula nº 0981043902, para a lotação DIC CACADOR.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504852

PORTARIA Nº 92/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 9º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve **RETIFICAR**, a Portaria nº 46/GAB/DGPC/SSP, publicada no D.O.E. nº 20.691 de 17.01.2018, referente ao servidor, CATIANE PORTO HONORATO PRUDENCIO, matrícula nº 0980967801, acrescentando ao final do texto a informação: com efeitos a contar de 01/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504853

PORTARIA Nº 93/GAB/DGPC/SSP de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 24º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve **DESIGNAR**, MAX MAGNO VIEIRA, matrícula nº 0323245005, ESCRIVAO DE POLICIA CIVIL, para responder cumulativamente pela DPMU GOVERNADOR CELSO RAMOS e pela DPMU ANTONIO CARLOS, no período de 16/02/2018 a 17/03/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504854

PORTARIA Nº 94/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso I (processo Nº PCSC 5859/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER GUILHERME MENEZES DE GOES DECANINI**, matrícula nº 0963307301, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DIC CAMPOS NOVOS para a CPP BALNEARIO CAMBORIU, com efeitos a contar de 06/12/2017.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504855

PORTARIA Nº 96/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 6752/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER MARIANA FLORES**, matrícula nº 0954022901, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DPCO BIGUACU para a DIC SAO JOSE, com efeitos a contar de 11/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504858

PORTARIA Nº 97/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso I (processo Nº PCSC 6744/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER ANTELMO RICARDO DA SILVA**, matrícula nº 0196493301, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da 1ª DPCO FLORIANOPOLIS para a 7ª DPCO FLORIANOPOLIS, com efeitos a contar de 15/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504859

PORTARIA Nº 98/GAB/DGPC/SSP de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 24º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve DESIGNAR, GILSON BRAUN, matrícula nº 0397147301, AGENTE DE POLICIA CIVIL, para responder cumulativamente pela DPMU IRACEMINHA e pela DPMU FLOR DO SERTAO, no período de 16/02/2018 a 17/03/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504860

PORTARIA Nº 99/GAB/DGPC/SSP de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 9º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve **DESIGNAR**, TIAGO ANDRADE KREJCI, matrícula nº 0981562701, DELEGADO DE POLICIA SUBSTITUTO, para responder cumulativamente pela DPCO ABELARDO LUZ e pela DPCO XAXIM, no período de 01/02/2018 a 02/03/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504861

PORTARIA Nº 100/GAB/DGPC/SSP de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base no art. 24º, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 453, de 05 de agosto de 2009, resolve **DESIGNAR**, FABIANO GOFFI, matrícula nº 0365840601, AGENTE DE POLICIA CIVIL, para responder cumulativamente pela DPMU FAXINAL DOS GUEDES e pela DPMU BOM JESUS, no período de 01/02/2018 a 02/03/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504862

PORTARIA Nº 101/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 6732/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER ALEXANDRE TIAGO RIOS**, matrícula nº 0658367901, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DIC CHAPECO para a DPCAMI CHAPECO com efeitos a contar 15/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504863

PORTARIA Nº 102/GAB/DGPC/SSP, de 18/01/2018.
O DelegadoGeral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições e com base na competência delegada pelo art. 2º, do Decreto nº 1.158 de 18 de março de 2008, c/c o artigo 1º, da Portaria nº 1504/GEREH/DIAF/SSP de 24.08.2010 e conforme o art. 69, inciso IV (processo Nº PCSC 6738/2018), da Lei nº 453 de 05.08.2009, resolve: **REMOVER FRANCESCO LUCCA RIBEIRO**, matrícula nº 0980736501, AGENTE DE POLICIA CIVIL, da DPCAMI CHAPECO para a DIC CHAPECO, com efeitos a contar de 15/01/2018.
ARTUR NITZ
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 504864

Polícia Militar

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC - ESPÉCIE: Termo de Convênio nº PMSC46840/2017. **PARTÍCIPES**: Município de Corupá e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO**: Manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado no município. **PRAZO E VIGÊNCIA**: 5 (cinco) anos, a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA**: Florianópolis, 22 de janeiro de 2018. **SIGNATÁRIOS**: João Carlos Gottardi, pelo Município, e Paulo Henrique Hemm, pela PMSC.

Cod. Mat.: 504936

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC - ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 028/2017. **PARTÍCIPES**: Município de Lages e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. **OBJETO**: Altera a cláusula quinta, passando a vigência para 31.12.2020. **VIGÊNCIA**: a contar da data de publicação deste extrato no DOE. **DATA**: Florianópolis, 22 de janeiro de 2018. **SIGNATÁRIOS**: Antônio Ceron, pelo Município, e Paulo Henrique Hemm, pela PMSC.

Cod. Mat.: 504938

Turismo, Cultura e Esporte

PUBLICAÇÃO OFICIAL Nº 002/18 23 de Janeiro de 2018

A **SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**, por meio do setor de prestação de contas e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente, em especial nos termos do artigo 71 e 72, ambos do Decreto 1.291, de 18 de abril de 2008, Instrução Normativa TC nº 13/2012, que trata das medidas administrativas que antecedem a Instauração de Tomada de Contas Especial, e Instrução Normativa TC nº 14/2012, que estabelece critérios para a organização da prestação de contas, RESOLVE:

1. COMUNICAR, com publicação oficial, os responsáveis pelos projetos abaixo, em face de pendências existentes junto ao setor de Prestação de Contas para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de subsistência da situação de irregularidade das contas e remessa a autoridade competente para pronunciamento:
- Bloco Carnavalesco Unidos do Morro do Céu, CNPJ 10.782.899/0001-03, empenho 2012NE000025, nota de lançamento 2012NL000136, valor R$ 40.000,00, PTEC 3616/2012.

Setor de prestação de contas
Diretoria do SEITEC
Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte

Cod. Mat.: 504868

Agências de Desenvolvimento Regional

Regional de Blumenau

ADR - BLUMENAU
1º ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 2017TR0833

PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional - Blumenau e MUNICÍPIO DE ILHOTA. **OBJETO** *Manutenção das Estradas Rurais na Rua Bonifácio Maba 1,7 KM, Rua João Domingos Pereira Bairro 1,92KM, Estrada Geral Alto Baú 8,69KM, Estrada Geral Braço Baú 4,90KM, Estrada Geral Braço do Baú 7,80KM e a Rua Silvio Rampelotti 2,5KM*. **OBJETO DO ADITIVO**: prorroga-se o prazo de vigência do mencionado CONVÊNIO até 31/12/2018. **DATA**: 23/11/2017. Blumenau/SC. **SIGNATÁRIOS**: Sr. Emerson Antunes, pela ADR – Blumenau (pelo Concedente) e Sr. Erico de Oliveira (pelo Convenente).

Cod. Mat.: 504987

ADR - BLUMENAU
1º ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 2017TR1062

PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional - Blumenau e MUNICÍPIO DE ILHOTA. **OBJETO** *Reforma do Campo de Futebol e Espaço Multiuso Poliesportivo e de Lazer*. **OBJETO DO ADITIVO**: prorroga-se o prazo de vigência do mencionado CONVÊNIO até 31/12/2018. **DATA**: 23/11/2017. Blumenau/SC. **SIGNATÁRIOS**: Sr. Emerson Antunes, pela ADR – Blumenau (pelo Concedente) e Sr. Erico de Oliveira (pelo Convenente).

Cod. Mat.: 504988

Autarquias Estaduais

DETER – Departamento de Transportes e Terminais

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 020/2018. DESTINATÁRIO: TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8873/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com a alteração de horários no serviço nº 304-1 Barra do Sai/Joinville via Garuva, com partidas de Barra do Sai de 07:00 para 07:30 horas, de segunda a sábado, e de 08:15 para 09:00 horas, de segunda a sexta-feira, anual.**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504903

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 011/2018. DESTINATÁRIO: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8633/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com o cancelamento de horários na linha n° 548-0 Lontras Concord./Rio do Sul, com partidas de Rio do Sul, cancelar às 12:00 horas, diário, anual**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504904

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 016/2018. DESTINATÁRIO: EMPRESA AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8698/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com a implantação de horários na linha n° 402-0 Urussanga/Criciúma, com partidas de Urussanga às 08:00 horas, e de Criciúma, às 17:30 horas, aos sábados, anual.**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504905

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 014/2018. DESTINATÁRIO: EMPRESA AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8696/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com o cancelamento de horários na linha n° 396-0 Guatá/Criciúma, com partidas de Guatá às 07:00 horas, e de Criciúma, às 17:30 horas, aos sábados, anual.**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504911

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 013/2018. DESTINATÁRIO: EMPRESA AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8695/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com a implantação de horários na linha n° 334-0 Morro da Fumaça/Criciúma, com partidas de Morro da Fumaça às 07:55 horas, e de Criciúma, às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, anual.**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504914

DETER

Departamento de Transportes e Terminais
ORDEM DE SERVIÇO / DETER Nº 019/2018. DESTINATÁRIO: CATTANI SUL TRANSPORTES E TURISMO LTDA. ASSUNTO: PROCESSO DETER 8706/2017. SUPORTE LEGAL: PARÁGRAFO 3º DO ART.11 DO DECRETO 12.601 DE 06/11/80. DELIBERAÇÃO: **Autorização para que esta transportadora proceda com a implantação de novo ponto de seção São Roque 5, na linha n° 1062-0 Chapecó/Dionísio Cerqueira, sem restrição de seções, alterando o horário de partida de Dionísio Cerqueira, de 05:00 para 05:30 horas, diário, anual.**
FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO.
PRESIDENTE

Cod. Mat.: 504943

IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

PORTARIA, 143/2018 22/01/2018
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve PRORROGAR o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 3856/2017, publicada no DOE n° 20.668, de 04 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria n° 3995, publicada no DOE n° 20.681, de 21 de dezembro de 2017 em face das razões apresentadas pela Presidente da Comissão constantes da CI nº 001/18, de 08 de janeiro de 2018.

ROBERTO TEIXEIRA FAUSTINO DA SILVA
Presidente

Cod. Mat.: 504948

PORTARIA, 144/2018 22/01/2018
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 3857/IPREV, publicada no DOE n° 20.670, de 06 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria n° 3995/IPREV, publicada no DOE n° 20.681, de 21 de dezembro de 2017 em face das razões apresentadas pela Presidente da Comissão constantes da CI nº 001/18, de 08 de janeiro de 2018.

ROBERTO TEIXEIRA FAUSTINO DA SILVA
Presidente

Cod. Mat.: 504949

CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente do Conselho Fiscal do Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina,-no uso de suas atribuições e de acordo com o cronograma previamente aprovado,convoca os membros do Conselho Fiscal, para a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL,a realizar-se no dia 30 de janeiro de 2018, (terça feira), às 14 horas, na sala de reuniões, no 9° andar da Sede do IPREV SC, situada à Rua: Visconde de Ouro Preto, 291 Florianópolis, SC, para deliberarem sobre os assuntos constantes da pauta abaixo:
1. Leitura e aprovação da ata nº 074 de 08/12/2017;
2. Aprovação das datas de reuniões para 2018;
3. Relatório do ano de 2017;
4. Assuntos Gerais.

Florianópolis 22 de janeiro de 2018.

Calirio Cipriano da Silveira
Presidente do Conselho

Roberto Teixeira Faustino da Silva
Presidente do IPREV

Cod. Mat.: 504954

Fundações Estaduais

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

Portaria Nº 003/2018 – IMA de 22.01.2018
O Presidente do Instituto do Meio Ambiente - IMA– no uso das atribuições regimentais e estatutárias,
RESOLVE:
Art. 1º Movimentar internamente, conforme art.22 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o servidor **Deovane Roselo Wagner,** matrícula 998.438-0-01, Engenheiro, CODAM – Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Chapecó para CODAM – Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Tubarão.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Florianópolis, 19 de dezembro de 2018.
André Adriano Dick
Presidente E.E

Cod. Mat.: 504825

Portaria Nº 004/2018 – IMA de 22.01.2018
O Presidente do Instituto do Meio Ambiente – no uso das atribuições regimentais e estatutárias,
RESOLVE:
Art. 1º Movimentar internamente, conforme art.22 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, o servidor **Cláudio Osvaldo dos Santos** matrícula 235.542-6, Técnico em Desenho, Gerência de Municipalização para CODAM – Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Florianópolis.
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Florianópolis, 19 de dezembro de 2018.
André Adriano Dick
Presidente E.E

Cod. Mat.: 504836

Portaria nº 005/2018 – IMA de 22.01.2018
O Presidente do Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias,
RESOLVE:
Art. 1º - Dispensar o servidor Rafael Gasparini, matrícula 372.369-2 do cargo de Chefe do Parque Estadual das Araucárias.
Art. 2º - Nomear Mikon Moraes, matrícula 951.062-1, como novo Chefe do Parque Estadual das Araucárias, com a responsabilidade de coordenar as atividades inerentes à Unidade de Conservação.
Art. 3º - A supervisão e apoio técnico administrativo da Unidade de Conservação é de responsabilidade da Gerência de Unidades de Conservação e Estudos Ambientais, sob direção da Diretoria de Proteção dos Ecossistemas da FATMA.
Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
André Adriano Dick
Presidente e.e

Cod. Mat.: 504953

EDITAL DE INTIMAÇÃO
A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, vem por meio deste edital, INTIMAR/NOTIFICAR os administrados citados nos processos administrativos decorrentes de Auto de Infração Ambiental (AIA) abaixo listados, nos termos do art. 70 da portaria 170/GABP-FATMA/BPMA-SC – OUTUBRO DE 2013, publicada no Diário Oficial 19.684 de 17.10.2013, para cientificar o autuado da decisão final proferida e, querendo, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar Recurso ao CONSEMA, devendo protocolá-lo até às 19:00 do último dia do prazo, no setor de protocolo da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, localizado na Rua Trajano, nº 81, Centro, Florianópolis – SC, endereçando a petição à Autoridade Ambiental Fiscalizadora da FATMA, em meio físico e digital, ou pagar a multa, quando aplicada.
A presente relação também está disponível na página da FATMA na rede mundial de computadores www.fatma.sc.gov.br e foi afixada no mural da sede da FATMA no endereço acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no endereço da sede da FATMA situada na Rua Felipe Schimidt, 485/CJP, Centro, Florianópolis – SC.
AIA-SÉRIE-ADMINISTRADO-MUNICÍPIO-DATA
1989-D EDEMAR SABEL TIJUCAS 04/03/2013
2847-D REGINA CRISTINA ESPINDOLA PALHOÇA 07/11/2013
3640-D ANTONIO MEES ITUPORANGA 25/09/2014
53002-B NETO IND E COM DE PESCADOS LTDA ITAJAI 26/10/11

Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.

Alexandre Waltrick Rates
Presidente da FATMA

Cod. Mat.: 504965

FCC – Fundação Catarinense de Cultura

A Fundação Catarinense de Cultura, através da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, com base no § 2º do art. 3º, do Decreto 2.504/2004, vem através desse ato, apresentar proposta de Registro no Livro dos Saberes, da "**A PESCA ARTESANAL COM AUXÍLIO DE BOTOS", em Laguna (SC).**
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505019

Economias Mistas

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PORTARIA Nº 1318
O Presidente da CIDASC - no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia, resolve Prorrogar por 60 dias a Portaria nº 26117, referente ao Processo Administrativo Disciplinar 1275, cujo objetivo é a apuração de mau procedimento na conduta da empregada E.M.C. na obtenção/fornecimento de documentos pessoais de outros empregados sem autorização da chefia imediata e, sendo o caso, sugerir a imposição de penalidade aplicável.

PORTARIA Nº 1418
O Presidente da CIDASC - no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia, resolve Prorrogar por 60 dias a Portaria nº 26217, referente ao Processo Administrativo Disciplinar 1276, cujo objetivo é a apuração de mau procedimento na conduta dos empregados C.E.S.M. e D.A.M.S. na obtenção/fornecimento de documentos pessoais de outros empregados sem autorização da chefia imediata e, sendo o caso, sugerir a imposição de penalidade aplicável.
Dados comuns às duas publicações: Florianópolis, 19 de Janeiro de 2018. Enori Barbieri - Presidente

Cod. Mat.: 504798

PORTARIA nº 1218
O Presidente da CIDASC no uso de suas atribuições legais e de conformidade com que lhe confere o Art. 26 - Inciso III do Estatuto Social da Companhia, resolve: designar a comissão formada pelos empregados Fernando Luiz Cassini, matrícula 1038-3, Engenheiro Agrônomo, Joni Antonelli, matrícula 3704-4, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Juliana da Silva do Lago, matrícula 3712-5, Psicóloga e Angelo Zanotta de Souza, matrícula 3650-1, Advogado, para compor, em conjunto com a Comissão do CONEDE (Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência) formada pelos seus membros efetivos Simone Cassimiro Fonseca de Oliveira, Médica, CRM 2382, Jaqueline Reginatto, Fisioterapeuta e Sabrina Vieira da Luz, Conselheira do CONEDE, a Comissão Paritária para a avaliação dos candidatos portadores de deficiência, aprovados nos concursos públicos da CIDASC – Editais 01/2016 e 02/2016, quando de sua convocação.
Esta Portaria tem validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.
Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.
Enori Barbieri
Presidente

Cod. Mat.: 504870

Concursos

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento- CASAN
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001/2015
86ª Chamada
A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, considerando o que estabelece o item 19.5, do Edital 001/2015, do Concurso Público realizado em 31 de janeiro de 2016, conforme autorização do Conselho de Administração da CASAN, Resoluções nos 005/2015, de 05 de julho de 2015, e 049/2016, de 31 de março de 2016, da Diretoria Executiva,
convoca o(s) candidato(s) abaixo, para se apresentar na unidade indicada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para submeter(em)-se

a uma avaliação de aptidão física, sendo que o não comparecimento no prazo estabelecido implicará na perda do direito à vaga.
SUPERINTENDÊNCIA REGIONALSUL/SERRA
Cargo: Agente Administrativo Operacional
Lotação: Agência Paulo Lopes

Insc.	Nome	Classif	Região
2315821	Hercules Sotero Roque	04	41

Local de apresentação:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL/SERRA
Rua XV de Novembro, 205, 2º andar – Centro − Criciúma/SC
Telefone: (48) 3461− 7087 ou 7076
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/VALE
Cargo: Assistente Administrativo
Lotação: Agência Balneário Barra do Sul

Insc.	Nome	Classif	Região
4321116	Carlos Henrique Herbst	08	61

Lotação: Agência Indaial/SECOM

Insc.	Nome	Classif	Região
4408873	Larissa Sarmento	05	62

Local de apresentação:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE/VALE DO ITAJAÍ
Rua: BR 470- km 141 - Canta Galo – Rio do Sul/SC
Telefone: (47) 3531-1606
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE NEGÓCIOS OESTE
Cargo: Operador de ETA/ETE
Lotação: Agência Pinhalzinho

Insc.	Nome	Classif	Região
3544155	Fabiane Paula W. Schuster	02	53

Local de apresentação:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE NEGÓCIOS OESTE
Rua: Avenida Getúlio Vargas nº 990- S – Centro – Chapecó
Telefone: (49) 3321- 2768 / 2717
A Diretoria

Cod. Mat.: 504973

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 72/2017.
O Secretário de Estado da Educação comunica o resultado da licitação do **Pregão Eletrônico 72/2017**, que tem por objeto a aquisição e confecção de diplomas, placas de mesa, placas de homenagens, placas de identificação de ambientes para do Conselho Estadual de Educação. Nos termos apresentados pela Comissão de Licitação, na ata da sessão, os preços apresentados estão acima do valor de referência, razão pela qual declarou-se o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 72/2017 - FRACASSADO.** CIG: 23362/2017
Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.
Eduardo Deschamps
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 504958

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2592/17 – PSES 33516/17 – CIG 53275/17. Objeto: Aquisição de procedimento cirúrgico de ablação atrial por mapeamento - OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho da OF 2124/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: SOS Cárdio Serviços Hospitalares . – OF 142/18 – R$ 45.146,00.

Cod. Mat.: 504962

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2496/17 – PSES 31195/17 – CIG 52856/17. Objeto: Aquisição de procedimento de ablação atrial.- OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho da OF 2084/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada. Hos. Marieta K.B. – OF 147/2018 – R$ 33.527,55.

Cod. Mat.: 504963

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação**: DL 1891/17 – PSES 50745/16 - CIG 51866/17. Objeto: Aquisição de medicamento importado. Justificativa: Em 20/10/2017, a CMED publicou tabela na qual atribuiu ao Soliris o valor de R$ 13.614,80 (treze mil seiscentos e quatorze reais e oitenta centavos) à título de preço máximo de venda ao governo (ICMS 0%). Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Multicare Pharmaceuticals – R$ 1.143.643,20

Cod. Mat.: 504964

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2653/17 – PSES 38383/17 – CIG 53284/17. Objeto: Aquisição de procedimento cirúrgico de ablação atrial por mapeamento - OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho da OF 2123/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: SOS Cárdio Serviços Hospitalares . – OF 141/18 – R$ 45.146,00.

Cod. Mat.: 504966

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2493/17 – PSES 30305/17 – CIG 53274/17. Objeto: Aquisição de procedimento de ablação atrial.- OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho da OF 2128/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada. Hos. Marieta K.B. – OF 125/2018 – R$ 33.527,55.

Cod. Mat.: 504968

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2794/17 – PSES 41729/17 – CIG 53260/17. Objeto: Aquisição de sessões de oxigenoterapia hiperbárica OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho da OF 2140/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Instituto de Medicina Hiperbárica de Florianópolis. – OF 124/2018 – R$ 10.980,00.

Cod. Mat.: 504969

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação -** DL 2477/17 – PSES 43280/17 – CIG 53270/17. Objeto: Aquisição de medicamentos OJ. Justificativa: devido ao recesso de fim de ano, não houve tempo hábil para empenho das OFs 2101/17, 2102/17, 2103/17 e 2104/17, sendo necessária a troca da numeração da OF para o ano de 2018. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratadas: Asli Comercial Eireli, OF 72/2018 R$ 6.384,00 - Geralmed Distr.de Med. Ltda, OF 73/2018, R$ 21.635,82 – Cristália Produtos Quim e Farm. Ltda, OF 75/2018 R$ 561,68 – Altermed Mat. Méd. Hosp. Ltda, OF 76/2018 R$ 16.217,37 - Total R$ 44.798,87

Cod. Mat.: 504970

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública a seguinte **Alteração do Relatório de Homologação**: DL 542/17 – PSES 5964/17 - CIG 51549/17. Objeto: Aquisição de medicamento importado. Justificativa: Por se tratar de processo de importação, no momento do empenho houve uma diferença a maior no valor homologado na dispensa de licitação devido à cotação do dólar do dia. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Unipharma – R$ 17.701,53

Cod. Mat.: 504977

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 3039/17 - PSES 49306/17 - CIG 2593/18 . Objeto: Aquisição de Medicamentos. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 99/2018 .Contratada: Cristália Prod. Químicos e Farmacêuticos Ltda. Valor R$ 110.600,00.

Cod. Mat.: 505002

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2641/17 - PSES 44761/17 - CIG 2333/18 . Objeto: Aquisição de Medicamentos. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 117/2018 Contratada: Astrazeneca do Brasil. Valor R$ 272.876,40.

Cod. Mat.: 504817

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2581/2017 - PSES 45147/2017 – CIG 2328/2018. Objeto: Medicamento importado. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Hemp Meds Brasil – Valor R$ 12.889,31

Cod. Mat.: 504819

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2267/17 - PSES 40373/17 - CIG 2325/18 . Objeto: Aquisição de Insumos. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 46/2018 Contratada: Fufa/SC Comer. e Repres. Ltda. Valor R$ 189,60. OF 47/2018 – Contratada: Soma SC Prod. Hosp. Ltda. Valor R$ 17.270,56.

Cod. Mat.: 504820

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2742/17 - PSES 45273/17 - CIG 2317/18 . Objeto: Sessões de oxigenoterapia hiperbárica. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 104/2018 Contratada: Centro Medicina Hiperbárica de Caçador. Valor R$ 14.640,00.

Cod. Mat.: 504824

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2303/17 - PSES 38433/15 - CIG 2315/18 . Objeto: Aquisição de OPME. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 53/2018 Contratada: Jusimed Import. E Comer. de Prod. Med. Valor R$ 10.150,00.

Cod. Mat.: 504828

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2412/17 - PSES 36041/17 - CIG 2311/18 . Objeto: Cirurgia de Nefrolitotripsia Bilateral. Justificativa: Ordem judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 39/2018 Contratada: Clinica Médica Ilhamed S/S. Valor R$ 24.530,00.

Cod. Mat.: 504832

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: Contratação DL 2715/17 - PSES 40169/17 - CIG 2574/18. Objeto: Aquisição de cateter venoso para a GEBER. Justificativa: Para não causar prejuízos ao atendimento dos usuários do SUS. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. OF 54/2018 Contratada: Asli Comercial Eireli – Valor R$ 107.460,00.

Cod. Mat.: 504930

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **Alteração do Relatório de Homologação**: DL 2297/17. PSES 3266/17. CIG 52866/17. Objeto: Materiais de artroplastia de quadril. Justificativa: Alteração do número da OF1989/2017 para 145/2018 devido indisponibilidade de cota orçamentária em dezembro de 2017. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Contratada: Jusimed Import. e Com. de Prod. Médicos Ltda - R$ 13.644,00

Cod. Mat.: 504932

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna pública: DL 2980/2017 - PSES 46828/17 - CIG 53285/17. Objeto: Serviços especializados de exames de análises clínicas para as unidades MDCK, MCD, HST e HDWC. Fundamento da DL: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8666/93. Vigência: a partir da assinatura até 180 dias. Valor total de R$ 813.378,84.

Cod. Mat.: 504856

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 161/SSP/2017 - Exclusivo ME/EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de condicionadores de ar.
Data e local da Sessão Pública: às 14h do dia 05.02.2018, no Auditório de Licitações da SSP, localizado na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1.521, Bloco "A", Centro Administrativo da SSP, ao lado da PHIPASA, Capoeiras, Florianópolis/SC. Para retirada dos editais, as empresas interessadas deverão comparecer ao Setor de Licitações da SSP, no endereço supra munidas do carimbo da empresa, ou ainda, obtê-los no endereço **www.ssp.sc.gov.br** da Internet.
Protocolo CIG (SGP-e) 458
/2018

Cod. Mat.: 504929

Agências de Desenvolvimento Regional

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE A Agência de Desenvolvimento Regional - Araranguá comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 45/2017, que tem por objeto "Elaboração de projeto de reforma para a E.E.B Araranguá, município de Araranguá" para a Agência de Desenvolvimento Regional - Araranguá e, em função do que determina a legislação em vigor, DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE da entrega dos envelopes e abertura da referida licitação.CIG ADR 6518/2017

Cod. Mat.: 504889

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE A Agência de Desenvolvimento Regional - Araranguá comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 46/2017, que tem por objeto "ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS DAS UNIDADES ESCOLARES PERTENCENTES A 21ª ADR ARARANGUÁ" para a Agência de Desenvolvimento Regional - Araranguá e, em função do que determina a legislação em vigor, DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE da entrega dos envelopes e abertura da referida licitação. CIG ADR21 6628

Cod. Mat.: 504893

21ª ADR – ARARANGUÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preço nº 0040/2017 – Menor Valor Global
Objeto: **"LOTE 1**- Execução de uma edificação da quadra de Esportes com área total de 400,00m², da EEB Praia da Gaivota, município de Balneário Gaivota/SC, pertencente à 21ª ADR – Araranguá. **LOTE 2**- Execução da Cobertura da Quadra de esportes já existente, com área total de 704,00m², na EEB Doralina Clezar da Silva no município de Balneário Gaivota/SC, pertencente à 21ª ADR – Araranguá". Entrega dos envelopes ate 13h45min do dia 07/02/2018. Abertura da Sessão: a partir das 14h00min do dia 07/02/2018. site:http://www.portaldecompras.sc.gov.br/email: licitacao@aru.sdr.sc.gov.br – Heriberto Afonso Schmidt – Secretário Executivo da 21ª ADR – ADR21 6755/2017.

Cod. Mat.: 504951

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BRUSQUE
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PP 020/2017
Autorizado pelo *CIG ADR16 4014/2017*
ADR-Brusque comunica aos interessados o resultado da seguinte Licitação: **Edital Pregão Presencial nº 020/2017 -** Objeto: Aquisição de material elétrico para troca de fiação elétrica e instalação de ar na unidade escolar EEB Prof. Carlos Mafezzoli, município de Guabiruba. **VALOR TOTAL: R$ 26.047,82** (vinte e seis mil quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos). **Empresa vencedora**: ELESUL ELETRO ELETRONICA LTDA EPP, CNPJ: 08.321.729/0001-71.
Ewaldo Ristow Filho
Secretário Executivo

Cod. Mat.: 504967

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIÚMA
RESULTADO DE LICITAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
A Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma torna público que no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à habilitação da Tomada de Preço nº 0032/2017, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REFORMA DA COBERTURA DE QUATRO SALAS DE AULA E CIRCULAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR E.E.B. ALOYSIUS BACK, COM ÁREA DE 245,62 M², LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA". Decidiu por: habilitar as empresas: Águas Brancas Construções Eirele ME, BF Construções Eireli EPP, BRE Construções Eireli EPP, Casa Do Construtor & Construções Eirele – ME, Consoni Construções Ltda ME, Construções Vitoria Ltda ME, Construtora Nelgui Ltda EPP, Construtora Nunes Ltda, Dartora Empreiteira De Mão De Obra Ltda EPP, Estruturar Construção Civil Ltda ME, Kamig Engenharia Ltda ME, Kamilla Construções E Transportes Ltda ME, Lajecril Artefatos De Cimentos Ltda EPP, Moura E Nobre Construções Ltda EPP, Tec-Enge Construções Ltda EPP, Trust Construtora Ltda EPP, Versatil Construções E Incorporações Ltda EPP. E inabilitar a empresa: VF Transportes E Construções Ltda Me Conforme Item 8.3.2.1, 8.4.1 do edital. CPL 20ª ADR – 8809/2017.

Cod. Mat.: 504816

AVISO DE LICITAÇÃO
34ª AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL–TIMBÓ, comunica aos interessados o aviso de Licitação: Edital **Pregão Presencial nº 051/2017** - menor preço global. Objeto: Contratação de Empresa para elaboração de Projeto Elétrico na EEB Raulino Horn no município de Indaial- SC pertencentes a GERED desta - 34ª ADR, Abertura da sessão: a partir das 14:00 horas do dia 06/02/2018**. Local e cópia do Edital**: Rua Portugal, nº 99, ADR-Timbó-SC, Centro CEP: 89120-000, Timbó –SC, no horário das 12:00 às 18:00 em dias úteis. Timbó, 21 de dezembro de 2018.SGPe ADR34 2853/2017 **Lúcia Steinheuser Gorges Secretária Executiva** - ADR -Timbó.

Cod. Mat.: 505011

34ª AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL–TIMBÓ, comunica aos interessados o aviso de Licitação: Edital **Tomada de Preços nº 053/2017** - menor preço global. **Objeto**: contratação de empresa para Reforma da Quadra de Esportes da EEB Osvaldo Cruz **situada no município de Rodeio/SC, Abertura da sessão**: a partir das 14:00 horas do dia 07/02/2018**. Local e cópia do Edital**: Rua Portugal, nº 99, ADR-Timbó-SC, Centro CEP: 89120-000, Timbó –SC, no horário das 12:00 às 18:00 em dias úteis. Timbó, 21 de dezembro de 2017.SGPe ADR34 03043/2017. Lucia Steinheuser Gorges - Secretária Executiva

Cod. Mat.: 505015

Autarquias Estaduais

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
DEINFRA.
Resultado da Licitação – CARTA CONVITE Nº 002/2018, cujo objeto é a Seleção de Empresa de Consultoria para Elaboração do Projeto de Engenharia da alteração da interseção na rodovia BR – 470, no km 51+070 (Interseção Mafisa), com extensão aproximada de 0,7 Km. 1º lugar: **PROSUL** Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda., valor: R$ 134.936,35; 2º lugar: **ESSE** Empresa Sulbrasileira de Serviços de Engenharia., valor: R$ 142.235,13. Comissão Permanente de Licitações. 19/01/2018.
DEINFRA 00024243/2017

Cod. Mat.: 504918

Economias Mistas

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN.
RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº. 031/2018
A Diretoria Administrativa**,** comunica o resultado do edital **Pregão Eletrônico nº 184/2017.** Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CONEXÕES EM FERRO FUNDIDO PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS.
Lotes 1 e 8 – Empresa Adjudicada: STARLUX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA: Valores Adjudicados: R$ 472.608,35. Lote 2 - Empresa Adjudicada: LOT METAIS - EIRELI ME. Valor Adjudicado: R$ 236.190,00. Lote 3 e 5 - Empresa Adjudicada: INAPI IND. NORDESTINA DE ACESSÓRIOS. Valor Adjudicado: R$ 838.094,45. Lote 4 – Empresa Adjudicada: SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA: Valores Adjudicados: R$ 1.799.999,80. Lote 7 - Empresa Adjudicada: COMERCIAL FAM. BUONINFANTE LTDA – ME. Valor Adjudicado: R$ 373.329,45. Empresa Adjudicada: Lotes 9 e 10 - CY – UND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS METARLUGICOS. Valor Adjudicado: R$ 951.469,30.

Cod. Mat.: 504975

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO. Concorrência nº 17/02431. Tipo de Licitação: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia para Construção da SE Brusque São Pedro. Motivo: Aditamento 01. Entrega dos Envelopes de Documentação de Habilitação e de Proposta(s): até às 11h30min do dia 23/02/2018. Local de Entrega: DVGD/Secretaria Geral da Celesc Distribuição S.A., ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, Av. Itamarati 160, Florianópolis/SC. Edital: no site www.celesc.com.br - link "Portal de Fornecedores". Informações: e-mail: dvlt@celesc.com.br
RESULTADO DE LICITAÇÃO. Pregão Presencial nº 17/02590 – Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de revitalização das copas da Administração Central da Celesc. Proponente Vencedora: W & L ENGENHARIA LTDA. Empresa: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. Valor: R$123.700,00

Cod. Mat.: 504934

SCPar Porto de Imbituba S.A.
Inexigibilidade de licitação nº 002/2018
Contratante: SCPar Porto de Imbituba S.A. Contratada: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Valor: R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais). Objeto: Realização de curso para conselheiro de administração. Fundamento legal: art. 25, II, da Lei federal n. 8.666/1993. Data: 18/01/2018

Cod. Mat.: 504797

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – Resultado do Edital Pregão Presencial no 060/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES E BEBIDAS PARA EVENTOS E REUNIÕES INSTITUCIONAIS DA SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A. O Diretor Presidente da SCPar Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições, homologa o resultado do Pregão Presencial no 060/2017, bem como adjudica o objeto licitado em favor da empresa Porto dos Pães Panificadora e Confeitaria Ltda. ME (CNPJ 10.802.875/0001-60), que apresentou as menores propostas de preço para os Lotes 1 e 2, nos valores globais de R$ 32.900,00 e R$ 10.900,00, respectivamente. Imbituba, 22 de janeiro de 2018.
LUÍS ROGÉRIO PUPO GONÇALVES - Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 504823

Contratos e Aditivos

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 001/2013 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Helisul Taxi Aéreo Ltda.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de locação de aeronave de asa rotativa (helicóptero).
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 183.414,41 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e quatorze reais e quarenta e um centavos), tendo como valor unitário da hora/voo R$ 8.734,02 (oito mil setecentos e trinta e quatro reais e dois centavos).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 14/01/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Diretor Administrativo e Financeiro da Casa Civil e Edgar Nunes, representante da empresa Helisul Taxi Aéreo Ltda.
SCC 295/2018
Florianópolis, 19 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504939

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 013/2013 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de prestação de serviços de locação de sistema de segurança de circuito fechado de televisão digital para a Casa d'Agronômica.
VALOR GLOBAL: R$ 119.902,41 (cento e dezenove mil novecentos e dois reais e quarenta e um centavos, importando o valor mensal de R$ 16.576,37 (dezesseis mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 07/08/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Paulo Geraldo Collares Filho, representante da empresa Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda.
SCC 275/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504945

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 026/2014 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de prestação de serviços de locação de sistema de segurança por circuito fechado de televisão digital para a Secretaria de Estado da Casa Civil.
VALOR GLOBAL: R$ 131.233,68 (cento e trinta e um mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), tendo como valor mensal R$ R$ 10.936,14 (dez mil novecentos e trinta e seis reais).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 31/12/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Paulo Geraldo Collares Filho, representante da empresa Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda.
SCC 256/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504997

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 030/2014 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Emcatur Viagens e Turismo Ltda.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de prestação de serviços de cotação, reserva, emissão e entrega de passagens.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 173.333,32 (cento e setenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos), ten-

do como valor mensal R$ 43.333,33 (quarenta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 30/04/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Jaqueline Sozo da Silva, representante da empresa Emcatur Viagens e Turismo Ltda.
SCC 276/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504999

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 019/2015 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Disk Car Locação de Veículos S.A.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de prestação de serviços de locação de veículos.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 196.443,00 (cento e noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais), tendo como valor unitário da diária R$ 53,82 (cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 31/12/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Marcus Marchini, representante da empresa Disk Car Locação de Veículos S.A.
SCC 255/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 505003

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 014/2016 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: JCC-João Carlos Couto ME.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de prestação de serviços atendimento de pista, limpeza e serviços técnicos.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 381.129,48 (trezentos e oitenta e um mil cento e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), tendo como valor mensal estimado R$ 31.760,79 (trinta e um mil setecentos e sessenta reais e setenta e nove centavos).
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 31/12/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e João Carlos Couto, representante da empresa JCC-João Carlos Couto ME.
SCC 216/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 505020

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 016/2016 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Axial Aviação Ltda.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de manutenção preventiva e corretiva da aeronave Carajá, PT-RFT.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 1.005.000,00 (um milhão e cinco mil reais), sendo R$ 521.615,00 (quinhentos e vinte e um mil seiscentos e quinze reais) para peças, R$ 483.385,00 (quatrocentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais) para serviços e R$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) o valor do homem-hora.
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 31/12/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Eduardo Mieskalo Silva, representante da empresa Axial Aviação Ltda.
SCC 210/2018
Florianópolis, 17 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 505022

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 022/2016 - SCC

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Casa Civil.
CONTRATADA: Consesc & Nacional Elevadores Ltda. EPP.
OBJETO: prorrogação de vigência do contrato de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.
VALOR GLOBAL: R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), sendo R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.
VIGÊNCIA: de 01/01/2018 até 31/12/2018.
DATA ASSINATURA: 19/12/2017.
ASSINADO POR: Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil, Luciano Veloso Lima, Secretário Adjunto e Valério Jorge Gilli, representante da empresa Consesc & Nacional Elevadores Ltda EPP.
SCC 266/2018
Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 505023

SECRETARIA EXEC. DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO SAI Nº 002/2018
Contrato SAI nº 002/2018, vinculado a pregão eletrônico de nº 130/2017. **Objeto**: Fornecimento de 8.000 litros de combustível comum. **Contratante**: Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais. **Contratado**: Comércio De Combustíveis e Lubrificantes Arataca LTDA.. **Valor**: o valor global do contrato é de R$ 29.112,00. **Vigência**: a partir de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018. **Assinatura**: 02 de janeiro de 2018. **Signatários**: Sr. Secretário Carlos Adauto Virmond Vieira, pela Contratante e Fabio Vieira de Espindola (Sócio Gerente), pela Contratada.
CIG SAI-00000002/2018

Cod. Mat.: 504925

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 267/SDC/2017. **PROCESSO PG Nº 017/SDC/2017**. **CONTRATANTE:** Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil. **CONTRATADA**: BMI Prosper Eireli - EPP **OBJETO**: Aquisição de materiais de copa, cozinha e dormitório para a Secretaria de Estado da Defesa Civil. **VALOR**: R$ 8.920,00. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: **3.3.90.30**. **VIGÊNCIA**: 11 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017. **FISCAL DO CONTRATO**: Ailton Altino Lopes Filho. **DATA**: Florianópolis, 11 de dezembro de 2017. **ASSINATURA**: Rodrigo Antônio F.F.S. Moratelli, pelo Contratante e Inildo José Dalcanale, pela Contratada.
CIG: SDC 305/2018

Cod. Mat.: 504888

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA-SIE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2017 (PP– 0091/2017/SEA)
PARTÍCIPES: Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIE e a empresa A.Angeloni & CIA LTDA.
OBJETO: Fornecimento parcelado de gasolina comum e óleo diesel S-10, durante o exercício de 2018.
DOS RECURSOS: R$ 7.432,50 (sete mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), que correrão à conta do Item Orçamentário 33.90.30 – Fonte 0100.
DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: Os valores serão liberados de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.
PRAZO E VIGÊNCIA: Este Contrato terá duração de 10 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, conforme Cláusula Sétima do Contrato.
DATA: Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.
SIGNATÁRIOS: Luiz Fernando Cardoso-SIE, A.Angeloni & CIA LTDA - Contratada.
SIE 110/2018

Cod. Mat.: 504955

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA-SIE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2017 (PP– 0095/2017/SEA)
PARTÍCIPES: Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIE e a empresa Posto Itoupavazinha LTDA.
OBJETO: Fornecimento parcelado de combustíveis, durante o exercício de 2018.
DOS RECURSOS: R$ 9.017,50 (nove mil dezessete reais e cinquenta centavos), que correrão à conta do Item Orçamentário 33.90.30 – Fonte 0100.
DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS: Os valores serão liberados de acordo com o fornecimento efetivamente prestado.
PRAZO E VIGÊNCIA: Este Contrato terá duração de 10 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, conforme Cláusula Sétima do Contrato.
DATA: Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.
SIGNATÁRIOS: Luiz Fernando Cardoso-SIE, Posto Itoupavazinha LTDA - Contratada.
SIE 111/2018

Cod. Mat.: 504957

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
ATA 1417/2017 – PE 1753/2017 – PSES 24924/2017 – CIG: 2360/2018. Empresa: Asli Comercial Eireli. Objeto: Materiais de enfermaria e cirúrgia. Valor total: R$ 29.700,00. Fiscal: GEBER – Alexandre de Souza – Matrícula: 360382-2-01. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504922

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
ATA 1418/2017 – PE 1753/2017 – PSES 24924/2017 – CIG: 2361/2018. Empresa: Parcomed Comércio e Representação de Produtos Farmacêuticos Ltda. Objeto: Materiais de enfermaria e cirúrgia. Valor total: R$ 20.482,92. Fiscal: GEBER – Alexandre de Souza – Matrícula: 360382-2-01. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504923

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
ATA 1419/2017 – PE 1753/2017 – PSES 24924/2017 – CIG: 2363/2018. Empresa: Soma SC Produtos Hospitalares Ltda. Objeto: Materiais de enfermaria e cirúrgia. Valor total: R$ 8.127,36. Fiscal: GEBER – Alexandre de Souza – Matrícula: 360382-2-01. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504924

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: **9º Termo Aditivo** ao **CT 212/2014** - PSES 46305/17– Licitação 2131/13 do PSES 15832/13. Empresa: Sepat Multi Service Ltda. Objeto: Supressão da cláusula de incidência do reajuste exercício 2018 e prorrogação da vigência contratual de 01/01/18 até 31/12/18. Valor total R$ 6.462.418,80. CIG 50898/17.

Cod. Mat.: 504801

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: 3**º Termo Aditivo** ao **CT 591/2015** - PSES 47329/17– Licitação 1364/15 do PSES 9590/15. Empresa: Cleumara Kosmann. Objeto: Prorrogação da vigência contratual de 01/01/2018 até 31/12/2018. Valor total R$ 144.000,00. CIG 52646/17.

Cod. Mat.: 504802

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: **3º Termo Aditivo** ao **CT 466/2015** - PSES 46984/17– Licitação 2101/15 do PSES 31553/15. Empresa: Favorita Eventos e Turismo Ltda ME. Objeto: Prorrogação da vigência contratual de 01/01/2018 até 31/12/2018. Valor total R$ 136.000,00. CIG 51862/17.

Cod. Mat.: 504805

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: **10º Termo Aditivo** ao **CT 626/2012** - PSES 48741/17– Licitação 953/12 do PSES 47161/2009. Empresa: ASFAG LTDA ME. Objeto: Supressão da cláusula de incidência do reajuste exercício 2018 e prorrogação da vigência contratual de 01/01/18 até 19/09/18. Valor total R$ 15.633,00. CIG 51491/17.

Cod. Mat.: 504806

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **ATA 1409/2017** PE 1356/17 PSES: 1353/17 CIG 2304/18 Empresa**. RBG Produtos Therapêuticos S/A** – Objeto: Aquisição de órtoses,Próteses e Materiais especiais. Total: R$152.451,00 Fiscal: Eleonora de almeida Scaff. Matrícula: 398227-0-01 Integra: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504807

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **ATA 1416/2017** PE 1360/17 PSES: 15353/17 CIG 2330/18 Empresa**. Rigel Comércio e Serviço Ltda** - Objeto: Aquisição de cadeiras de rodas e acessórios. Total: R$ 108.975,00 Fiscal: Taisa Vendramini. Matrícula: 655.959-0-01 Integra: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504809

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **ATA 1248/2017** PE 2218/17 PSES: 27837/17 CIG 2365/18 Empresa**. Sullab Distr. de Prod. Diagnósticos Hospitalares e Farmacêuticos Ltda** - Objeto: Materiais de Laboratório. Total: R$ 59.004,90 Fiscal: Zoleide Aparecida Zandonai Luiz. Matrícula: 671.810-8-01 Integra: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 504810

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: **4º Termo Aditivo** ao **CT 247/2016** - PSES 46379/17– Licitação 4448/15 do PSES 16931/15. Empresa: Aconsermed Assistência Técnica Com. de Equip. Méd. Hospitalares Ltda ME. Objeto: Supressão da cláusula de incidência do reajuste exercício 2018 e prorrogação da vigência contratual de 01/01/18 até 31/12/18. Valor total R$ 11.400,00. CIG 50552/17.

Cod. Mat.: 504814

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
1° TERMO ADITIVO – PSES 51031/2017 – ATAs 1317/2016 – 068/2017 – 232/2017 – 0279/2017 – 467/2017 – 0605/2017 – 0723/2017 – 0724/2017. CIG 2124/2018.Empresa: DIVERSAS. Objeto: Alteração na Cláusula Segunda, substituindo a servidora responsável pela fiscalização das ATAS acima relacionadas, Simone Bortoleto Perin do Carmo – mat.: 330.239-02-3, pela servidora Graziela Medeiros Souza – mat.: 673.170-01-8. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 505006

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
2° TERMO ADITIVO – PSES 51032/2017 – ATAs 1388/2016 e 375/2017. CIG 2150/2018.Empresa: DIVERSAS. Objeto: Alteração na Cláusula Segunda, substituindo a servidora responsável pela fiscalização das ATAS acima relacionadas, Simone Bortoleto Perin do Carmo – mat.: 330.239-02-3, pela servidora Graziela Medeiros Souza – mat.: 673.170-01-8. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 505008

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE torna público: **Contrato de Fornecimento nº 106/2018 –** PSES 40544/2017 PP n° 2827/2017. Vigência: 01/01/2018 até 31/12/2018. Empresa: AAAB Comércio de Alimentos Ltda Epp. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios. CIG: 2462/2018 – Valor Total: R$ 130.029,12. Fiscal: MDV: Antônia Aparecida Deluca de Oliveira – Matrícula: 650607-02-0.

Cod. Mat.: 505009

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
3° TERMO ADITIVO – PSES 51033/2017 – ATAs 1583/2016 e 045/2017. CIG 2154/2018.Empresa: DIVERSAS. Objeto: Alteração na Cláusula Segunda, substituindo a servidora responsável pela fiscalização das ATAS acima relacionadas, Simone Bortoleto Perin do Carmo – mat.: 330.239-02-3, pela servidora Graziela Medeiros Souza – mat.: 673.170-01-8. Inteiro teor: www.portaldecompras.sc.gov.br

Cod. Mat.: 505010

POLÍCIA CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. UG 16084. Item Orçamentário: 3.3.90.39. **Subação 13170**. **Fonte** 0111. **CONTRATO Nº 6494-7**. **Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 157/CPL/DGPC/2017. Objeto**: Locação de imóvel para abrigar a Delegacia de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescete, à Mulher e ao Idoso de Laguna. **Locador**: Carnicicultura costa azul Ltda. ME **Valor Total Contratado: R$ 93.500,00. Data de Assinatura:** 11.12.2017. Fica designado(a) para exercer as funções de fiscal da contratação acima o(a) Escrivã de Polícia **REGINA AMANCIO SOARES**, matrícula n.º 393.726-7. **Protocolo CIG (SGP-e) PCSC 7591/2018.**

Cod. Mat.: 504838

POLÍCIA CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO
Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. UG 16084. Item Orçamentário: 3.3.90.36. **Subação 13170**. **Fonte** 0111. **CONTRATO Nº 6495-5**. **Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 167/CPL/DGPC/2017. Objeto**: Locação de imóvel para abrigar a Delegacia de Polícia de Proteção à Criança, ao Adolescete, à Mulher e ao Idoso de Palhoça. **Locador**: Aloízio Antônio dos Santos e Ângela dos Santos. **Valor Total Contratado: R$ 81.000,00. Data de Assinatura:** 21.12.2017. Fica designado(a) para exercer as funções de fiscal da contratação acima o(a) Escrivã de Polícia **REGINA AMANCIO SOARES**, matrícula n.º 393.726-7. **Protocolo CIG (SGP-e) PCSC 7595/2018.**

Cod. Mat.: 504839

Agências de Desenvolvimento Regional

ESTADO DE SANTA CATARINA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – ADR – CANOINHAS – EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018. ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL N.º 0089/2017
CONTRATANTE: O Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional – ADR – Canoinhas. **CONTRATADA**: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES ARATACA LTDA, CNPJ Nº. 07.912.416/0001-25. **OBJETO:** Acréscimo de valor. **CLÁUSULA SEXTA**: Fica assegurado o aditivo de acréscimo de valor, no valor atual que é de R$ 29.112,00, passará a ser o valor de R$ 31.704,00, ou seja, acréscimo de R$ 2.592,00. Canoinhas, 22/01/2018. **CIG ADR25 127/2018.** Aloísio Francisco Salvatti - Secretário Executivo do Desenvolvimento Regional – Canoinhas.

Cod. Mat.: 504983

ADR CURITIBANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017
LOCATÁRIA: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS.
CNPJ: 05.640.154/0001-61
LOCADORA: OESTE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
CNPJ: 11.504.898/0001-51
OBJETO: 01) acréscimo ao objeto do contrato principal do montante de 52,16m3 de pavimento asfáltico;
02) prorrogação do prazo de vigência e execução até 31 de janeiro de 2018.
CIG: ADR11 1826/2017
SIGNATÁRIOS: Luiz Cesar Abrahão (contratante) e Ewerton Luiz Ribeiro (contratada)
Curitibanos (SC), 28 de novembro de 2017.

Cod. Mat.: 504844

EXTRATO DE CONTRATO N. 03-2018 ORIGEM: PARTES: Contratante: A Agência de Desenvolvimento Regional-ADR/SMOeste. Contratada: MUNICÍPIO DE DESCANSO. CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto: Fornecimento de água para a escola EEB Itajubá no município de Descanso/SC. CLAUSULA SEGUNDA: Preço e Condições de Pagamento. O valor é de R$6.000,00 (seis mil reais). CLÁUSULA TERCEIRA: Recursos para atender as despesas: O pagamento ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento, conforme segue: Fonte: 120; Sub- Ação: 13617; Elemento de despesa: 33.90.39. CLÁUSULA QUARTA Do Prazo: O prazo de vigência tem início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2018. DATA E ASSINATURA: São Miguel do Oeste, 15 de janeiro de 2018. Signatários: Claudemir Luiz Parmegiani pela Contratante e Sadi Inácio Bonamigo pela Contratada. CIG:942/2018

Cod. Mat.: 504841

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE TUBARÃO – EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 003/2017 AO CONTRATO Nº 006/2017/ADRTB PROCESSO Nº ADR19 6392/2017. CONTRATANTE: Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Tubarão. CONTRATADA: **Lajecril Artefatos de cimento LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 03.326.193/0001-63. OBJETO: Fica prorrogado o prazo do contrato até a data de 26/03/2018. As demais cláusulas continuam em vigor. Assinaram Nilton de Campos, Secretário Executivo pela contratante e Adelar Machado de Oliveira pela contratada. Tubarão, 22 de Janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504960

Autarquias Estaduais

Agência de Regulação de Serviços Públicos SC - ARESC
Extrato do Contrato 009/2015/ARESC
Objeto: Acréscimo Contratual, o presente aditamento acresce de 01 (uma) vaga de garagem.
Fornecedor: Estacionamento Panorama LTDA
CNPJ: 02.279.072/0001-45
Florianópolis, 22 de janeiro de 2018.
Reno Luiz Caramori - Presidente

Cod. Mat.: 504840

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CV 068/2017**.
PJ. 269/2017. Objeto: *ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA PARA ACESSO DO COMPLEXO DE SEGURANÇA DE BIGUAÇU – SJC/SC. NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.* **Vencedora:** MAIS ENGENHARIA INFRAESTRUTURA VIÁRIA EIRELI - EPP. **Prazo**: 60 (sessenta) dias. **Local e Data:** Florianópolis**,** 09/01/2018. **Signatários**: Wanderley Teodoro Agostini, pelo DEINFRA e o Sr. Éverson Luciano Silva, pela CONTRATADA. **DEINFRA 666/2018.**

Cod. Mat.: 504884

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CV 072/2017**.
PJ. 309/2017. Objeto: *ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE INTERSEÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 0,3 KM.* **Vencedora:** SC - Engenharia E Geotecnologia Ltda. **Prazo**: 90 (noventa) dias. **Local e Data:** Florianópolis**,** 16/01/2018. **Signatários**: Wanderley Teodoro Agostini, pelo DEINFRA e a Sra. Ana Paula Tombini Dos Santos**,** pela CONTRATADA. **DEINFRA 24177/2017.**

Cod. Mat.: 504885

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CV 071/2017**.
PJ. 308/2017. Objeto: *ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA ACESSO AO CENTRO DE EVENTOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ NA RODOVIA BR-101 – KM 136+700, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 2,4 KM.* **Vencedora:** SC - Engenharia E Geotecnologia Ltda. **Prazo**: 90 (noventa) dias. **Local e Data:** Florianópolis**,** 16/01/2018. **Signatários**: Wanderley Teodoro Agostini, pelo DEINFRA e a Sra. Ana Paula Tombini Dos Santos**,** pela CONTRATADA. **DEINFRA 812/2018.**

Cod. Mat.: 504887

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CV 073/2017**.
PJ. 310/2017. Objeto: *ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA SC-425, TRECHO: MIRIM DOCE – BR-470 (POUSO REDONDO.* **Vencedora:** SOTEPA - SOCIEDADE TÉCNICA DE ESTUDOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA. **Prazo**: 60 (sessenta) dias. **Local e Data:** Florianópolis**,** 08/01/2018. **Signatários**: Wanderley Teodoro Agostini, pelo DEINFRA e o Sr. Rinaldo Manoel Da Silveira pela CONTRATADA. **DEINFRA 796/2018.**

Cod. Mat.: 504946

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CV 074/2017**.
PJ. 311/2017. Objeto: "*ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PASSARELA PARA PEDESTRES NO KM 7+600 DA RODOVIA SC-401, PRÓXIMO AO ACESSO À RATONES, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS".* **Vencedora:** SOTEPA - SOCIEDADE TÉCNICA DE ESTUDOS, PROJETOS E ASSESSORIA LTDA. **Prazo**: 120 (cento e vinte) dias. **Local e Data:** Florianópolis**,** 08/01/2018. **Signatários**: Wanderley Teodoro Agostini, pelo DEINFRA e o Sr. Rinaldo Manoel Da Silveira pela CONTRATADA. **DEINFRA 789/2018.**

Cod. Mat.: 504950

Fundações Estaduais

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
EXTRATO DO CONTRATO N. 002/2018, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 0183/2017
CONTRATANTE: FCC; CONTRATADO: ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**; Objeto:** fornecimento pela contratada de móveis e poltronas para o Museu da Imprensa e Casa do Jornalista; **Valor estimado:** R$ 76.642,00 (setenta e seis mil seissentos e quarenta e dois reais); **Fonte/Natureza de Despesa**: 0162/33.90.39; **Data de vigência**: 31/12/2017, **Data da assinatura**: 10 de janeiro de 2018. CIG FCC 204/2018.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505012

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
EXTRATO DO CONTRATO N. 001/2018, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 0172/2017
CONTRATANTE: FCC; **CONTRATADO:** ACT COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME**; Objeto:** fornecimento pela contratada de grades fixas, guarda-corpos, grades e portas pantográficas para o Centro Integrado de Cultura, Biblioteca Pública de Santa Catarina e Museu da Comunicação; **Valor estimado:** R$ 62.710,00 (sessenta e dois mil setecentos e dez reais); **Fonte/Natureza de Despesa**: 0162/33.90.39; **Data de vigência**: 31/12/2017, **Data da assinatura**: 10 de janeiro de 2018. CIG FCC 207/2018.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505013

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
EXTRATO DO CONTRATO N. 003/2018, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N. 0132/2017
CONTRATANTE: FCC; CONTRATADO: KEVIN BUGS VAZ EPP**; Objeto:** serviços de desratização e desinsetização da Casa da Alfândega, Biblioteca Pública, Museu Histórico, Museu Etnográfico, Museu Nacional do Mar, Centro Integrado de Cultura - CIC, Casa José Boiteux, conforme demonstrativo objeto do item I do Edital e Limpeza das Caixas d'água e cisternas da Biblioteca Pública, Museu Histórico, Museu Etnográfico, Museu Nacional do Mar e Centro Integrado de Cultura – CIC, Casa José Boiteux; **Valor estimado:** R$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais); **Fonte/Natureza de Despesa**: 0162/33.90.39; **Data de vigência**: 31/12/2017, **Data da assinatura**: 12 de janeiro de 2018. CIG FCC 203/2018.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0346/2017 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 0130/2017
Contratante: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA;
Contratados: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES ARATACA LTDA; **Objeto:** fornecimento parcelado de gasolina durante o exercício de 2018; **Valor:** R$ 43.668,00 quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e oito reais); **Data da vigência**: 31/12/2018,**Data da assinatura**: 20/12/2017.
CIG FCC 0166/2017.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0347/2017 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 0130/2017
Contratante: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA;
Contratados: A. ANGELONI CIA LTDA; **Objeto:** fornecimento parcelado de álcool, arla 32 e diesel S-10 durante o exercício de 2018; **Valor:** R$ 17.861,40 (dezessete mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos);**Data da vigência**: 31/12/2018,**Data da assinatura**: 20/12/2017.
CIG FCC 0167/2017.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0345/2017 REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0204/2017
Contratante: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA;
Contratados: Orbenk – Administração e Serviços Ltda; **Objeto:** contratação emergencial de 82 postos de serviços terceirizados para atender as casas administradas pela FCC; **Valor:** R$ 344.105,52 mensais; **Data da vigência**: 04/04/2018,**Data da assinatura**: 19/12/2018. CIG FCC 3831/2017.
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Presidente

Cod. Mat.: 505018

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
UDESC
2º Termo Aditivo de Contrato
Objeto: Contratação de empresa especializada para construção dos Blocos I e II do Centro do Planalto Norte – CEPLAN/UDESC, São Bento do Sul/SC. **Contrato nº:** 366/2016**. Partes**: UDESC e Construtora Sganzerla EPP. **Prazo:** O prazo do presente contrato cuja vigência é até 19 de janeiro de 2018, fica prorrogado por mais 250 dias, passando a vigorar até 26 de setembro de 2018. O prazo de execução que encerrava-se dia 15 de dezembro de 2017 fica prorrogado por mais 250 (duzentos e cinquenta) dias, passando a vigorar até 22 de agosto de 2018. **Assinado em**: 10/01/2018. **Leandro Zvirtes – Reitor em Exercício da UDESC.**

Cod. Mat.: 505021

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO. Referência PP Nº 361/2014. 4º termo aditivo. Objeto: Contratação de empresa especializa na execução de serviços gerais, serviços de limpeza e encarregado para o CERES/UDESC. **Contrato** nº0492/UDESC/2014. **Contratada:** AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação LTDA EPP. 4**º termo aditivo: Do prazo:** fica prorrogado o contrato até 31/12/2018**. Da ratificação**: ficam ratificadas as demais cláusulas contratuais. **Florianópolis, 21 de dezembro de 2017. Marcus Tomasi – Reitor da UDESC.**

Cod. Mat.: 504896

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO **Referência**: PP 0006/2016-SEA/SC **Objeto**: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos. **Contrato:** n° 008/2018. **Partes**: UDESC e Comercio de Auto Peças Badu, CNPJ: 76.344.696/0001-35. **Valor Estimado**: R$ 50.000,00. **Assinado em**: 22/01/2018. Vigência até 31/12/2018. Florianópolis, 22 de janeiro de 2018. Marcus Tomasi – Reitor da UDESC.

Cod. Mat.: 504961

Economias Mistas

Extrato do Termo Aditivo 001/2017 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2016, oriundo da Inexigibilidade nº 018/2016. Objeto: Prorrogação de prazo por mais 12 meses. **Contratada:** Unisolution Consultoria e Desenvolvimento de Sistemas Ltda. **Data da assinatura**: 21 de dezembro de 2017. **Florianópolis, SC, 22 de janeiro de 2018.** Enori Barbieri – Presidente. (CIG) CIDASC 056/2018.

Cod. Mat.: 504908

Prefeituras Municipais

Abelardo Luz

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
O Município de Abelardo Luz - SC, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 08 de fevereiro de 2018, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para possível aquisição de cestas básicas para concessão de benefícios sócio assistencial a ser concedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. A íntegra do edital poderá ser obtida através do e-mail licita@abelardoluz.sc.gov.br ou junto à Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, com sede na Av. Pe. João Smedt, n. 1.605, Centro. Demais informações pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212.
Abelardo Luz (SC), 22 de janeiro de 2018.
WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI – Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504877

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
O Município de Abelardo Luz - SC, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 07 de fevereiro de 2018, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços e fornecimento de materiais, destinados a recuperação e manutenção da iluminação pública do município, conforme detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. A íntegra do edital poderá ser obtida através do e-mail licita@abelardoluz.sc.gov.br ou junto à Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, com sede na Av. Pe. João Smedt, n. 1.605, Centro. Demais informações pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212.
Abelardo Luz (SC), 22 de janeiro de 2018.
WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI – Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504882

Armazém

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório Nº 05/2018. Pregão Presencial 03/2018. OBJETO: "FORNECIMENTO PARCELADO DE CESTA BASICA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSSINTÊNCIA SOCIAL". Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 06 de fevereiro de 2018, às 08h00min. O edital encontra-se a disposição para obter no endereço eletrônico licitacao.armazem@hotmail.com, ou no Setor de Licitação, Praça 19 de dezembro, 130, Centro, Armazém/SC. Armazém, 22 de janeiro de 2018. José Benjamim Arent, Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504610

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARMAZÉM. AVISO DE LICITAÇÃO. Processo Licitatório 05/2018. Pregão Presencial 03/2018. OBJETO: "FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO". Os envelopes contendo as propostas e documentações deverão ser entregues impreterivelmente até o dia 7 de fevereiro de 2018, às 10h00min. O edital encontra-se a disposição para obter no endereço eletrônico licitacao.armazem@hotmail.com, ou no Setor de Licitação, Praça 19 de dezembro, 130, Centro, Armazém/SC. Armazém, 23 de janeiro de 2018. José Benjamin Arent, Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504796

Balneário Camboriú

SECRETARIA DE COMPRAS
RUA DINAMARCA 320 - FONE (47) 3267-7000
PREGÃO Nº: 212/2017 – PMBC
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada na implantação e fornecimento de materiais de sinalização vertical, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência anexado, para fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências dos Órgãos da Administração Direta e Indireta.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2018 – PMBC
CONTRATADA: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA
CNPJ: 01.993.902/0001-39
VALOR TOTAL: R$ 1.748.000,00 (Um milhão, setecentos e quarenta e oito mil reais).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018 – PMBC
CONTRATADA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA
CNPJ: 07.150.434/0001-17
VALOR TOTAL: R$ 21.950,00 (Vinte e um mil, novecentos e cinquenta reais).
Balneário Camboriú, 22 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504845

SECRETARIA DE COMPRAS
RUA DINAMARCA 320 - FONE (47) 3267-7000
PREGÃO Nº: 244/2017 – PMBC
OBJETO: Registro de preços de peças e acessórios para equipamentos médico-hospitalares, para fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da Administração Direta, Indireta - Hospital Municipal Ruth Cardoso.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018 – PMBC
CONTRATADA: GSP REPR. COMERCIAIS IMP. EXP. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
CNPJ: 23.172.841/0001-81
VALOR TOTAL: R$ 16.790,20 (dezesseis mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos).
Balneário Camboriú, 22 de janeiro de 2018.

Cod. Mat.: 504871

Bela Vista do Toldo

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018
O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", onde o objeto é a Aquisição De Equipamentos em Área em Saúde Conforme Convênio Nº 2017TR001890 Celebrado entre Estado Santa Catarina, Por Meio Da Secretaria de Estado da Saúde, e o Município de Bela Vista do Toldo/SC. ENTREGA DE ENVELOPES: **Até a 08h30min do dia 02/02/2018.** LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 02/02/2018 a partir das 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC **www.pmbvt.sc.gov.br**. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail: **compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.** Bela Vista do Toldo, 23 de Janeiro de 2018. **FRANCISCO JOSUÉ KARVAT - Pregoeiro**

Cod. Mat.: 504815

Blumenau

MUNICIPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2017
Objeto: Registro de Preços para serviços de manutenção de motores diversos, roçadeiras, motosserras e geradores de energia, com fornecimento de peças, pelo período de 01 ano - SEDECI. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 03 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 03 de fevereiro de 2018, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 23/01/2018 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

Cod. Mat.: 504865

MUNICIPIO DE BLUMENAU
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de biópsia percutânea orientada por tomografia computadorizada, ultrassonografia, ressonância magnética ou raio X, para atendimento a usuários do SUS - SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 02 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 02 de fevereiro de 2018, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 23/01/2018 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

Cod. Mat.: 504867

MUNICIPIO DE BLUMENAU
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018
Objeto: Registro de preços de óleos, fluídos, graxas e filtros automotivos, conforme especificações no edital, para atendimento a diversas Secretarias do Município. - SEDIVI - SEDEAD - SESUR - SEMED - SEDECI - SEDEC - SETERB. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 05 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas. Início da sessão: dia 05 de fevereiro de 2018, às 09:30 horas. Edital completo: via e-mails: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 23/01/2018 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

Cod. Mat.: 504985

Bombinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2017-PMB
O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através da Prefeita Municipal, Ana Paula da Silva, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado e seus Anexos no que segue:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOSAQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.
Data da Homologação: 19/12/2017
Vencedores: AQUINPEL SUPR. P/ INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA ME, BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, CELIA REGINA W. SANI – ME, JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME, M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA – ME, MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME e PERFORMACE COMÉRCIO & SERVIÇOS EIRELI - ME.
Bombinhas, 23 de janeiro de 2018.
ANA PAULA DA SILVA
Prefeita Municipal

Cod. Mat.: 505001

Canoinhas

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 191/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 128/2017 (PRESENCIAL)
2ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA
O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 05/02/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 08h55min (entrega) e 09h00min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Gilberto dos Passos
Prefeito

Cod. Mat.: 504803

Criciúma

ESTADO DE SANTA CATARINA. GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. DIRETORIA DE LOGISTICA. AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/PMC/2018. O MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, por intermédio da COMISSÃO DE LICITAÇÕES leva ao conhecimento dos interessados que foi feita a seguinte alteração no edital de acima epigrafado, que tem como objeto a concessão de Direito de Uso e Exploração de Bem Público para gestão, planejamento, implantação, operação e promoção do Centro de Eventos José Ijair Conti, localizado na rua Giácomo Sonego Neto – Município de Criciúma-SC. 1) No item 09. DA PROPOSTA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA – ENVELOPE Nº. 01. Onde se lê....., 9.1.1. Os 10 (dez) principais eventos serão pontuação da seguinte forma: * exposições, feiras agroindustriais, tecnológicas e de serviços – (8 pontos) * congressos e convenções – (6 pontos) * outras feiras comerciais - (4 pontos) * Shows e palestras – (2 pontos) Leia-se:...., 9.1.1. Os 10 (dez) principais eventos serão pontuação da seguinte forma: * Feiras e exposições – (10 pontos) * Congressos, convenções, seminários – (8 pontos) * Shows, desfiles - (6 pontos) * Palestras, painéis, fóruns – (4 pontos) * Leilões – (2 pontos) O edital alterado/retificado poderá ser obtido através do site www.criciuma.sc.gov.br. PAÇO MUNICIPAL “MARCOS ROVARIS”, 22 de janeiro de 2018. GIÁCOMO DELLA GIUSTINA FILHO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES (assinado no original)

Cod. Mat.: 504989

ESTADO DE SANTA CATARINA. GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. SECRETARTIA DE SAÚDE. AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/FMS/2018. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços necessários às obras de Construção de uma Unidade Básica de Saúde – (UBS Tipo 1) com 352,42m², na rua Antonio de Oliveira - bairro Vila Zuleima no Município de Criciúma-SC. (Convênio: Portaria nº. 1.831 – 11/11/2015 – Ministério da Saúde/Governo Federal). DATA DE ENTREGA: até 08 de fevereiro de 2018 às 15h45min. DATA DE ABERTURA: dia 08 de fevereiro de 2018 às 16h00. LOCAL: sala de Licitações da Diretoria de Logística, localizada no pavimento superior do edifício sede da municipalidade – Paço Municipal “Marcos Rovaris” , sito na rua Domênico Sônego, 542 - Criciúma-SC. EDITAL: completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda-feira a sexta-feira na Diretoria de Logística do Município de Criciúma, no horário das 08h00 às 17h00, pelo fone (0**48) 3431.0318 ou pelo endereço eletrônico editais@criciuma.sc.gov.br ou pelo site www.criciuma.sc.gov.br. PAÇO MUNICIPAL “MARCOS ROVARIS”, 18 de janeiro de 2018. GIÁCOMO DELLA GIUSTINA FILHO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES. (assinado no original)

Cod. Mat.: 504995

Itá

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2017
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2017
AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que **anulou** a Concorrência nº 003/2017, para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza urbana relativos a coleta de resíduos domiciliares, coleta seletiva e coleta hospitalar, com destinação final em local devidamente licenciado. O aviso de anulação encontra-se disponível no site www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9509. Itá SC, 22 de janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504886

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018
O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 02 de fevereiro de 2018, para contratação de serviços de estruturação de Carnaval de Rua no dia 09 de fevereiro de 2018, conforme Convênio com o Estado de Santa Catarina. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 02 de fevereiro de 2018 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site “**www.ita.sc.gov.br**” as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9509. Itá - SC, 22 de janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504926

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

AVISO DE REABERTURA

Pregão nº 115/2017 - Processo nº 160/2017, publicado no dia 18/12/2017: Edital foi alterado e o Termo de Alteração encontra-se a disposição dos interessados na internet, no endereço www.itapoa.sc.gov.br, na seção de licitações. Nova data e horário para entrega de envelopes: 02/02/2018 - 15h00min.

MARLON ROBERTO NEUBER
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Cod. Mat.: 504990

Luiz Alves

Edital de Leilão Público nº 001/2018. O Município de Luiz Alves/SC, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves-SC, CEP 89.128-000, CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, fone (47) 3377 8600, torna público o Leilão Público Presencial e On Line às 9h do dia 28/02/2018. Local: auditório da prefeitura, na Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público oficial, SR. Agenor Luis Silveira, matrícula AARC/341, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site www.tcheleiloes.com.br ou www.leiloador.com.br ou www.luizalves.sc.gov.br ou ainda pelos telefones Fone (47) 3377 8600 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital. Luiz Alves (SC), em 22 de Janeiro de 2018. Marcos Pedro Veber - Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504976

Major Gercino

ESTADO DE SANTA CATARINAPREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINOAVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2018

OBJETO: Faz se necessário à abertura de Processo de Licitação para eventuais aquisições de forma parcelada de combustíveis para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Major Gercino/SC e demais secretarias.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:30 horas do dia 06 de fevereiro de 2018, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Major Gercino.
INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do telefone: (48)3273-1258, solicitar por e-mail e/ou retirar do edital através da página do município www.majorgercino.sc.gov.br.
Major Gercino, 23 de janeiro de 2018

Valmor Pedro Kammers
Prefeito Municipal de Major Gercino

Cod. Mat.: 504808

ESTADO DE SANTA CATARINAFUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAJOR GERCINO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2018
OBJETO: Faz se necessário à abertura de Processo de Licitação para eventuais aquisições de forma parcelada de combustíveis para atender as necessidades do Fundo municipal de saúde de Major Gercino.
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09:00 horas do dia 06 de fevereiro de 2018, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Major Gercino.
INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do telefone: (48)3273-1258, solicitar por e-mail e/ou retirar do edital através da página do município www.majorgercino.sc.gov.br.
Major Gercino, 23 de janeiro de 2018

Secretario Municipal de Saúde
Marcos Marcelino

Cod. Mat.: 504811

Mirim Doce

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE
Processo de Licitação n.° 05/2018 - Pregão Presencial n.° 03/2018
Objeto: aquisição de moveis para a Capela Mortuária e cozinha do CRAS. Tipo de julgamento: Menor Preço, Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes de habilitação e propostas das 07:00 até às 08:00 horas do dia 06/02/2018. Abertura da sessão com lances verbais às 08:10 horas do mesmo dia, na sede da Prefeitura, sito à Rua Alfredo Cordeiro, n.º 220, Centro, Mirim Doce/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@mirimdoce.sc.gov.br e/ou assistencia@mirimdoce.sc.gov.br e site: www.mirimdoce.atende.net ou telefone 47-3565-0026/0112/0068 no Setor de Licitações ou 47-3565-0046 na Secretaria de Assistência social. Mirim Doce/SC, 22 de janeiro de 2018. Sergio Luiz Paisan – Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504835

Mondaí

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 009/2018
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS nº. 002/2018
O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 002/2018. TIPO: Menor Preço Unitário. OBJETO: *Contratação de serviços técnicos profissionais de PSICOLOGIA, para o exercício de 2018 e/ou subsequentes, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, para desenvolver junto à comunidade escolar (alunos, professores e núcleo gestor), da rede municipal de educação, atividades visando prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais, coordenar programas de prevenção para reduzir incidência de evasão escolar, violência escolar, auxiliar estudantes com problemas leves ou transitórios que podem trazer prejuízos no desempenho escolar, e ainda, supervisionar, orientar e executar trabalhos na área da Psicologia Educacional, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I).* Entrega dos envelopes de documentos e proposta até as 08h00min do dia 07/02/2018. Abertura da Sessão Pública às 08h15min do dia 07/02/2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 15 de janeiro de 2018. ALZIR SLAVIERO - Prefeito Municipal em Exercício.

Cod. Mat.: 504812

Nova Veneza

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 22/2018. Objeto: Aquisição de peças e serviços elétricos destinados a frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza. Abertura: às 10h do dia 07/02/2018. Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44. Edital no site www.novaveneza.sc.gov.br. Inf.: setor de licitações das 8h às 12h, fone (0xx48) 3471-1759. Nova Veneza (SC), 22 de janeiro de 2018. Rogério José Frigo - Prefeito.

Cod. Mat.: 504830

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 23/2018. Objeto: Aquisição de areia de aterro, areão grosso e madeiras em geral, destinados a utilização nas manutenções realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras junto ao Município. Abertura: às 13:30h do dia 07/02/2018. Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44. Edital: www.novaveneza.sc.gov.br. Inf.: setor de licitações e das 8h às 12h, (0xx48) 3471-1759. Nova Veneza (SC), 22/01/2018. Rogério José Frigo - Prefeito.

Cod. Mat.: 504869

Palhoça

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº136/2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº136/2017, na modalidade Concorrência Pública, que consiste na Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem e pavimentação em Paver e Sinalização Viária da Servidão Catarina Claudina Espíndola localizada no bairro Aririú da Formiga (lote 01); Pavimentação e sinalização viária da Rua Francisco Velho localizada no bairro Pachecos (lote 02) e da Rua José de Lima Sobrinho localizado no bairro Rio Grande (lote 03) neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:
AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO LTDA – ME,
AÇORES EMPREITEIRA DE MO. LTDA
ETEC CONST. E TERRAP. EIRELE ME,
FORMULA PAV. URBANA EIRELI EPP,
PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP, E
RODRIGUES E RODRIGUES EMP. LTDA ME.

Palhoça, 22 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

Cod. Mat.: 504994

Quilombo

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 9/2018
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 9/2018
Forma de Julgamento : Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta
Modalidade: Empreitada Integral por Preço Unitário
Objeto : AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL P/ EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM NA RUA MARECHAL DEODORO ATÉ A AVENIDA CEL. ERNESTO F. BERTASO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ENTORNO DA RUA MARECHAL DEODORO, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 09/02/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 09/02/2018.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no *site* do município www.quilombo.sc.gov.br.
Quilombo, 22 de Janeiro de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504937

Rio do Campo

PROCESSO LICITATORIO N° 04/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018
O Município de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial n° 02/2018, visando a aquisição de peças e demais materiais, e serviço de mão-de-obra de desmonte, troca de peças danificadas, montagem, regulagem, limpeza, retífica e demais serviços necessários que serão efetuados no motor do veículo MGI1888, marca/modelo Renault/Master Rontamamb (nacional), fabricação/modelo 2006/2006. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes contendo documentos e propostas para o dia 06 de fevereiro de 2018 até as 08h30min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 08h35min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, n° 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 22 de janeiro de 2018. Rodrigo Preis - Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504837

Rio do Oeste

PREFEITURA DE RIO DO OESTE / SC – AVISO DE ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL 004/2018 – PROC. LICITATÓRIO N° 006/2018. Objeto: Contratação de serviços de reparo e manutenção do patrimônio público. Errata: Altera a data de Recebimento dos envelopes que passará a ser até as **14 h 30 min** do dia **26/01/2018**. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para digitação: após o credenciamento. A íntegra da alteração e o Edital estão disponíveis no site: riodooeste.atende.net, no link "*consulta de licitações*".
Rio do Oeste, 22 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Cod. Mat.: 504834

Rodeio

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RODEIO - AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão presencial nº 02/2018 - menor preço por item. Objeto: registro de preços para aquisição de agendas escolares personalizadas para atender a secretaria municipal de educação. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 05/02/2018. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 22 de janeiro de 2018. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504800

Santa Helena

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2018

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito em Exercício Sr. Ademilson Antonio Dalmolin, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 06/2018, na Modalidade PREGÃO

PRESENCIAL n° 06/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de 01 Retroescavadeira nova, ano/modelo de fabricação 2018/2018, tração 4x4, motor a diesel 4 cilindros turbinado com potência bruta de no mínimo 92 hp, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Santa Helena - SC. Conforme contrato de repasse nº 851826/2017/mapa/caixa. Recebimento dos envelopes até as 08h45min do dia 02 de fevereiro de 2018. Abertura das propostas as 09h00min do dia 02 de fevereiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, n° 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.
Santa Helena (SC), 22 de janeiro de 2018.
ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN
Prefeito em Exercício

Cod. Mat.: 504910

São Domingos

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 007/2018
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 001/2018
O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** que até as **08:45 horas do dia 07 de fevereiro de 2018**, estará recebendo as propostas dos interessados para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE: UM FACILITADOR DE OFICINA DE DANÇA; UM FACILITADOR DE OFICINA DE MÚSICA E; UM FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV). TUDO** conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 18 de janeiro de 2018.
Gilmar Achiles Marmentini – Prefeito Municipal em Exercício.

Cod. Mat.: 504826

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
Processo Licitatório PREFE n. 008/2018
Pregão Presencial PREFE n. 005/2018
A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** que até as **08:30 horas do dia 02 de fevereiro de 2018**, estará recebendo as propostas dos interessados para **AQUISIÇÕES DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO URBANA E PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL QUE ATENDAM AS NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, BEM COMO AS NORMAS DA ABNT,** conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 19 de janeiro de 2018.
Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial do Município.

Cod. Mat.: 504829

São Lourenço do Oeste

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2017

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio da empresa Instituto Excelência Ltda. ME, que está disponibilizado nos *sites:* www.institutoexcelenciapr.com.br e www.saolourenco.sc.gov.br o Gabarito Oficial da Prova Escrita Objetiva e a Classificação Preliminar, referentes ao Processo Seletivo nº 005/2017, destinado à seleção de candidatos para o preenchimento de cargos públicos temporários de Professor e contratação de Estagiários. São Lourenço do Oeste/SC, 22 de janeiro de 2018. Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em Exercício.

Cod. Mat.: 504795

São Ludgero

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO / SC

VOLNEI WEBER, Prefeito Municipal de São Ludgero/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, torna pública que a empresa **JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME**, encontra-se suspensa pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 87, inciso III, da Lei n.° 8.666/93 c/c art. 7º da Lei n.º 10.250/2002, a partir da publicação desta decisão, haja vista as irregularidades cometidas na execução do Contrato Administrativo nº 059/2017, vinculado ao Pregão Presencial n.º 008/2017.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018.

Volnei Weber
Prefeito

Cod. Mat.: 504971

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 16/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Data de Abertura de Envelopes: 14/02/2018
Hora da Abertura de Envelopes: 09 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018

Volnei Weber
Prefeito

Cod. Mat.: 504972

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 17/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE CORTE E COSTURA, COM A FINALIDADE DE CAPACITAÇÃO DE CIDADÃOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO.

Data de Abertura de Envelopes: 14/02/2018
Hora da Abertura de Envelopes: 14 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018

Volnei Weber
Prefeito

Cod. Mat.: 504974

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 034/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 18/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIFICOS PARA USO NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO.

Data de Abertura de Envelopes: 20/02/2018
Hora da Abertura de Envelopes: 09 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018

Volnei Weber
Prefeito

Cod. Mat.: 504978

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 035/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 19/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE ROCHAS, HORAS MÁQUINAS E TRANSPORTE DE MATERIAS PARA ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data de Abertura de Envelopes: 14/02/2018
Hora da Abertura de Envelopes: 15 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018

Volnei Weber
Prefeito

Cod. Mat.: 504979

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2018
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 05/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE FOSSAS SÉPTICAS PRÉ-MOLDADAS EM CONCRETO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO PELO PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO NO PERIMETRO DE JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO EM PARCERIA COM O SAMAE E EPAGRI.

Data Recebimento e Abertura de Envelopes: 08/02/2018
Hora Recebimento e Abertura de Envelopes: 09 horas

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 h às 11:30 h e das 13 h as 17 h, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8818.

São Ludgero (SC), 22 de Janeiro de 2018

Nilva Schlickmann Pickler
Secretaria Municipal de Saúde

Cod. Mat.: 504981

Siderópolis

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 02/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 01/2018

1. Objeto: Fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.

3. Data da sessão pública: 02/02/2018 às 09h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, n°01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na integra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 22 de janeiro de 2018.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504821

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDEROPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 01/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 01/2018

1. Objeto: Fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, conforme as necessidades das Unidades de Saúde requisitantes, durante o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 02/02/2018 às 14h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, n°01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na integra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Maiores informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 22 de janeiro de 2018.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 504822

Urubici

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
EXTRATO CONTRATO N° 001/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2017
Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de organização, elaboração e realização de concurso público para provimento de cargos do quadro efetivo na Prefeitura de Urubici SC, conforme termo de referencia no anexo I do edital.
Contratado: Acesse Concursos Ltda. **CNPJ:** 23.028.069/001-29.
Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Urubici, 22 de janeiro de 2018. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Cod. Mat.: 504935

Xavantina

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 PMXV. Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para a rede Municipal de Ensino. Recebimento das propostas: até às 08h30 do dia 14/02/2018. **Abertura**: dia 14/02/2018, às 08h45. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 22 de janeiro de 2018. **CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal em exercício.**

Cod. Mat.: 504980

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 PMXV. Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes no Anexo “C” deste Edital. **Recebimento das propostas**: até às 09h00 do dia 05/02/2018. **Abertura**: dia 05/02/2018, às 09h15. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 22 de janeiro de 2018. **CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal em exercício.**

Cod. Mat.: 504991

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 PMXV. Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preços de gêneros alimentícios para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações constantes no anexo “C” deste Edital**. Recebimento das propostas**: até às 13h30 do dia 05/02/2018. **Abertura**: dia 05/02/2018, às 13h45. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 22 de janeiro de 2018. **CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal em exercício.**

Cod. Mat.: 504996

Câmaras Municipais

Apiúna

Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna
Extrato de Dispensa de Licitação
Processo nº 01/2018 - Dispensa nº 01/2018
Objeto: Locação parte de um imóvel, com área de 300,00m2, no centro de Apiúna, para fins de instalação da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna
Locadora: APAE Assoc de Pais e Amigos Dos Excepcionais De Apiúna CNPJ: 00.814.388/0001-64
Valor Total: R$ 49.560,00 (quarenta e nove mil e quinhentos e sessenta reais).
Fundamento: Art. 24, X da Lei 8.666/93 e suas alterações.
Revelino Fucht/Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna

Cod. Mat.: 504818

Publicações Diversas

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL-TIPO MENOR PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018
O CRECI - 11 ª REGIÃO/SC, através da Comissão de Julgamento de Licitação, torna público aos interessados que estará realizando o Pregão Presencial objetivando a aquisição louças/metais e fechaduras, e ainda seus serviços de instalação, para o CRECI/SC – 11ªREGIÃO, tipo menor preço por lote, regido pela Lei 10.520/02 e subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/93. O edital completo poderá ser consultado e retirado, observada a antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da data da sessão pública, na Rua Trajano, 279 - Salas 101/102, Centro, Florianópolis/SC, das 09:00 às 18:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.creci-sc.gov.br. No mesmo local, no dia **02/02/2018, às 14:30 horas**, proceder-se-á a sessão de julgamento, com a abertura do envelope nº 01- PROPOSTA, e posteriormente o envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO do vencedor.

Florianópolis (SC), 23 de Janeiro de 2018
ISRAEL VIEIRA LOCKS
PREGOEIRO OFICIAL

Cod. Mat.: 504753

Cris Participações e Administração de Bens Ltda torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental Prévia para a construção da CGH Ponte Caída, no Rio Butiazinho, entre os municípios de Brunópolis e Monte Carlo – SC.

Cod. Mat.: 504804

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - EMASA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02.2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MEDIDORES DE NÍVEL DE LÍQUIDOS DO TIPO ULTRASSÔNICO, A SER IMPLEMENTADO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE NOVA ESPERANÇA, PARA MEDIÇÃO DE VAZÃO.
Tipo de licitação: Menor Preço Global
Entrega dos envelopes: até às 14:00 horas (Horário de Brasília) do dia 05 de fevereiro de 2018.
Data e horário de abertura: às 14:10 horas (Horário de Brasília) do dia 05 de fevereiro de 2018.
Local: Sede administrativa da EMASA – 4ª Avenida, 250, Centro, Balneário Camboriú/SC.
RETIRADA DO EDITAL: EMASA, em dias úteis, das 12h às 18h, mediante recolhimento do valor de R$ 10,00 (dez reais) referentes aos custos com reprodução do material, ou pelo site www.emasa.com.br.
Balneário Camboriú, 22 de janeiro de 2018.
Carlos Julio Haacke Junior
Diretor Geral
EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA - Quarta Avenida, 250 - Balneário Camboriú/SC

Cod. Mat.: 504843

CIA. HERING
CNPJ nº 78.876.950/0001-71 – NIRE 42300020401
Companhia Aberta
FATO RELEVANTE
Desempenho de Vendas no 4º Trimestre e ano de 2017
A CIA. HERING (B3: HGTX3), comunica aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados informações acerca do desempenho de vendas do quarto trimestre e do ano de 2017 e número de lojas ao final de 2017.
PRÉVIA DO DESEMPENHO DE VENDAS 4T17 e ano (dados não auditados): A receita bruta da Cia. Hering alcançou R$ 537,6 milhões no 4T17, 4,4% superior ao 4T16. As vendas para franquias permaneceram em patamar similar ao desempenho das vendas aos consumidores finais (*sell-out*), enquanto que as vendas das lojas próprias foram favorecidas pela adição de pontos de venda ao longo do ano. No canal *e-commerce* destaca-se o desempenho das marcas infantis e o início da integração da operação com lojas físicas, enquanto que o mercado externo apresentou novamente crescimento acelerado. Todos os canais reportaram crescimento no trimestre, exceção feita às vendas a multimarcas, com ligeira retração no trimestre. Em 2017 a receita bruta avançou 5,3% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 1.841,6 milhões, impulsionada pelo desempenho das lojas operadas pela Companhia e o crescimento de dois dígitos do *e-commerce*.
REDE HERING STORE (dados não auditados): As vendas no 4º trimestre de 2017 da rede Hering Store, que compreende as vendas a consumidores finais de lojas próprias e franquias (*sell-out*), regrediram 0,8% na comparação com o 4T16, principalmente devido ao menor número de atendimentos ao longo de todo o ano. A volatilidade do desempenho entre semanas, assim como observado em outros períodos do ano, permaneceu alta. Apesar da melhora das vendas ao longo do mês de dezembro, foi observada queda pronunciada no desempenho de vendas no período posterior ao Natal. As vendas base mesmas lojas (*same-store sales*), as quais consideram as lojas comparáveis abertas há pelo menos 13 meses, mesmo apresentando melhora sequencial em cada mês ao longo do trimestre, encolheu 1,1% no 4T17, ainda com alta dispersão de resultados entre lojas, destacando-se, no lado positivo, os desempenhos das lojas localizadas em *shopping centers* e lojas operadas pela Cia. A operação das lojas no 4T17, período de maior fluxo do ano, contou com ativações promocionais no ponto de venda e ofertas ‘combo’, com resultados positivos nas categorias e faixas de preço ativadas. A melhor qualidade das vendas neste ano, menor nível de ruptura e melhor gestão de estoques leva a uma menor necessidade de ajustes de estoques via remarcações no início deste ano. Em 2017, as vendas da Hering Store totalizaram R$ 1.423,4 milhão, 0,9% inferior a verificada no ano anterior, enquanto que as vendas base mesmas-lojas caíram 0,7% no mesmo período.
REDE DE LOJAS: A companhia encerrou o ano com 805 lojas, das quais 785 no Brasil. No ano foram inauguradas 13 lojas e encerradas outras 44, principalmente da marca Hering. A Hering Kids teve sua rede ampliada em 3 novas lojas enquanto que a PUC, em processo de reorganização, encerrou 7 pontos de vendas. A DZARM., que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, permaneceu com as mesmas lojas que possuía ao final de 2016.

Quantidade de Lojas	2017	2016
TOTAL	**805**	**834**
Brasil	**785**	**816**
Hering Store	**617**	**644**
Própria	64	61
Franquia	553	583
Hering Kids	**109**	**106**
Própria	18	18
Franquia	91	88
PUC	**56**	**63**
Própria	9	7
Franquia	47	56
DZARM.	**3**	**3**
Própria	2	2
Franquia	1	1
Mercado Internacional - Franquias	**20**	**18**

Blumenau, 22 de janeiro de 2018.
Rafael Bossolani
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cod. Mat.: 504902

BENESSERE INCORPORAÇÕES S/A - CNPJ: 10.277.239/0001-67

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO CIRCULANTE	**16.360.168,07**	**5.040.149,78**	**5.301.158,46**	**5.026.460,55**	**4.242.194,51**	**3.998.053,80**	**3.276.658,29**	**2.226.641,62**	**705.034,50**
Caixas e Equiv. de Caixas	4.374.915,62	28.416,44	3.922,18	200.635,32	405.764,63	16.086,42	38.639,20	269.240,42	-
Clientes	9.335.173,63	2.280.310,54	1.530.169,08	1.517.951,61	1.743.333,77	605.568,31	672.500,00	-	-
Outras Contas a Receber	2.652,19	88.179,12	212.691,59	193.268,47	236.653,50	6.983,30	-	-	-
Estoques	2.647.426,63	2.643.243,68	3.554.375,61	3.114.605,15	1.856.442,61	3.369.415,77	2.565.519,09	1.957.401,20	705.034,50
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**2.088.156,30**	**1.225.745,08**	**1.105.597,07**	**2.017.107,86**	**2.582.373,45**	**980.000,00**	**780.000,00**	**-**	**-**
Realizável a Longo Prazo	984.959,23	122.548,01	5.400,00	120.400,00	715.000,00	-	-	-	-
Investimento	713.197,07	713.197,07	710.197,07	1.506.707,86	1.477.373,45	980.000,00	780.000,00	-	-
Intangível	390.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00	390.000,00	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	**18.448.324,37**	**6.265.894,86**	**6.406.755,53**	**7.043.568,41**	**6.824.567,96**	**4.978.053,80**	**4.056.658,29**	**2.226.641,62**	**705.034,50**

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
PASSIVO CIRCULANTE	**2.560.421,44**	**669.098,47**	**865.519,55**	**934.910,84**	**709.166,43**	**1.524.216,39**	**1.078.172,98**	**540.995,47**	**626,65**
Empréstimos e Financiamentos	900.000,00	215.000,00	175.000,00	-	-	-	-	1.119,50	-
Fornecedores	52.833,10	414.933,40	112.155,94	388.795,64	92.626,38	83.858,65	1.001,45	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.056,00	945,60	868,80	813,60	553,58	654,00	612,00	557,05	626,65
Obrigações Fiscais e Tributárias	298.628,23	38.016,88	48.353,52	58.724,06	4.841,56	9.854,84	22.622,35	-	-
Outras Obrigações a Pagar	453.250,95	202,59	396.501,73	380.000,00	310.120,18	1.226.911,72	1.053.937,18	539.318,92	-
Outros Passivos Circulantes	854.653,16	-	132.639,56	106.577,54	301.024,73	202.937,18	-	-	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**9.407.126,50**	**1.668.673,84**	**2.122.089,03**	**2.757.429,27**	**3.115.408,43**	**1.648.106,95**	**1.126.304,40**	**469.320,00**	**11.038,47**
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	469.320,00	11.038,47
Obrigações Sociais e Fiscais	1.540.456,28	1.540.456,28	1.892.456,28	1.991.776,28	1.972.278,43	1.155.040,19	534.320,00	-	-
Outras Obrigações a Pagar	7.866.670,22	128.217,56	229.632,75	765.652,99	1.143.130,00	493.066,76	591.984,40	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**6.480.776,43**	**3.928.122,55**	**3.419.146,95**	**3.351.228,30**	**2.999.993,10**	**1.805.730,46**	**1.852.180,91**	**1.216.326,15**	**693.369,38**
Capital Social	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00	698.305,00
Reserva de Capital	-	-	1.120.000,00	1.450.000,00	1.450.000,00	550.000,00	550.000,00	-	-
Reservas de Lucros	5.782.471,43	3.229.817,55	1.600.841,95	1.202.923,30	851.688,10	557.425,46	-	518.021,15	-
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	603.875,91	-	(4.935,62)
TOTAL DO PASSIVO+PAT. LÍQ.	**18.448.324,37**	**6.265.894,86**	**6.406.755,53**	**7.043.568,41**	**6.824.567,96**	**4.978.053,80**	**4.056.658,29**	**2.226.641,62**	**705.034,50**

Demonstração dos Resultados do Exercício

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Receita Bruta de Vendas	**4.525.768,47**	**1.817.430,28**	**1.306.775,77**	**1.628.325,96**	**1.378.965,13**	**66.931,69**	**492.500,00**	**800.000,00**	**-**
(-) Deduções de Vendas e Devol.	(165.191,09)	(64.328,65)	(48.865,82)	(920.292,81)	(30.806,02)	(4.906,73)	(17.976,25)	(29.200,00)	
Receita Líquida de Vendas	**4.360.577,38**	**1.753.101,63**	**1.257.909,95**	**708.033,15**	**1.348.159,11**	**62.024,96**	**474.523,75**	**770.800,00**	**-**
(-) Custos dos Bens e Servi. Vend.	(724.769,47)	(956.052,39)	(602.021,74)	(197.178,82)	(845.410,63)	(14.407,80)	(265.457,00)	(22.566,80)	
Lucro/Prejuízo Bruto	**3.635.807,91**	**797.049,24**	**655.888,21**	**510.854,33**	**502.748,48**	**47.617,16**	**209.066,75**	**748.233,20**	**-**
Despesas/Receitas Operacionais	**(79.271,82)**	**(86.909,25)**	**(94.775,15)**	**(22.420,05)**	**(91.155,08)**	**(91.002,56)**	**(83.217,13)**	**(32.317,51)**	**(4.935,36)**
Despesas com Vendas	-	-	-	-	(400,00)	(20.232,35)	(27.106,41)		
Despesas Administrativas	(58.081,49)	(52.343,77)	(59.680,88)	(45.248,62)	(49.476,72)	(35.637,49)	(19.800,97)	(21.314,83)	(3.565,36)
Despesas Tributárias	(67.317,30)	(30.331,33)	(27.376,37)	(48.052,46)	(27.070,54)	(33.783,93)	(31.490,48)	(10.697,01)	(1.370,00)
Outras Rec. e/ou Despe. Operac.	186,77		-	-	(12.626,55)	-	-		
Despesas Financeiras	(44.205,58)	(4.847,63)	(7.848,69)	(4.186,41)	(1.581,99)	(1.348,79)	(5.434,27)	(305,67)	
Receitas Financeiras	90.145,78	613,48	130,79	45.733,03	0,72	-	615,00		
Lucro/Prejuízo Líquido Operac.	**3.556.536,09**	**710.139,99**	**561.113,06**	**488.434,28**	**411.593,40**	**(43.385,40)**	**125.849,62**	**715.915,69**	**(4.935,36)**
Lucro/Prej. Antes da CSLL e IRPJ	**3.556.536,09**	**710.139,99**	**561.113,06**	**488.434,28**	**411.593,40**	**(43.385,40)**	**125.849,62**	**715.915,69**	**(4.935,36)**
IR e Contrib. Social sobre o Lucro	(149.229,05)	(40.225,86)	(30.554,85)	(30.621,54)	(19.243,21)	(3.065,05)	(11.376,60)	(18.640,00)	
Lucro/Prej. Líquido do Exercício	**3.407.307,04**	**669.914,13**	**530.558,21**	**457.812,74**	**392.350,19**	**(46.450,45)**	**114.473,02**	**697.275,69**	**(4.935,36)**

Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Saldo Inicial dos Lucros/Prej. acum.	**1.938.653,91**	**1.461.290,95**	**1.089.900,21**	**791.483,16**	**516.838,03**	**563.288,48**	**483.157,37**	**(4.935,62)**	**-**
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.363,16)	-	-	-	-			
Reversões de Reservas	11.305,58	-	-	-	-	-			
Lucro/Prejuízo Líquido do Exerc.	3.407.307,04	669.914,13	530.558,21	457.812,74	392.350,19	(46.450,45)	114.473,02	697.275,69	(4.935,62)
Saldo de Lucros/Prej. acum. Aj.	**5.357.266,53**	**2.129.841,92**	**1.620.458,42**	**1.249.295,90**	**909.188,22**	**516.838,03**	**597.630,39**	**692.340,07**	**(4.935,62)**
Destinações	**5.357.266,53**	**2.129.841,92**	**1.620.458,42**	**1.249.295,90**	**909.188,22**	**516.838,03**	**597.630,39**	**692.340,07**	**(4.935,62)**
Reserva Legal	-	(31.612,64)	(26.527,91)	(21.315,51)	(19.617,51)	-	(5.723,65)	(34.863,78)	
Dividendos Propostos Obrig.	(854.653,16)	(159.575,37)	(132.639,56)	(106.577,54)	(98.087,55)	-	(28.618,26)	(174.318,92)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(31.502,64)	-	-			
Saldo Final dos Lucr./Prej. acum.	**4.502.613,37**	**1.938.653,91**	**1.461.290,95**	**1.089.900,21**	**791.483,16**	**516.838,03**	**563.288,48**	**483.157,37**	**(4.935,62)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Flx de Caixa das Ativ. Operac.	**3.407.307,04**	**668.550,97**	**530.558,21**	**457.812,74**	**392.350,19**	**(46.450,45)**	**114.473,02**	**697.275,69**	**(4.935,62)**
Lucro Líquido do Exercício	3.407.307,04	669.914,13	530.558,21	457.812,74	392.350,19	(46.450,45)	114.473,02	697.275,69	(4.935,62)
Provisão/Reversão - Outras	-	(1.363,16)	-	-	-	-	-		
Variaç. nos Ativ. e Pas.(Patri.)	**(5.082.196,14)**	**89.081,86**	**(1.176.142,58)**	**(1.121.630,10)**	**(669.512,46)**	**(297.904,88)**	**(1.258.058,64)**	**(711.997,88)**	**(704.407,85)**
Aum./Red. de Contas a Rec.	(7.054.863,09)	(750.141,46)	(12.217,47)	225.382,16	(1.137.765,46)	66.931,69	(672.500,00)		
Aum.Red. de Estoques	(4.182,95)	911.131,93	(439.770,46)	(1.258.162,54)	1.512.973,16	(803.896,68)	(608.117,89)	(1.252.366,70)	
Aum./Red. de Outros Ativos	85.526,93	124.512,47	(19.423,12)	43.385,03	(229.670,20)	(6.983,30)	-		
Aum./Red. de Fornecedores	(362.100,30)	302.777,46	(276.639,70)	296.169,26	8.767,73	82.857,20	(118,05)	1.119,50	
Aum./Red. de Contas a Pagar	453.048,36	(396.299,14)	42.563,75	(124.567,37)	(818.703,99)	-	-		(705.034,50)
Aum./Red. de Empréstimos e Financiamentos	685.000,00	40.000,00	175.000,00	-	-	-	-		
Aumento/Red. de Obrigações Sociais, Trab. e Tributárias	260.721,75	(10.259,84)	(109.635,34)	73.640,37	(5.113,70)	363.186,21	22.677,30	(69,60)	626,65
Aum./Red. de outros Passivos	854.653,16	(132.639,56)	(536.020,24)	(377.477,01)	-	-	-	539.318,92	
Caixa Gerado pelas Operaç.	**(1.674.889,10)**	**757.632,83**	**(645.584,37)**	**(663.817,36)**	**(277.162,27)**	**(344.355,33)**	**(1.143.585,62)**	**(14.722,19)**	**(709.343,47)**
Flx de Cx das Ativ. de Invest.	**(862.411,22)**	**(120.148,01)**	**911.510,79**	**565.265,59**	**(1.602.373,45)**	**(200.000,00)**	**(780.000,00)**	**-**	
Aquisição de Investimento	-	(3.000,00)	796.510,79	(29.334,41)	(497.373,45)	(200.000,00)	(780.000,00)		
Aquisição de Intangível	-	-	-	-	(390.000,00)	-	-		
Aum./Red. de Real. a LP	(862.411,22)	(117.148,01)	115.000,00	594.600,00	(715.000,00)	-	-		
Caixa Líq. das ativ. de Invest.	**(862.411,22)**	**(120.148,01)**	**911.510,79**	**565.265,59**	**(1.602.373,45)**	**(200.000,00)**	**(780.000,00)**	**-**	**-**
Flx de Cx das Ativ. de Financ.	**6.883.799,50**	**(612.990,56)**	**(462.639,56)**	**(106.577,54)**	**2.269.213,93**	**521.802,55**	**1.692.984,40**	**283.962,61**	**698.305,00**
Divid. e Juros sob. o Cap. Próp.	(854.653,16)	(159.575,37)	(132.639,56)	(106.577,54)	(98.087,55)	-	-	(174.318,92)	

Continua...

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro:

1.Contexto operacional: BENESSERE INCORPORAÇÕES S/A, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, iniciou suas atividades em 13 de agosto de 2008 com prazo de duração indeterminado, encontra-se sediada no município de Chapecó, SC, Avenida Nereu Ramos, n.º 876- E, Sala 01, Centro, CEP 89.801-021, e tem como objetivos: 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários; 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios; 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings. **2.Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base a Lei das Sociedades por Ações, e pronunciamentos emitidos pelo CPD – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **3.Principais práticas contábeis adotadas:** 3.1.Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração: O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência. 3.2.Determinação do resultado: O resultado foi apurado em 31 de dezembro de 2016 está em obediência ao regime de competência. 3.3.Impostos: A Sociedade é tributada pelo lucro presumido, em cada trimestre, com a aplicação do coeficiente fixados pelo art. 15 da Lei n.º 9.249/95, com a aplicação sobre a receita bruta da atividade. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%. 3.4.Classificação de itens circulantes e não circulantes (ativos e passivos): A classificação das contas é realizada com base na experiência da administração, das condições de mercado e da situação

Continuação...

Captação de Empr. e Financ.	-	-	-	-	1.467.301,48	-	65.000,00	458.281,53		econômica, sendo que
Ingresso de Capital	-	-	-	-	900.000,00	-	-		698.305,00	os itens tanto do ativo
Outros	7.738.452,66	(453.415,19)	(330.000,00)	-	-	521.802,55	1.627.984,40			como do passivo, reali-
Caixa Líq. das ativi. de Financ.	**6.883.799,50**	**(612.990,56)**	**(462.639,56)**	**(106.577,54)**	**2.269.213,93**	**521.802,55**	**1.692.984,40**	**283.962,61**	**698.305,00**	záveis ou exigíveis até o
Aum./Red. de Caixa e Equiv.	**4.346.499,18**	**24.494,26**	**(196.713,14)**	**(205.129,31)**	**389.678,21**	**(22.552,78)**	**(230.601,22)**	**269.240,42**	**(11.038,47)**	término do exercício se-
Saldo Inicial de Caixas e Equiv.	28.416,44	3.922,18	200.635,32	405.764,63	16.086,42	38.639,20	269.240,42			guinte são classificados
Saldo Final de Caixas e Equiva.	4.374.915,62	28.416,44	3.922,18	200.635,32	405.764,63	16.086,42	38.639,20	269.240,42		como itens circulantes e,
	4.346.499,18	**24.494,26**	**(196.713,14)**	**(205.129,31)**	**389.678,21**	**(22.552,78)**	**(230.601,22)**	**269.240,42**	**-**	aqueles com vencimen-

to ou com expectativa de realização após o término do exercício seguinte, são classificados como itens não circulantes. 3.5.Ajustes a valor presente de ativos e passivos: A Sociedade realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos, não apresentando impactos relevantes para registros no exercício. 3.6.Imobilizado: O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual. 3.7.Intangível: Os intangíveis, quando existentes, estão registrados ao custo de aquisição ou formação reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável, amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil ou prazo de contrato. 3.8.Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros "Impairment": A Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstancias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.9.Provisões: No decorrer do presente exercício foram constituídas tão somente provisões para o pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro e, para pagamento de férias, 13º salário e encargos sociais, estes que, são provisionados de acordo com os direitos adquiridos pelos colaboradores durante o exercício. 3.10.Demonstração dos fluxos de caixa: Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2). Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador. 3.11.Caixa e equivalente de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. **4.Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A administração não exerceu julgamentos que pudessem afetar significativamente os montantes reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período. A Administração da Sociedade não visualiza pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incertezas das estimativas, que tenham risco significativo de provocar modificação material no resultado das operações e sobre a posição patrimonial e financeira da Sociedade. 5.Estoques: Os estoques da Sociedade são formados exclusivamente de imóveis para revenda, sendo mensurados pelo custo das aquisições mais tributos (com exceção daqueles posteriormente recuperáveis pela empresa), e outros custos diretamente atribuíveis às aquisições dos bens, materiais e serviços aplicados, deduzidos dos descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os estoques segundo parecer da administração, estão todos registrados por valores inferiores aos preços de venda estimados diminuídos dos custos e despesas de venda. 6.Patrimônio líquido Capital Social: O capital social da Sociedade é de R$ 698.305,00 (seiscentos e noventa e oito mil, trezentos e cinco reais), dividido em 698.305 (seiscentos e noventa e oito mil trezentos e cinco) ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes exclusivamente a sócios residentes no País. Reservas de investimentos: Essa reserva é constituída conforme deliberação dos sócios e/ou acionistas quando da aprovação das Demonstrações Financeiras e destinação dos resultados.

Chapecó, SC, 31 de dezembro de 2016. Leonardo De Bona Signor - Diretor Presidente - CPF: 037.532.039-39. Contaoeste Contabilidade EIRELI – EPP - Reg. CRC nº. SC007499/0 CNPJ: 72.259.849/0001-95. Contador Responsável: Arcides De David - CRC/RS-023833/0-5T-SC/CPF:141.387.009-00

Cod. Mat.: 497475

Pedido de Licença Ambiental de Operação - **GARÇA BRANCA ENERGÉTICA S/A**, CNPJ: 10.514.202/0001-05, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental de Operação - LAO para produção de energia hidrelétrica na PCH GARÇA BRANCA, localizada no Rio das Antas, entre os municípios de Anchieta-SC, Guaraciaba-SC e São José do Cedro-SC. **Enio Andrade Branco - Diretor.**

Cod. Mat.: 504906

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 045/SISAM/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 005/SISAM/2017

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por intermédio de Andréia Costa Azevedo, Diretora Geral do SISAM, torna pública a nova data de abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/SISAM/2017 – Tomada de Preços 005/SISAM/2017,** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO BAIRRO TAJUBA II, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÃO PARA ASSENTAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL,** devido as alterações realizadas. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 08/02/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 08/02/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 22 de janeiro de 2018. **Andréia Costa Azevedo – Diretora Geral do SISAM**

Cod. Mat.: 504907

BRF S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ 01.838.723/0001-27 - NIRE 42.300.034.240
CVM 1629-2
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 30 de novembro de 2017, às 9h00, no escritório da BRF S.A. ("Companhia") localizado na Rua Hungria, n° 1.400, 5º andar, Cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presenças:** Convocação devidamente realizada nos termos do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, quais sejam, o Sr. Abilio dos Santos Diniz ("Sr. Abilio Diniz"), Sra. Flavia Buarque de Almeida ("Sra. Flávia Almeida"), Sr. Francisco Petros Oliveira Lima Papathanasiadis ("Sr. Francisco Petros"), Sr. José Aurélio Drummond Jr. ("Sr. José Drummond"), Sr. José Carlos Reis de Magalhães Neto ("Sr. José Magalhães"), Sr. Luiz Fernando Furlan ("Sr. Luiz Furlan"), Sr. Marcos Guimarães Grasso ("Sr. Marcos Grasso"), Sr. Walter Fontana Filho ("Sr. Walter Fontana") e Sr. Walter Malieni Jr ("Sr. Walter Malieni"). **3. Composição da Mesa:** Presidente: Abilio dos Santos Diniz. Secretária: Débora Benassi. **4. Ordem do Dia: (i)** Otimização transações *intercompanies*; **(ii)** Contratos *intercompanies* OneFoods e BRF. **5. Assuntos Informativos e Deliberações:** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário. Examinada as matérias constantes da ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as seguintes deliberações: **5.1.** Otimização transações *intercompanies*: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, aprovaram as operações *intercompanies* envolvendo empresas subsidiárias integrais da Companhia, direta ou indiretamente, quais sejam (i) amortização do mútuo entre Wellax Foods Logistics Lda. e Sadia International Ltd, por meio de cessão de contas a receber da BRF Global GmbH, e posterior liquidação da Sadia International Ltd., sendo o caixa remanescente aportado pela BRF Austria GmbH na BRF GmbH; (ii) amortização do mútuo Sadia Overseas Ltd. com BRF GmbH e posterior liquidação da Sadia Overseas Ltd.; e (iii) liquidação da empresa Perdigão International Ltd. e aporte do PPE na BRF Global GmbH. **5.2.** Contratos *Intercompanies* One-Foods e BRF. Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos dos presentes, aprovaram a formalização dos contratos *intercompanies* entre as empresas do grupo One-Foods e BRF em decorrência do Projeto Apollo, sendo eles: (i) contrato de fornecimento de matéria prima e produtos acabados; (ii) contrato de industrialização por encomenda; (iii) contrato de compartilhamento de recursos com o respectivo rateio de custo; (iv) contrato de licenciamento das marcas Sadia, Perdix, Halal e Lequetreque; (v) contrato de licenciamento gratuito das marcas Confidence, Hilal e Unef e (vi) contrato de reorganização societária. **6. Documentos Arquivados na Companhia:** Ficam arquivados na sede da Companhia os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos membros do Conselho de Administração ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, sendo a presente Ata lavrada por meio de processamento eletrônico, a qual depois de lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros presentes. Certifico ser o extrato acima transcrição fiel de trecho da ata lavrada no Livro n.º 6, folhas 14 a 16, de Atas de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 30 de novembro de 2017. **Débora Benassi -** Secretária. JUCESC nº 20176428844 em 20/12/2017. Protocolo: 17/642884-4, de 15/12/2017. Henry Goy Petry Neto - Secretário Geral.

Cod. Mat.: 504931

PHD Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/MF nº 12.642.588/0001-66 – NIRE 42204573071
Ata de Reunião de Quotistas

Data, Hora e Local: Em 20/12/2017, às 10:00 horas, na sede da Construtábil Contabilidade Ltda. **Composição da Mesa:** Presidente: **Fernando Rafael Hollerweger**; Secretária: **Simonete Sonaglio**. **Presentes:** A totalidade dos Sócios. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da Sociedade. **Deliberações:** Reduzir o capital social, conf. Artigo 1.084, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/02 de R$ 4.340.000,00 para R$ 376.038,00, representando uma redução de R$ 3.963.962,00. A redução do capital será efetivada mediante a compensação dos prejuízos acumulados no valor de R$ 579.620,00 e a devolução do valor de R$ 3.384.342,00 sendo R$ 1.692.171,00 para **Antônio de Oliveira Dantas Filho** correspondente a R$ 1.597.385,36 em imóveis e R$ 94.785,64, representados por direitos creditórios junto a sociedade, a ser quitado em até 120 (cento e vinte) meses; R$ 564.057,00 para **Avelino Bragagnolo** correspondente a R$ 497.638,20 em imóveis e R$ 66.418,80, representados por direitos creditórios junto a sociedade, a ser quitado em até 120 (cento e vinte) meses; R$ 564.057,00 para **Mauricio de Moraes Pruner** correspondente a R$ 455.070,72 em imóveis e R$ 108.986,28, representados por direitos creditórios junto a sociedade, a ser quitado em até 120 (cento e vinte) meses; **e** R$ 564.057,00 para **Administradora Lesi Ltda –** Representante Simonete Sonaglio, correspondente a R$ 457.828,16 em imóveis e R$ 106.228,84, representados por direitos creditórios junto a sociedade, a ser quitado em até 120 (cento e vinte) meses.

Cod. Mat.: 504959

OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

A **Ágape Empreendimento Imobiliários Ltda**, inscrita no CNPJ: 20.693.301/0001-55, torna público que recebeu da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Araquari a Licença Ambiental de Prévia – LAP 014/2017, para loteamento Misto, localizado na BR-208, KM 32, bairro Ponto Alto. CEP: 89.245-000. Município de Araquari/SC.

FUNDEMA – Rua Antônio Carlos Sprotte, 187, Centro, CEP: 89245-970 – Araquari/ Santa Catarina - E-mail: fundema@araquari.sc.gov.br - URL: http://www.araquari.sc.gov.br/e/fundema

Cod. Mat.: 504984

Obtenção de Licença Ambiental de Instalação - LAI

A **Sigma Participações Ltda**, inscrita no CNPJ: 19.551.428/0001-50, torna público que obteve junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente de Araquari (FUNDEMA), a Licença Ambiental de Instalação – LAI número 01/2017, com validade até 17 de maio de 2019, do Bairro Planejado "ECOVALLE", localizado na Rua João Pereira Silva, s/nº, bairro Ponto Alto. CEP:89.245-000. Município de Araquari/SC. Responsável Técnico: Eng.º Civil José Silva Dombroski.

FUNDEMA – Rua Antônio Carlos Sprotte, 187, Centro, CEP: 89245-970 – Araquari/ Santa Catarina - E-mail: fundema@araquari.sc.gov.br - URL: http://www.araquari.sc.gov.br/e/fundema

Cod. Mat.: 504986

MAUÊ S/A - GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS CNPJ/MF Nº 07.004.149/0001-98

RELATORIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de R$)

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**25.797,58**	**20.652,85**
Disponibilidade (N.5/6)	22.262,50	15.533,01
Creditos Diversos	3.455,66	4.957,59
Desp.Exerc.Seg. (N.9)	79,42	162,25
ATIVO Ñ CIRC.	**108.897,76**	**104.173,63**
Realizável L/P (N.6/7)	**3.513,83**	**3.669,54**
Investimentos (N.8)	**183,17**	**163,61**
Imobilizado (N.15)	**103.607,93**	**99.288,86**
Intangível (N.15)	**1.592,83**	**1.051,62**
TOTAL ATIVO	**134.695,34**	**124.826,48**

PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**5.686,13**	**10.081,80**
Fornecedores	53,85	372,26
Seguros a Pagar	26,50	84,61
Obrig. Sociais e Fisc.	340,50	388,10
Liq.Finan.CCEE	2.702,70	2.702,70
Prov. Trabalhistas	95,88	91,66
Salarios e Pro-Lab.	137,54	136,50
Prov. Ações Judiciais	200,00	200,00
Financ. CEF (N.12)	2.044,34	4.059,49
Enc.Transmissão	43,84	43,77
Aluguel Pagar	2,98	2,71
Remessa Conserto	38,00	2.000,00
PAS. Ñ CIRC.	**54.376,36**	**53.330,14**
Exigivel a L/P	**54.376,36**	**53.330,14**
Fin.CEF/PCHFS	-	-
Fin.CEF/PCHSJ (N.12	26.004,54	27.767,70
Divid. a pagar (N.10)	28.371,82	25.562,44
PATRIM. LIQUIDO	**74.632,85**	**61.414,54**
Cap.Social (N.11-a)	**15.346,50**	**15.346,50**
Reserva de Lucros	**43.258,66**	**34.830,52**
Res. Legal (N.11-b)	3.581,52	3.581,52
Res.a Realizar (N.11-c	39.677,14	31.249,00
Lucro Disp. Acion.	**16.027,69**	**11.237,52**
Total PASSIVO	***134.695,34***	***124.826,48***

Demonstração do Result. Exercício
(Em milhares de R$)

	2017	2016
Rec.Bruta	**29.046,45**	**28.341,86**
Ven. Energia	29.046,45	28.341,86
Ded. Rec.Bru.	**(2.738,44)**	**(3.392,48)**
Rec.Oper.Líq.	**26.308,01**	**24.949,38**
Cus.Prod.Ven	**(5.777,23)**	**(7.841,41)**
Lucro Bruto	**20.530,78**	**17.107,97**
Desp.Oper.	**(1.908,91)**	**(1.797,60)**
Desp. Admin.	(1.908,91)	(1.797,60)
Res.Antes Fin	**18.621,87**	**15.310,37**
Res. Fin. Líq.	(1.145,15)	(2.069,53)
Out.Rec.Oper.	23,15	28,08
Luc.Ant.IR CS	**17.499,87**	**13.268,92**
IR e CS	(1.472,18)	(1.439,95)
Luc.Oper.Liq.	**16.027,69**	**11.828,97**
Destin. Estat.	**-**	**(591,45)**
Reserva Legal	-	(591,45)
Luc.Disp.AGC	**16.027,69**	**11.237,52**
Luc.p/Ação-R	**1,0444**	**0,7323**

Demonstração das Mutações do Patrimonio Liquido
(Em milhares de R$)

	2017	2016
Saldo Inicial	**61.414,54**	**50.904,64**
Mutaç. Exerc.	13.218,32	10.509,90
Integ. Capital	0,00	0,00
Result. Exerc.	**16.027,69**	**11.828,97**
- Lucros AGO	16.027,69	11.237,52
- Reser.Legal	0,00	591,45
- Lucro Distrib	0,00	0,00
Saldo Final	**74.632,86**	**61.414,54**

Fluxo de Caixa
Metodo Indireto (Em Milhares de R$)

Descrição	2017	2016
Ativid. Operac.		
Lucro do Exerc.	16.027,69	11.828,97
Aj. ao luc.Liq.	**5.302,37**	**6.295,82**
(+)Dep./Amort.	2.552,16	2.547,68
(+/-)Gan.Ven.Bens	-	-
(+/-)Out.Rec.Ope.	-	-
(+/-)Partic.Societ.	-	-
(+)Desp.Fin.Incor.	2.750,21	3.748,14
Tot.Lucro c/Ajus	**21.330,06**	**18.124,79**
Aj./Var. AT e PAS	**2.169,31**	**3.215,15**
(-/+)Ativo Circul.	1.584,76	(2.727,04)
(-/+)Ativo Ñ Circula	155,70	(360,84)
(-/+)Pas. Circulan.	(2.380,53)	4.983,96
(-/+)Pas. Ñ Circ.	2.809,38	1.319,07
Cx Liq.At.Opr.	**23.499,37**	**21.339,94**
Ativ. Invest.	**(7.431,99)**	**(2.156,23)**
Venda Imobiliz.	-	-
Recuper. Imbiliz.	-	-
Aquisição Imobil.	(6.871,23)	(1.083,72)
Baixa Imobilizado	-	-
Aquis. Intangível	(541,20)	(1.050,00)
Baixa Deprec.	-	-
Rec.Sobra Particip.	(19,56)	(22,51)
Ativid. Financ.	**(9.337,90)**	**(10.654,11)**
Pgto Financ.	(6.858,40)	(9.335,04)
Distrib. Divid.	(2.809,38)	(1.319,07)
Divid. a Pagar	-	-
Aquisição Financ.	329,88	-
Aumento Capital	-	-
(+/-) Liq.Cx Eqv.	**6.729,48**	**8.529,60**
Cx Equiv. - I. Ex.	15.533,01	7.003,41
Cx Equiv. - F. Ex.	22.262,49	15.533,01
Var. Cta Cx/Eqv.	**6.729,48**	**8.529,60**

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de R$)

	2017	%	2016	%
1.Receitas	**29.046,76**		**28.341,86**	
1.1 Rec. Venda	29.046,46		28.341,86	
1.2 Rec. Ñ Operc.	0,30		-	
2.Serv. Ad.Terc.	**2.824,42**		**4.780,37**	
2.1 Serv.Forn.Div.	2.824,42		4.780,37	
3.Vlr Adic.Bruto	**26.222,34**		**23.561,49**	
4.Depr./Amort.	**2.552,16**		**2.547,68**	
5. Vlr Adc.Liq.Pr.	**23.670,18**		**21.013,81**	
6.Vlr Ad.Rec.Trf.	**1.963,06**		**1.825,77**	
6.1 Res.Part.Soc.	22,85		28,08	
6.2 Rec. Financ.	1.940,21		1.797,69	
7. VlrAdic.a Dist.	**25.633,24**	**100**	**22.839,58**	**100**
8.Dist.Vlr Adic.	**25.633,24**	**100**	**22.839,58**	**100**
8.1 Pessoas	**1.779,25**	**6,94**	**1.680,99**	**7,36**
8.1.1 Rem.Emp.	915,49	3,57	837,62	3,67
8.1.2 Rem.Adm	863,76	3,37	843,37	3,69
8.2 Imp.Taxas	**4.704,96**	**18,35**	**5.429,87**	**23,77**
8.2.1 Federais	4.551,31	17,76	5.147,88	22,54
8.2.2 Estaduais	42,11	0,16	40,75	0,18
8.2.3 Municipais	2,82	0,01	176,22	0,77
8.2.4 Fisc.ANEEL	108,72	0,42	65,02	0,28
8.3 Financ.	**3.121,34**	**12,18**	**3.899,75**	**17,07**
8.3.1 Juros	3.085,64	12,04	3.867,22	16,93
8.3.2 Aluguéis	35,70	0,14	32,53	0,14
8.4 Lucro Retido	**16.027,69**	**62,53**	**11.828,97**	**51,79**
8.4.1 Disp. AGO	16.027,69	62,53	11.237,52	49,20
8.4.2 Reservas	-	0,00	591,45	2,59

DIRETORIA: José Samuel Thiesen - Diretor Presidente; Marcos Antonio Zordan - Diretor Administrativo;
João Carlos Floss - Diretor Técnico; Leoni Mª Weber - Contador CRC/SC 015.269/O-9

Notas Explicativas: Nota 01 - Contexto Operacional: a) A MAUÊ S/A – GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS, inscrita no CNPJ número 07.004.149/0001-98, com sede na cidade de Saudades – SC, é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, de natureza civil e tem por objeto social principal a geração de energia elétrica através de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH. **b)** A MAUÊ S/A - GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS, foi constituída em 31/08/2004, possui como objeto social principal a geração de energia elétrica através da construção, implantação e exploração de PCH's - Pequenas Centrais Hidrelétricas. **c)** Conforme despacho Nº 2.398 de 31 de julho de 2007 do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agencia Nacional de Energia Elétrica liberou a operação comercial das unidades 1, 2 e 3 da PCH Flor do Sertão a partir de 28/07/2007. **d)** Conforme despacho Nº 3.296 de 22 de agosto de 2014 do Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agencia Nacional de Energia Elétrica liberou a operação comercial das unidades 1 e 2 da PCH São Jorge a partir de 23/08/2014. **e)** A MAUÊ S/A – GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS, comercializa sua produção de energia elétrica: **a)** Centrais Elétricas Brasileiras S/A, através de contrato CT - PROINFA/PCH-MRE-030/2004, firmado em 30 de junho de 2004, com aditivo de 19/09/2005, tendo como valor original R$ 191.470.884,00, onde a ELETROBRÁS compromete-se pela contratação da energia, com prazo de vigência até 29 de outubro de 2026, com reajuste anual, adotando-se o IGP-M como índice de correção. **b)** Cooperativa Central Oeste Catarinense, através de contrato firmado em 29 de agosto de 2011, tendo como valor original R$ 104.567.682,00, onde a AURORA compromete-se pela contratação da energia, com prazo de vigência até 29 de agosto de 2029, com reajuste anual, adotando-se o INPC como índice de correção, referente PCH São Jorge. **Nota 02 - Contrato de Autorização**: **a)** A Resolução número 759 de 18 de dezembro de 2002 da ANEEL, autorizou a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural do Vale do Araçá - CERAÇÁ, a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado PCH – Flor do Sertão, localizado no rio das Antas, Município de Flor do Sertão – SC, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL. de acordo com a Resolução Autorizativa número 127, de 04 de abril de 2005, a ANEEL autorizou a CERAÇÁ a proceder a transferência da referida autorização para MAUÊ S/A - GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS. Ao final do prazo estabelecido acima, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurados por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. **b)** A Resolução número 2.569 de 05 de outubro de 2010, autrizou a Mauê S/A - Geradora e Fornecedora de Insumos, implantar e explorar a PCH São Jorge, localizada nos municípios de Romelândia e Barra Bonita - SC com 8,700 KW de potência instalada. **c)** A Portaria nº 86 de 07/03/2017 emitida pela MME-Ministério de Minas e Energia, autorizou a Mauê S.A., explorar e implantar a PCH Lambari, com 4,000 KW de capacidade instalada, localizada no Rio Pesqueiro município de Sul Brasil/SC, pelo prazo de 35 anos a contar da publicação da Portaria. **d)** A Portaria nº 87 de 07/03/2017 emitida pela MME-Ministério de Minas e Energia, autorizou a Mauê S.A., explorar e implantar a PCH Barrinha, com 3,300 KW de capacidade instalada, localizada no Rio Pesqueiro município de Jardinópolis/SC, pelo prazo de 35 anos a contar da publicação da Portaria. **e)** A MAUÊ S/A - GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS não descumpre nenhuma obrigação legal, que possa acarretar revogação da autorização concedida pela ANEEL. **Nota 03 - Apresentação da Demonstrações Contábeis: a)** As demonstrações Contábeis foram estruturadas obedecendo aos critérios contábeis e normas usualmente praticadas no país, as disposições contidas na NBC TG 1000. **b)** De acordo com o Despacho número 4.097 de 30/12/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quanto a aplicação do ICPC 01 – CONTRATOS DE CONCESSÃO, o mesmo não foi recepcionado pela ANEEL, permanecendo em vigor as diretrizes contábeis contidas na Resolução 396 de 23/02/2010 (Manual de contabilidade do setor elétrico- MCSE). **Nota 04 - Critérios das Principais Práticas Contábeis Adotadas: a)** Regime de Escrituração: Adotado o regime de competência para reconhecimento das receitas, custos e despesas. **b)** Forma de Tributação: No exercício de 2017, a empresa adotou a apuração tributária baseada no LUCRO PRESUMIDO, conforme análises e ampara na legislação vigente. **c)** Depreciação: A depreciação e amortização foi reconhecida nas contas de resultado no valor total de R$ 2.547.683,63. As taxas adotadas são as máximas permitidas pela Resolução 240/2006 alterada pela resolução 474/2012 de 07/02/2012 da ANEEL. **d)** Caixa e Equivalentes de Caixa: Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. **e)** Contas a receber: Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Como não há créditos a receber vencidos, não foi efetuada provisão para devedores duvidosos. **f)** Não Circulante: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulante. **g)** Imobilizado: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, os bens são depreciados com base na Resolução 240/2006 atualizada pela resolução 474/2012 de 07/02/2012 da ANEEL. **h)** Intangivel: Os ativos intangiveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. **i)** Benefícios a Empregados: Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência. **j)** Receitas e Despesas: Foi adotado o regime de competência para registros das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas e despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **Nota 05 - Caixa e Equivalente de Caixa: 1)** Caixa: Saldo em 31/12/2016 de R$ 3.612,50; saldo em 31/12/2017 de R$ 619,99. **2)** Bancos c/c: Saldo em 31/12/2016 de R$ 622.633,56; saldo em 31/12/2017 de R$ 178.289,86. **3)** Aplicações Financeiras: Saldo em 31/12/2016 de R$ 14.906.765,72; saldo em 31/12/2017 de R$ 22.083.588,34. **Nota 06 - Títulos e Valores Mobiliários: 1)** CEF-Aplicação Livre Movimento: Saldo em 31/12/2016 de R$ 4.002.076,46; saldo em 31/12/2017 de R$ 11.771.694,12:

MAUÊ S/A - GERADORA E FORNECEDORA DE INSUMOS CNPJ/MF Nº 07.004.149/0001-98

RELATORIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

2) CEF-Aplicação Despesa: Saldo em 31/12/2016 de R$ 3.903.165,30; saldo em 31/12/2017 de R$ 2.661.998,01: **3)** Aplicação CREDIAL - CP: Saldo em 31/12/2016 de R$ 213.379,15; saldo em 31/12/2017 de R$ 233.284,60: **4)** Aplicação CREDITAIPU - PZ: Saldo em 31/12/2016 de R$ 210.868,47; Saldo em 31/12/2017 de R$ 230.240,68: **5)** CEF - Aplicação Reserva PCH Flor do Sertão: Saldo em 31/12/2016 de R$ 1.691.218,76; Saldo em 31/12/2017 de R$ 1.837.653,86: **6)** CEF - Aplicação Reserva PCH São Jorge: Saldo em 31/12/2016 de R$ 1.538.359,86; Saldo em 31/12/2017 de R$ 1.676.176,89. **7)** CEF - Aplicação CDB: Saldo em 31/12/2016 de R$ 5.468.292,01; Saldo em 31/12/2017 de R$ 5.955.681,27. 8) CEF - Aplicação CDB Despesa: Saldo em 31/12/2016 de R$ 1.108.984,33; Saldo em 31/12/2017 de R$ 1.209.909,30. **8)** CEF - Aplicação FIC Despesa PCHSJ: Saldo em 31/12/2016 de R$ 0,00; Saldo em 31/12/2017 de R$ 20.780,36. Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco, com vencimento de até 90 dias. **Nota 07 - Cauções e Depósitos Vinculados:** A Mauê S/A mantém junto a CEF depósitos de cauções vinculados a ANEEL, com o objetivo de elaboração de projetos básicos: **a)** Projeto básico PCH Lambari: Saldo em 31/12/2016 de R$ 137.591,24; Saldo em 31/12/2017 de R$ 0,00: **b)** Projeto básico PCH Meia Lua: Saldo em 31/12/2016 de R$ 151.910,45: Saldo em 31/12/2017 de R$ 0,00: **c)** Projeto básico PCH Barrinha: Saldo em 31/12/2016 de R$ 150.454,71; Saldo em 31/12/2017 de R$ 0,00. Os valores vem sendo corrigidos pelo índice de poupança. **Nota Nota 08 - Investimentos:** Participações em outras sociedades, **1)** CREDITAIPU: Saldo em 31/12/2016 de R$ 155.649,11; Saldo em 31/12/2017 de R$ 173.210,96: **2)** CREDIAL: Saldo em 31/12/2016 de R$ 7.832,97; saldo em 31/12/2017 de R$ 9.834,01: **3)** CERAÇÁ: Saldo em 31/12/2016 de R$ 126,66; Saldo em 31/12/2017 de R$ 126,66. **Nota 09 - Seguros:** Os seguros contratados vingentes em 31/12/2017, **a)** Seguro da PCH São Jorge tem vencimento em 23/08/2018 e são compostos da seguinte forma: Objeto: Danos patrimoniais na importância de R$ 43.691.657,95 e Lucros cessantes na importância de R$ 1.784.909,00 apólice 34.96.0004661.28 da seguradora CHUBB Seguros e Responsabilidade civil com vencimento 17/07/2018 apólice 02852.2017.0047.0351.0001723, na importância de R$ 10.000.000,00 seguradora AXA Seguros, importância total segurada de R$ 55.476.566,95. Os seguros atendem o que requer o contrato de financiamento da CEF. **Nota 10 - Dividendos a Pagar:** A Assembleia Geral Ordinária realizada em 7 de abril de 2017, aprovou a destinação dos lucros líquidos de 31/12/2016 no valor total de R$ 2.809.379,24 para Dividendos a pagar em prazo de até 60 (sessenta) meses. **Nota 11 - Patrimônio Líquido: a)** O Capital Social Subscrito: Corresponde a 15.346.500 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em dezembro 20169 foram integralizadas 12.000.000 ações e 3.346.500 foram integralizadas em abril de 2013. **b)** Reserva Legal: Dispensada a constituição da Reserval Legal de acordo com o Art. 193 da Lei 6.404 e alterações, considerando saldo acumulado de R$ 3.581.524,08. **c)** Reserva de Lucros a Realizar: Constituída com autorização da Assembléia Geral dos Acionistas, com objetivo de novos investimentos, tem saldo em 31/12/2017 de R$ 39.677.139,33. **Nota 12 - Demonstração das Mutações de Empréstimos e Contratos de Financiamentos: a)** Financiamento CEF - PCH FLOR DO SERTÃO: Passivo Circulante - Saldo em 31/12/2016 de R$ 2.015.150,60; juros incorridos de R$ 66.891,92; amortizações de R$ 2.015.150,60; saldo em 31/12/2017 de R$ 0,00. **b)** Financiamento CEF - PCH SÃO JORGE: Passivo Circulante - Saldo em 31/12/2017 de R$ 2.044.344,44; Passivo Não Circulante - Saldo em 31/12/2016 de R$ 27.767.696,45; juros incorridos de R$ 2.683.322,73; amortizações de R$ 2.093.035,80; Capitalização de TJLP R$ 329.879,50; Saldo em 31/12/2017 de R$ 28.048.884,59. **Nota 13 - Receitas Operacionais:** Receita Operacional Líquida: Saldo em 31/12/2016 de R$ 23.444.412,36; saldo em 31/12/2017 de R$ 24.727.118,14. **Nota 14 - Custos e Despesas: a)** Custo de Produção: Saldo em 31/12/2016 de R$ 7.641.415,51; saldo em 31/12/2017 de R$ 5.668.511,05: **b)** Despesas Administrativas: Saldo em 31/12/2016 de R$ 1.797.598,67; saldo em 31/12/2017 de R$ 1.908.916,28. **Nota 15 - Detalhamento do Imobilizado: a)** Mutações do Imobilizado: Valor Residual em 31/12/2016 de R$ 99.288.861,69; valor residual em 31/12/2017 R$ 103.607.934,32. **b)** Mutações do Intangível: Valor Residual em 31/12/2016 R$ 1.051.624,36; Valor Residual em 31/12/2017 de R$ 1.592.827,86; **c)** Mutação dos Investimentos: Saldo em 31/12/2016 de R$ 163.608,74; Saldo em 31/12/2017 de R$ 183.171,63. **Nota 16 - Métodologia de Cálculo de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida**: **a)** Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Em 31/12/2016 índice de 2,13; Em 31/12/2017 índice de 3,32 **b)** Ebtida: Em 31/12/2016 de R$ 22.547.204,47; Em 31/12/2017 de R$ 23.429.522,74; **c)** Variação de Capital de Giro: Em 31/12/2016 de R$ (2.256.928,63); Em 31/12/2017 de R$ 795.767,74. **Nota 17 - Recursos Aplicados em Programa Ambiental**: No exercício 2017 a Mauê S/A - Geradora e Fornecedora de Insumos aplicou os seguintes valores em programa visando a preservação do meio ambiente: Programas - a) Manutenção de programas ambientais no valor de R$ 172.002,62; b) Convênio com a Policia Ambiental no valor de R$ 36.000,00; c) Medição Ambiental / Estações Hidrológicas no valor de R$ 14.800,00;. **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** Elaborado em 11/01/2018 pela LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES - CRCSC - 4159/O-6 CNPJ: 02.122.443/0001-80 - Chapecó - SC, 11 de janeiro de 2018.**DIRETORIA: José Samuel Thiesen – Diretor Presidente; Marcos Antonio Zordan – Diretor Adm.; João Carlos Floss – Diretor Técnico; Leoni Mª Weber – Contadora CRC/SC 015.269/O-9**

Cod. Mat.: 504827

Você sabia?

Você sabia que, reagindo à independência do Brasil, Portugal ameaçava enviar forças militares para recuperar a colônia brasileira? Um aviso, datado de 11 de junho de 1824, procedente da Secretaria dos Negócios do Império ao presidente da província de Santa Catarina, constante do acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, informava que a província deveria estar preparada com seus próprios recursos para se defender, caso Portugal intentasse contra o Brasil.



DECRETO nº 1.975, de 9 de dezembro de 2008.

Publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.506 dispõe sobre o Sistema Administrativo de Gestão Documental e Publicação Oficial – SGDPO e estabelece outras providências.

Em seu artigo 4º prevê que a Secretaria de Estado da Administração – SEA é o órgão central do SGDPO, e que os órgãos setoriais, setoriais regionais e seccionais a essa Secretaria são subordinados no que diz respeito ao ordenamento das atividades sistêmicas e de gestão documental e publicação oficial.

No artigo 5º e seus incisos preconiza as competências do órgão central do SGDPO, como:

VIII – efetuar a publicação de atos oficiais, os serviços de impressão de formulários e outros impressos de uso comum e padronizados utilizados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional;

IX – autorizar, na impossibilidade operacional, o serviço de impressão às gráficas privadas, mediante processo licitatório, ou liberar o impresso mediante certificado de liberação, em conformidade com normas reguladoras do Sistema;

X – receber, classificar, formatar e taxar matérias para publicação oficial provenientes de órgãos públicos e privados e de particulares;

XI – coordenar e avaliar ações para criar, alterar ou extinguir impressos oficiais; e

XII – editar, publicar e distribuir o Diário Oficial do Estado – DOE.

Nesse passo, a Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina tem a honra de colocar-se à disposição de todos os órgãos da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, para que juntos possamos cumprir nossas obrigações, trabalhar com arquétipo desempenho e transparência em favor do nosso Estado.

DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL E EDITORA DE SANTA CATARINA
IMPRENSA OFICIAL E ARQUIVO PÚBLICO

GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Administração

DIOESC
DIRETORIA DA IMPRENSA OFICIAL
E EDITORA DE SANTA CATARINA
IMPRENSA OFICIAL E ARQUIVO PÚBLICO



NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA O DIÁRIO OFICIAL

1. CADASTRAMENTO

Os interessados deverão ser previamente cadastrados. Caso não esteja cadastrado, nosso usuário terá, disponível em nosso *site* www.doe.sea.sc.gov.br, um botão (**cadastro *on-line***) com cinco formulários eletrônicos disponíveis:

- Cadastro de entidade
- Cadastro de usuário
- Troca de órgão/entidade
- Desabilitar usuário
- Termo de autorização para publicação

Os formulários eletrônicos são intuitivos, e levam facilmente o usuário a obter o acesso ao portal do Diário Oficial após análise e aprovação pelo nosso setor de cadastros. Será enviado automaticamente um *e-mail* com *login* e senha para acesso ao sistema.
Ao finalizar o cadastro, os usuários estarão de acordo com o **Termo de aceite,** que faz parte do referido cadastro, do qual se comprometem a cumprir todas as regras previstas.

2. REGRAS DE EDITORAÇÃO

Nos documentos enviados, as seguintes formatações devem ser observadas:

A. o formato eletrônico do DOE é em formato tabloide, com área de impressão de: 24,00 cm de largura X 30,0 cm de altura (o SIGIO acomodará seu texto nas colunas do jornal);
B. a fonte (letra) deverá ser sempre **arial**, e o tamanho do corpo **8**;
C. o espaçamento entre linhas deve ser **simples** para arquivos no *Word*;
D. as letras em negrito, itálico, sublinhadas, maiúsculas e minúsculas serão respeitadas conforme seu envio;
E. caso o documento do *Word* contenha tabelas em seu corpo, ou esse documento seja exclusivamente um arquivo de imagem do tipo pdf, o limite máximo de ocupação de largura da tabela, ou da imagem interna do pdf, deverá obedecer ao seguinte:

- 7,5 cm para ocupar 1 (uma) coluna do jornal;
- 15,5 cm para ocupar 2 (duas) colunas do jornal;
- 23,5 cm para ocupar 3 (três) colunas do jornal.

3. ENVIO DE MATÉRIAS

Ao entrar no portal www.doe.sea.sc.gov.br com o *login* e a senha, o usuário terá acesso ao módulo diário oficial, selecionará no menu a opção **Diário Oficial**, a seguir **Enviar Matérias**. Nessa seção, o usuário deverá: carregar o arquivo para publicação (*up-load*); agendar a data da publicação; fazer uma pré-visualização da matéria; ver o cálculo do seu orçamento e aprová-lo; e, imprimir o DARE - Documento de Arrecadação de Receitas.

4. REGRAS DE ENVIO

Obrigatoriedades

A. Só é permitido o envio de matérias em texto (no Word versão 2012 – extensão .doc ou .docx, BR-Office – extensão .odt).Os balanços, obrigatoriamente, deverão ser gerados em pdf até versão 1.4.5x.
B. Dentro do arquivo no *Word* poderá haver tabelas, as quais deverão respeitar as regras de editoração abaixo elencadas.

Não será permitido

A. O uso de molduras, caixas de texto, linhas desenhadas, setas, cabeçalhos, rodapés, marca d'água, imagens de assinatura e régua, conexões a banco de dados e macros e documentos escaneados.
B. Anotações no corpo do documento da matéria, como data desejada de publicação, autorização da publicação, ou qualquer outra mensagem que não será publicada.
C. Texto condensado em largura e/ou altura.

5. PAGAMENTO

Para a efetivação da publicação não basta fazer o carregamento da matéria no *site*, é necessário o pagamento do DARE até as 17 horas do dia anterior à publicação.

6. ACOMPANHAMENTO DE MATÉRIAS

O usuário deverá acompanhar o fluxo de tramitações da matéria, poderá gerar a 2ª via da DARE; reagendar a data de publicação; e, cancelar a publicação da matéria até as 18 horas do dia anterior à data da publicação.

7. RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

O usuário é exclusivamente o responsável por toda matéria enviada para publicação para todo e qualquer efeito, bem como a fidedignidade e veracidade da informação para os efeitos jurídicos aqui gerados.
Após envio e aprovação da matéria, ela não poderá mais ser substituída.
Não haverá cancelamento de notas fiscais em decorrência do envio de matérias em duplicidade.
Dados para contato
E-mail: diariooficial@sea.sc.gov.br
Fones: PABX (48) 3665-6200 / (48) 3665-6265 / (48) 3665-6266 / (48) 3665-6269 / (48) 3665-6273 / (48) 3665-6271 .